

Congresso dos Sindicatos

ERGUER BEM ALTO A UNIDADE DE TODOS OS TRABALHADORES!

Pág. 3



CAMPANHA NACIONAL DE FUNDOS

CAMPANHA DE 50 MIL CONTOS

Decisão da Comissão Política do Comité Central do PCP - Pág. 2



Pág. 12

«AVANTE!» ENTREVISTOU O CAMARADA LUÍS CORVALÁN

O camarada Luis Corvalán, secretário-geral do Partido Comunista do Chile, recentemente libertado dos cárceres do fascismo pela força da solidariedade e do internacionalismo proletário, abraça, em Moscovo, o camarada Dias Lourenço, director do «Avante!». Um encontro fraterno de dois lutadores antifascistas para os quais a liberdade significa uma conquista de longos anos de luta e determinação firme contra a repressão fascista e a exploração do imperialismo.



Foi em Montemor-o-Novo. Cerca de um milhar de trabalhadores protestaram contra as desanexações, juntando as suas vozes aos muitos milhares de outros trabalhadores da cidade e do campo que, nesse dia, no Aliente se reuniram em quatro cooperativas do distrito de Évora, numa jornada de trabalho voluntário em defesa e apoio da Reforma Agrária

MILHARES DE TRABALHADORES NA JORNADA DE APOIO À REFORMA AGRÁRIA

Pág. 9

Editorial

A UNIDADE DA CLASSE OPERÁRIA PEDRA ANGULAR DAS CONQUISTAS DEMOCRÁTICAS

O Portugal democrático saído da Revolução de Abril é o produto de uma dura e dilatada luta pela liberdade, contra a opressão.

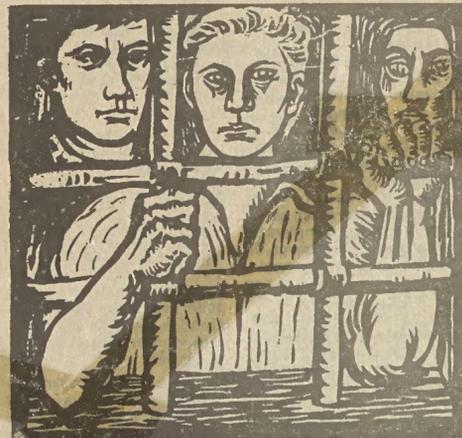
O heróico «movimento dos capitães» foi sem dúvida a pancada decisiva que fez ruir o velho edifício do fascismo. Mas o profundo trabalho de minagem dos alicerces, a progressiva debilitação dos travejamentos, foi obra de forças patrióticas conjugadas, de natureza vária e de vária envergadura, que ao longo dos anos, numa luta pertinaz e firme, abriram caminho às transformações históricas da vida nacional depois do 25 de Abril de 1974.

Dentre essas forças, uma avulta pela sua vastidão no leque social do País, pela sua febre revolucionária, pela sua abnegação no combate contra a exploração capitalista - a classe operária portuguesa.

Sem a determinação dos trabalhadores portugueses das fábricas e dos campos, sem a sua unidade de classe, sem a sua iniciativa e combatividade como sector mais dinâmico do movimento popular de massas seria impossível conceber as grandes conquistas da Revolução, e a sua defesa, seria impossível falar dum Estado democrático rumo ao socialismo.

A nacionalização dos sectores básicos da

(Continua na pág. 2)



Desenho do camarada Dias Coelho publicado, pela primeira vez, nas páginas do Avante! clandestino.

SRS. DOUTORES: A PIDE EXISTIU!

Prossegue a vaga de indignação e repúdio pela benevolência escandalosa com que foi contemplado o «pide» assassino do camarada Dias Coelho

Páginas centrais

CAMPANHA NACIONAL DE FUNDOS

CAMPANHA DE 50 MIL CONTOS

O derrubamento da ditadura fascista, a implantação das liberdades, as conquistas da Revolução portuguesa e a luta pela defesa e consolidação dessas mesmas conquistas, são absolutamente inseparáveis da luta e actividade do PCP.

A evolução da situação política tem conduzido a um constante aumento das responsabilidades do Partido. As suas organizações têm de fazer face a uma diversidade de tarefas cada vez maiores.

Mercê do esforço das organizações e da dedicação e apoio dos seus militantes, simpatizantes e amigos, as receitas do Partido têm aumentado de forma significativa e ascendem já hoje a várias dezenas de milhares de contos anuais.

Apesar disso existem organizações e direcções regionais do Partido — assim como a UJC e a UEC — que não conseguem fazer face às suas crescentes despesas. São inúmeras as organizações que se debatem com dificuldades financeiras que, por isso mesmo, se vêem impossibilitadas de realizar e desenvolver muitas tarefas, como seria necessário e desejável.

Para que o Partido possa fazer face às suas crescentes responsabilidades e assegurar um amplo desenvolvimento das suas organizações, o que implica despesas e encargos cada vez maiores, é indispensável que as suas receitas aumentem na devida proporção.

A dispersão das instalações e dos serviços dependentes ou ligados ao Comité Central, têm sido manifestamente prejudiciais para o rendimento de trabalho do Partido.

No VIII Congresso, foi salientada a urgente necessidade de melhorar as instalações e condições de trabalho do CC. A solução desta questão é uma premente tarefa. Mas ela só se pode resolver com a utilização dum edifício capaz de albergar e reunir os serviços essenciais do CC.

Em conformidade com as decisões do VIII Congresso, e com o objectivo de fazer face às crescentes despesas e responsabilidades do Partido, e assegurar a construção ou a compra de uma sede central, o **Comité Central decidiu lançar uma campanha nacional de fundos, uma campanha de 50 mil contos.**

A campanha terá início em 1 de Fevereiro. Com o fim de a orientar e coordenar foi formada uma Comissão.

O CC está confiante em que todas as organizações e membros do Partido, não regatearão esforços para estudar e realizar as mais variadas iniciativas de forma a assegurar um grande e rápido sucesso à **campanha nacional de fundos, à campanha dos 50 mil contos.**

O CC apela para todos os seus militantes, simpatizantes e amigos, no sentido de fazerem desta campanha uma grande campanha unitária de massas.

Todos os que contribuírem para a campanha dos 50 mil contos (com donativos em dinheiro, ofertas de artigos e objectos para vender ou leiloar, realizações culturais, desportivas, ou de outro tipo), estarão a contribuir para a defesa e consolidação das liberdades, para salvaguardar as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo operário, para a construção da democracia, rumo ao Socialismo.

Lisboa, 10 de Janeiro de 1977

A Comissão Política do Comité Central
do Partido Comunista Português

CONSEGUIR 50 MIL CONTOS? SIM! MAS NÃO SÓ!

Uma gigantesca tarefa é proposta a todo o Partido: conseguir uma elevada quantia, dotar os fundos do Partido com os meios que o crescimento do PCP requer para prosseguir e alargar a actividade em defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo português.

Assim, de repente, 50 mil contos parece qualquer coisa de enorme, qualquer coisa de inatingível...

Mas, pensando bem, verificaremos que assim não é. Forte de 115 mil militantes, com centenas de Centros de Trabalho em funcionamento, firmemente empenhados nas grandes tarefas da consolidação do Portugal democrático, as necessidades do Partido dos trabalhadores aumentaram, as exigências da propaganda, das condições de trabalho são cada vez maiores.

E a própria realidade da luta que travamos torna claras as necessidades que se abrem. E dos militantes, dos simpatizantes, dos amigos do Partido que vêm todos os fundos que apoiam o nosso trabalho, seja através das suas quotas e ofertas, seja através da sua participação — lado a lado com milhares de outros portugueses — nas iniciativas do Partido. É o esforço das organizações que lhes cria condições para acorrerem às suas necessidades financeiras, mas, por exemplo, recordemos as dificuldades que camaradas que lutam e trabalham em zonas dominadas pelos

caciques reaccionários enfrentam. As grandes iniciativas de fundos tornam-se ali difíceis pela existência de um poder local reaccionário e é exactamente lá que um grande esforço de propaganda, de criação de condições de trabalho se impõe. Que fazer?

Pois naturalmente, espera-se que do esforço das organizações mais poderosas, do trabalho das organizações que os trabalhadores alargaram e fortaleceram saia o auxílio às que deparam maiores problemas. Mas a verdade também é que se aquelas organizações são poderosas, têm igualmente grandes necessidades para corresponder às suas próprias exigências!

A solução reside assim num esforço suplementar, num grandioso esforço de todo o Partido para dotar todo o Partido de condições de trabalho e acção.

Em dois anos e meio de actividade legal, a classe operária e os trabalhadores portugueses desenvolveram um esforço histórico transformando o seu partido de vanguarda num grande partido nacional: há que prosseguir esse esforço.

Não haja porém a ideia de que apenas aos militantes do Partido se pede que correspondam ao apelo do PCP!

donativo, ao oferecerem um objecto ou um produto que, vendido, contribua para a Campanha. Mas deles dependerá também — o que é importantíssimo — o grande esforço de fazerem da **Campanha dos 50 mil contos** uma grande afirmação política de apoio ao Partido dos trabalhadores por parte de **todos os trabalhadores, de todos os democratas, de todo o povo português.**

A Campanha dos 50 mil contos tem de saltar para fora do Partido, tem de ir aos trabalhadores, tem de ir a todos os que se batem por um Portugal democrático rumo ao socialismo, tem de ir até às massas.

Dotar a vanguarda organizada da classe operária de condições financeiras para desenvolver a sua actividade, não é uma simples iniciativa económica — é uma realidade política, uma tarefa política. É para o trabalho político ao serviço da liberdade e da democracia que esses 50 mil contos se destinam: é portanto uma tarefa política, uma grandiosa tarefa de massas o conseguí-los.

Ir junto dos trabalhadores e dos democratas, mobilizá-los para que auxiliem o Partido da classe operária, exige e permite um grande esforço político, um grande trabalho de propaganda, de esclarecimento, de alargamento do nosso Partido.

O trabalho do Partido é um trabalho sempre virado para as

massas; é junto das massas que o nosso Partido poderá encontrar as condições de êxito desta grande campanha: o trabalho a desenvolver por todos nós é assim — como sempre — um trabalho de massas, de mobilização, de organização.

Podemos talvez dizer que estamos face a um grande desafio. Mas, camaradas, este esforço é necessário. E, se é necessário, é possível!

Vamos trabalhar! Vamos encontrar nas nossas possibilidades mais uma de contribuímos para o Partido! Vamos trabalhar nas nossas organizações, nas nossas empresas, nos nossos bairros para levarmos a Campanha dos 50 mil contos junto de todos os portugueses empenhados num futuro a que o nosso Partido está indissolavelmente ligado! Vamos puxar pela cabeça, ter ideias, ter iniciativas, vamos trocar experiências (que tal escrever para o «Avante!» dando sugestões, sugerindo iniciativas?)!

A tarefa está aí a nossa espera!

Ao trabalho! Para que daqui a pouco tempo, ao sabermos cumprida esta tarefa, ao criarmos condições de trabalho para todo o Partido, ao vermos erguer-se as paredes da sede que o nosso Partido merece, possamos orgulhosamente dizer uma vez mais que o futuro pertence aos trabalhadores!

Editorial

A UNIDADE DA CLASSE OPERÁRIA PEDRA ANGULAR DAS CONQUISTAS DEMOCRÁTICAS

(Continuação da pág. 1)

economia e a consequente extinção dos monopólios, a Reforma Agrária e o Controlo Operário, juntamente com as liberdades democráticas e os direitos fundamentais dos trabalhadores, exarados na Constituição, foram a resposta do povo português, encabeçado pela classe operária à resistência de classe dos grandes exploradores, às suas tentativas de recuperação do poder político e dos antigos privilégios.

Compreende-se porquê todas as forças interessadas na recuperação capitalista, agrária e imperialista assestam as suas baterias contra a classe operária e porque centram o seu fogo contra a unidade dos trabalhadores.

E compreende-se então também como é imperioso para a classe operária defender e alargar a sua unidade, organizar e temperar as suas forças, preparar-se para os rudes combates que se avizinham.

A poucos dias da realização do Congresso de Todos os Sindicatos é importante lembrar tudo isso porque um passo decisivo para o movimento operário português vai ser dado e é preciso que esse passo seja seguro e firme.

A unidade dos trabalhadores é o maior obstáculo à política de recuperação capitalista do processo democrático português.

No choque entre duas dinâmicas, o trunfo da via de desenvolvimento capitalista, uma política ao invés das grandes transformações revolucionárias da economia portuguesa acarretaria, como consequentemente temos assinalado e a realidade comprova dia a dia, inúmeros sofrimentos para os trabalhadores e para as restantes camadas pobres da população. Pelo contrário, uma política prioritária de desenvolvimento dos sectores não capitalistas da nossa economia, permitiria superar a crise e as dificuldades actuais sem graves abalos e sofrimentos para a população trabalhadora do País. Na perspectiva do socialismo esta política poderia assegurar a coexistência das duas formações económicas durante um largo período histórico sem conflitos insanáveis.

O grande capital não está obviamente interessado nesta coexistência e daí a sua ofensiva generalizada contra o movimento operário organizado e contra as conquistas fundamentais da revolução.

A política de recuperação capitalista, agrária e imperialista, virada essencialmente contra os interesses dos trabalhadores e a independência nacional encontra no Governo PS um executor fiel.

É significativo que a poucos dias do Congresso Sindical se intensifique a política antioperária do Governo do PS e se multipliquem os ataques de conhecidos dirigentes de direita do PS contra a unidade sindical.

É significativo que logo após a clara reprovação da política antioperária e de recuperação capitalista do Governo PS pelo eleitorado socialista nas eleições para as Autarquias Locais, principalmente nas zonas de grande concentração operária, o Governo retoma numa escala ainda mais vasta a sua ofensiva contra as conquistas e a unidade dos trabalhadores.

Os dirigentes do PS jogam abertamente na política de divisão e desarticulação do movimento operário sem se deterem mesmo no facto por demais evidente da divisão e desarticulação da sua própria base operária, profundamente descontente com a política oficial do seu partido, ilustradas pelos últimos incidentes da Figueira da Foz.

Nestes dias em que simultaneamente com o desesperado recurso aos «referendos» antidemocráticos dos divisionistas da «Carta Aberta», que acumulam derrota sobre derrota, se verifica um enorme afã na promulgação de leis antioperárias pelos governantes socialistas e na ofensiva ideológica na imprensa «pluralista» controlada pelo PS, vem claramente ao de cima a opção capitalista de classe de certos dirigentes socialistas.

A legislação do trabalho, levada à Assembleia da República pelo Governo do PS, está ferida de inconstitucionalidade formal e orgânica. O Governo do PS conta abertamente com o apoio dos partidos da direita — o PPD e o CDS — para fazer passar inconstitucionalmente na Assembleia da República as suas propostas de leis antioperárias.

É o caso da lei sobre as quotas para os sindicatos que representa um ataque directo à independência das associações sindicais, lei que o secretário de Estado do Trabalho, Maldonado Gonalves, confessou abertamente destinar-se a «quebrar a espinha à INTERSINDICAL».

É o caso das leis sobre os despedimentos e sobre os contratos a prazo, que põem em perigo o direito ao trabalho e à segurança no emprego; o da lei sobre a contratação colectiva; o da suspensão de retribuições e condições mínimas de trabalho, que abre a porta à redução efectiva dos salários, e em certas situações previstas

nesta última lei, a despedimentos colectivos de trabalhadores.

O direito de greve está seriamente ameaçado noutro projecto de lei do Governo, repleto de intenções repressivas contra os que, vítimas das arbitrariedades e da exploração patronal, sejam obrigados a recorrer a uma forma de luta que é um direito inalienável dos trabalhadores num Estado democrático.

Paralelamente, multiplicam-se as cedências ao patronato; as posições da CIP encontram cada vez mais audiência na política do Governo. A devolução de empresas, sob intervenção do Estado ou em autogestão, aos seus antigos patrões é uma política quase generalizada dos governantes do PS, tudo isso sem qualquer preocupação de ouvir os trabalhadores, sem o mais pequeno reconhecimento pelo trabalho realizado por comissões administrativas, pelos sacrifícios de trabalhadores que em muitos casos salvaram do encerramento empresas que se encontravam à beira da falência. É verdade que o caso da FACAR constitui uma excepção mas, em vários casos, certos ministérios têm apoiado abertamente patrões altamente comprometidos em operações de sabotagem económica ou na política fascista de antes de 25 de Abril como os das empresas Niltex, Almeida & Carmo, Cuetara, Petrogal e outras.

O que se passa actualmente na zona da Reforma Agrária é a continuação da ofensiva generalizada contra as UCP febrilmente conduzida pelo ministro Barreto. O objectivo de desmembrar as herdades colectivas e de dividir os trabalhadores domina a política do MAP.

As concessões arbitrárias do «direito de reserva», as desanexações a favor de meia dúzia de renegados, a recusa à concessão de créditos às cooperativas e UCPs, as ocupações pela GNR a mando do ministro, os ataques aos dirigentes dos sindicatos dos trabalhadores agrícolas, mostram o frenesi do Governo do dr. Mário Soares na sua ofensiva contra a Reforma Agrária.

Os desejos e os apelos ao diálogo da parte dos trabalhadores não encontram acolhida no ministro e no secretário de Estado da Agricultura e Pescas. É a CAP quem dispõe dos favores do MAP.

E entretanto cresce a unidade entre os trabalhadores, as manobras de divisão da classe operária e do movimento sindical encontram cada vez menos eco nas empresas, nos sindicatos, nas UCPs.

A medida que se aproxima a abertura do Congresso de Todos os Sindicatos, os divisionistas da «Carta Aberta» colhem reverses sobre reverses. Cada vez mais, trabalhadores dos poucos sindicatos ainda manobrados por direcções afectas à «Carta Aberta» exigem a sua participação no Congresso, opõem-se aos «referendos», atacam os métodos antidemocráticos dos divisionistas da «Carta Aberta». A eleição de direcções unitárias em alguns destes sindicatos, como é o caso dos Rodoviários do Porto, vai reduzindo por outro lado à sua expressão mais simples a base do divisionismo no movimento sindical. Cerca de 2 milhões de trabalhadores estarão representados no Congresso o que significa uma esmagadora derrota para os que se propõem dividir o movimento sindical como passo prévio para a divisão do movimento operário português.

Os propósitos divisionistas serão derrotados. Nas eleições para as Autarquias Locais a unidade triunfou. Nas grandes zonas industriais e da Reforma Agrária a unidade dos trabalhadores está na base dos resultados vitoriosos da Frente Povo Unido. Comunistas e Socialistas repudiaram as manobras de divisão de dirigentes do PS. O Congresso de Todos os Sindicatos será uma poderosa jornada unitária dos trabalhadores, os paladinos da recuperação capitalista serão derrotados, a Central Única dos Trabalhadores sairá reforçada.

Salgado Zenha e os divisionistas da «Carta Aberta» poderão cometer o erro tremendo de constituírem uma outra central sindical favorável aos objectivos de exploração do grande patronato e manobrável à política de recuperação capitalista. Mas a expressão numérica dos divisionistas, a sua reduzida influência na classe operária dariam da ligação do PS às classes trabalhadoras uma imagem deprimente.

Contra a unidade do movimento operário português esbarrarão as manobras divisionistas, trabalhadores comunistas, socialistas e sem partido saberão erguer uma barreira contra a exploração do patronato, contra a recuperação capitalista e agrária, contra aqueles que infringindo a Constituição atacam as liberdades e os direitos dos trabalhadores.

HOMENAGEM A HERCULANO DE CARVALHO

Por iniciativa da Comissão Concelhia de Oeiras do PCP realizou-se no passado domingo, na Amadora, uma romagem ao túmulo de Herculano de Carvalho, militante e deputado comunista morto há um ano, vítima de um acidente na auto-estrada de Vila Franca quando tentava socorrer três jovens cujo veículo se despistara.

Centenas de pessoas, incluindo familiares, amigos e numerosas delegações das organizações das várias

freguesias e principais empresas do concelho, participaram nesta sentida homenagem ao camarada desaparecido.

Junto ao túmulo, foram comovidamente recordadas as suas qualidades de homem e de militante. Depois das emocionadas palavras proferidas por um membro da Comissão Concelhia que com ele de perto trabalhou, falou o camarada José Casanova, do Comité Central, que enalteceu a grande actividade revolucionária de Herculano de

Carvalho, nomeadamente no trabalho das autarquias, tarefa em que se destacou e a que, a par da sua acção como deputado comunista, dedicou todo o seu entusiasmo e dinamismo.

Salientando as grandes qualidades reveladas no combate ao sectarismo e na luta pela aproximação, entendimento e cooperação entre todas as forças democráticas e antifascistas, o camarada José Casanova apontou Herculano de

Carvalho como um exemplo a seguir por todos os militantes comunistas no momento presente em que as tarefas unitárias se revestem da maior importância e significado para a consolidação e avanço da democracia.

Entre os presentes à homenagem encontrava-se o camarada Dias Lourenço, da Comissão Política do Comité Central, e os camaradas Manuel Pedro, Georgette Ferreira, Sofia Ferreira e António Brito, do Comité Central do PCP.

Congresso de Todos os Sindicatos A UNIDADE É EMPENHO PROFUNDO DE TODOS OS TRABALHADORES

«A unidade da classe operária e de todos os trabalhadores, de que a unidade sindical é factor muito importante, baseia-se nos nossos interesses de classe, foi forjada na luta comum contra a exploração capitalista e é uma necessidade histórica para garantir o progresso social no nosso País». Este parágrafo do projecto do Programa de Acção, a submeter ao Congresso de Todos os Sindicatos, resume no essencial a importância objectiva da luta pela unidade e da aplicação prática dessa conquista que deve ser reforçada com o empenho comum de todos os antifascistas.

Não o entendem assim aqueles que fazem do interesse partidário a essência da democracia e não querem ver nos que verdadeiramente defendem a unidade um projecto mais vasto e realizável que ultrapassa esse interesse tantas vezes sectorial dos que trocam os direitos dos trabalhadores por ganhos de um partido a curto prazo, por um poder enganador que nada tem de sólido, nem de duradouro.

«Para defrontar e vencer os seus inimigos de classe, os trabalhadores têm de contar com a sua organização, com a sua unidade». É ainda o projecto do Programa de Acção que assim interpreta o sentir das massas trabalhadoras e a prática da sua actuação junta à experiência, adquirida em muitos anos de luta e de sacrifícios sem conta.

A preparação do Congresso de Todos os Sindicatos, pela força unitária que continua a demonstrar, fez vir à superfície vários projectos divisionistas que rapidamente naufragaram no sempiterno «pluralismo» de fachada ou acobertado sob outras designações menos identificáveis à primeira vista, mas sempre recusadas pela classe operária e pela esmagadora maioria dos outros trabalhadores.

Assim aconteceu com a «Carta Aberta» e com outros projectos mais obscuros que dão pelas siglas de FDT, MDT e Base/FUT. Os números já divulgados pela CNOC, Comissão Nacional Organizadora do Congresso, nas listas provisórias dos sindicatos inscritos (261, em 6 do corrente, representando 1735398 trabalhadores sindicais) constituem dados suficientemente reveladores da força imbatível da unidade da classe operária e dos outros trabalhadores, da força que têm imprimido à Intersindical e que vão sem dúvida confirmar na reestruturação da

do sindicalismo português: Intersindical ou Carta Aberta». E isso para defender um projecto partidário do PS, que se resume na tática referendista e antidemocrática que consiste em pôr em paralelo coisas tão diferentes como a cadeira do chefe e um elefante.

O mesmo faz a Televisão, com os mesmos objectivos. A representatividade da Intersindical não lhe interessa, quando se trata de dar voz activa aos inimigos da unidade. Como se pode ver pelo número anterior do «Avante!», embora a Intersindical represente 80 por cento dos trabalhadores organizados nos seus sindicatos apenas ocupou, de Janeiro a Julho do ano findo, 29 por cento do tempo da TV, enquanto a «Carta Aberta» com uns precários 12 por cento de votação referendista, dispunha, no mesmo período, de 71 por cento do tempo de intervenção de dirigentes e militantes sindicais acerca de questões relacionadas com o movimento sindical e com a realização do Congresso de Todos os Sindicatos. O que estes números revelam não precisa de explicação. É bem claro, no caso da TV, como no caso da Rádio e do «Diário de Notícias», que os trabalhadores pagam serviços que não estão ao seu serviço. Pagam propaganda divisionista ao serviço do partido do Governo e da sua política afecta à recuperação capitalista e aos designios bem claros do imperialismo.

do Programa de Acção reafirma, que «foram acções unitárias de massas que permitiram desferir os golpes no poder económico dos monopólios e dos latifúndios

contra os sabotadores da economia nacional, que levaram ao avanço das nacionalizações, da Reforma Agrária e do controlo operário».

Negar estas realizações da força unitária dos trabalhadores organizados só pode interessar aos inimigos da liberdade e da democracia, que são os mesmos inimigos do Movimento Sindical Unitário. Que a esses inimigos se junte o Governo de um partido que diz defender os interesses das massas trabalhadoras mais faz sentir a necessidade de reforçar a unidade dentro e fora dos sindicatos, a unidade de todas as forças de esquerda contra os ataques sistemáticos à capacidade de intervenção das organizações dos trabalhadores na vida política e económica do País.

«SÃO MUITO SIGNIFICATIVOS NO NORTE OS PROGRESSOS NO ALARGAMENTO E REFORÇO DA UNIDADE SINDICAL»

«Num momento em que a direita reaccionária e o grande patronato se lançam ao ataque contra as conquistas e os direitos dos trabalhadores, procuram recuperar empresas sob controlo e gestão dos trabalhadores, promovem despedimentos e boicotam os CCT, tentam reprimir a organização e acção sindical nas empresas, o próximo Congresso de Todos os Sindicatos assume extrema importância para fortalecer a unidade do movimento sindical e dos trabalhadores, para reforçar a organização dos trabalhadores, para dar mais força à luta dos trabalhadores em defesa das nacionalizações, da Reforma Agrária e do controlo operário, contra o aumento do custo de vida, pela saída dos CCT, por uma vida melhor».

Palavras de Henrique Sousa, membro da Direcção da Organização Regional do Norte do Partido Comunista Português, no decurso duma entrevista concedida ao «Avante!», onde aquele dirigente comunista frisou a importância do reforço da unidade dos trabalhadores, do Congresso de Todos os Sindicatos, denunciou vigorosamente os referendos e salientou os esforços de organização de sindicatos que os trabalhadores agrícolas do norte têm desenvolvido.

REFORÇO DA UNIDADE

Fazendo um rápido balanço do trabalho desenvolvido nos sindicatos, visando um reforço da unidade dos trabalhadores, do Movimento Sindical e o combate às manobras divisionistas, Henrique Sousa começou por sublinhar que «são muito significativos, no Norte, os progressos registados quanto ao alargamento e reforço da unidade dos trabalhadores e do Movimento Sindical».

«O ano de 1976 foi caracterizado, no plano sindical, pelo real alargamento da base de massas dos sindicatos, pelo desenvolvimento do processo unitário do Movimento Sindical, por importantes vitórias sobre as tentativas divisionistas, pelo crescimento da cooperação entre trabalhadores socialistas e comunistas em muitas empresas como em sindicatos, pelo progressivo isolamento e neutralização dos esquerdistas».

«Logo em 31 de Janeiro os trabalhadores do Porto responderam ao congelamento da contratação colectiva, ao aumento do custo de vida e às tentativas dos patrões de recuperação das empresas geridas pelos trabalhadores com uma grande jornada a cuja organização aderiram 46 sindicatos. Algumas direcções sindicais (7) que nessa altura tomaram posição pública a favor da política dita de austeridade do Governo (incluindo o congelamento da contratação) são imediatamente contestadas pelos trabalhadores, que substituíram várias delas por direcções unitárias da sua confiança, como foi o caso dos Técnicos de Desenho e Electricistas do Norte, etc.»

«Num momento em que se tornava pública a actividade do grupo divisionista da «Carta Aberta», as comemorações do 1.º de Maio (designadamente a grandiosa jornada do Porto), constituíram uma contribuição decisiva para travar a ofensiva

divisionista e reforçar a unidade dos trabalhadores. Nas comemorações do 1.º de Maio, mais uma vez os esquerdistas se desmascararam ao guardar-avançada da reacção, sendo isolados e batidos na tentativa que fizeram de comemorações separadas».

«A concentração de 27 de Novembro, no Palácio de Cristal, a par de outras concentrações realizadas no País contra o bloqueamento da contratação colectiva, contra os despedimentos e o pagamento do 13.º mês em Títulos do Tesouro, e a que aderiram 55 sindicatos, constituiu uma resposta unitária dos trabalhadores à ofensiva do patronato e da direita contra os direitos e conquistas dos trabalhadores».

AS MANOBRAS DIVISIONISTAS SERÃO DERROTADAS

Entretanto, verificaram-se numerosas lutas de trabalhadores noutras frentes, no último ano, nomeadamente pela contratação colectiva (caso do comércio retalhista e grossista têxtil, indústria de madeiras, das operárias conservéiras, metalúrgicos, têxteis e outros sectores). As tentativas de recuperação capitalista defrontaram-se com a oposição dos trabalhadores de numerosas empresas em autogestão, de cooperativas e de outras empresas, nomeadamente da Facar. Entre outros, os trabalhadores da «Maconde» lutaram contra os despedimentos e em defesa da organização sindical nas empresas».

«Há que sublinhar ainda — declarou Henrique Sousa — que a crescente unidade e disposição de luta em defesa dos seus direitos e conquistas reveladas pelos trabalhadores nas empresas, foi acompanhada por um assinalável reforço da unidade de acção entre sindicatos filiados e não filiados na Intersindical, entre direcções sindicais e diferentes correntes de opinião, e também por



O camarada Henrique Sousa, da DORN, falando ao «Avante!».

Marinha Grande: ENCONTRO REGIONAL DA JUVENTUDE TRABALHADORA

Tendo como objectivo fundamental o debate de questões relacionadas com a participação activa e organizada da juventude trabalhadora na preparação do Congresso de Todos os Sindicatos, «o reforço da participação da juventude no movimento sindical» e «a defesa dos interesses específicos da juventude trabalhadora», o Departamento Juvenil do Sindicato Vidreiro da Marinha Grande, um grupo de jovens metalúrgicos levou a efeito no próximo dia 23, no teatro Stephens, um grande encontro da Juventude Trabalhadora da região da Marinha Grande.

Participam nesta jornada de unidade — que surge na sequência de um amplo debate travado nas empresas, nos sindicatos e nas escolas nocturnas — comissões de juventude, organizações de trabalhadores-estudantes

e delegados eleitos nas empresas e nas assembleias das escolas nocturnas, estando, também, prevista a presença, como convidados, de elementos do Departamento da Juventude da Intersindical, Departamento das Uniãoes Distritais de Lisboa e Setúbal, sindicatos do distrito de Leiria, e dos secretariados das comissões de moradores e trabalhadores e delegados sindicais das empresas da Marinha Grande. É a seguinte a ordem de trabalhos do Encontro: às 10 horas, sessão de abertura; às 11, início da discussão; às 13, interrupção para o almoço; às 14 e 30, reinício dos trabalhos; às 16 e 30, fim das discussões; às 17 horas, sessão de encerramento com apresentação e votação das conclusões; às 18, festa-conívio aberta a todos os jovens, estudantes, trabalhadores e população em geral.

As teses que servirão de base para o debate abordam os seguintes temas: «a juventude e o movimento sindical», «a juventude na empresa», «a juventude trabalhadora e a ocupação dos tempos livres», «trabalhadores-estudantes».

LEGISLAÇÃO ANTIOPERÁRIA FM DEBATE

Para discutir e debater acerca da legislação do trabalho, várias associações de classe realizam, no próximo dia 15, na Voz do Operário, um Plenário de Comissões de Trabalhadores e Delegados Sindicais do Distrito de Lisboa, convocada pela CINTUB, União dos Sindicatos, Empresas Intervencionadas e Empresas e Cooperativas, a reunião tem na ordem de trabalhos a quotização sindical, os despedimentos, o direito à greve, a contratação colectiva e outra legislação ultimamente promulgada sem que os trabalhadores tenham participado na sua elaboração, como a Constituição garante e o Governo não cumpre.

Na circular convocando o Plenário, os trabalhadores afirmam «Numa altura em que as forças reaccionárias e de direita se empenham na destruição das nossas conquistas, é importante que saibamos, organizadamente, ampliar a nossa frente de luta e dar resposta adequada pela defesa dos nossos interesses e dos nossos direitos e pela defesa das conquistas da Revolução».

A circular informa que em datas compreendidas entre 8 e 22 de Janeiro em curso, haverá plenários idênticos em todos os distritos do País para debate, aprofundamento e concretização prática das conclusões sobre legislação do trabalho aprovadas no Encontro Nacional de 6 de Novembro e sobre as questões abordadas na concentração de 27 do mesmo mês, em Lisboa».

LUTAS E TAREFAS

A FARSA DOS REFERENDOS

Os referendos acerca do Congresso de Todos os Sindicatos continuam a ser rejeitados por grande número de trabalhadores filiados em sindicatos com direcções referendistas e empenhadas na cisão do Movimento Sindical. Irregularidades e impossibilidade de fiscalização foram já denunciadas por trabalhadores do Comércio de Lisboa. O referendo é antiestatutário — reafirmaram publicamente os representantes de 640 sócios do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio de Lisboa. «A Assembleia Geral — acrescentam — é uma reunião onde os sócios têm que ter o direito de discutir, apresentar propostas, requerimentos e moções, o que não acontece com o referendo que nem sequer é uma reunião».

Por essas e outras razões aquele grupo de sócios propõe a abstenção da classe no referendo previsto para amanhã, dia 14, uma vez que participar nessa farsa seria dar o nosso aval a uns

corpos gerentes que, em 16 meses, ainda não realizaram uma única assembleia geral (mesmo as exigidas pelos Estatutos: Orçamento e Contas), não fazem reuniões de delegados, dão tempo que apelam para a luta organizada contra as pretensões abusivas do Governo e da CIP, os trabalhadores sindicalizados continuam a preparação do Congresso, acabando a discussão das teses e organizando, através da CNOC e das Comissões Dinamizadoras Distritais, amplos plenários de zona, bem como reuniões e assembleias nas empresas e nos sindicatos.

NOVO SINDICATO PARA A UNIDADE

Com âmbito nacional, foi aprovada a constituição e o projecto de Estatutos do Sindicato dos Trabalhadores das Administrações e Juntas Municipais. Aprovado o projecto unitário, decorrerá brevemente as eleições para os corpos gerentes da nova associação sindical.

PLENÁRIOS DE ZONA

Num comunicado com a data da última segunda-feira, a Comissão Dinamizadora Distrital de Lisboa (CDD) para o Congresso de Todos os Sindicatos, depois de informar que, «na última semana, se realizaram 36 plenários onde foram discutidos os projectos de Estatutos, Programa de Acção e Lei Sindical, tendo os trabalhadores manifestado o seu vivo repúdio pelas leis antioperárias do Governo, confirmada pela aprovação de dezenas de moções», anunciava, para hoje e amanhã, a realização dos seguintes plenários de zona:

Dia	Hora	Zona	Local
13	20.30	V.F. Xira	Casa do Povo
13	20.30	Maíra	Cineleatro
13	18.30	Torres vedras	Clube Art. Comercial
13	21.00	Cascais	Delegação Rodoviários
14	20.30	Mem Martins	Deleg. Rodov. e Metal.
14	18.30	Venda Nova	Refeit. da Comelna
14	21.00	S. Iria Azóia	Soc. Santariense
14	18.30	Sacavém	Deleg. Metalúrgicos
14	21.00	Alhandra	Soc. Euterpe

Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses.

A PARIDADE ENTRE A CADEIRA E O ELEFANTE

O projecto de partidarização dos sindicatos, que a «Carta Aberta» encobria sob nomes bem sonantes, foi derrotado. De nada lhe valeu a campanha dos jornais da direita, dos jornais «pluralistas» e estatizados, da Rádio e da Televisão. A intenção divisionista pouco ultrapassou o círculo de alguns dirigentes sindicais afectos ao PS. A repercussão que alcançou partiu de lugares de chefia muito contestados e precários, como a condenação dos referendos o tem vindo a demonstrar.

Mesmo assim, o «Diário de Notícias», mafutino estatizado, ainda em 10 do corrente pretendia avançar, na primeira página, em termos de uma paridade absurda, que nunca existiu, com «duas correntes

QUEM PODE NEGAR AS REALIZAÇÕES DA UNIDADE?

«Tal como verificámos ao longo do processo revolucionário sempre que nos mantivemos unidos os nossos objectivos foram atingidos. Só assim foi possível garantir a melhoria das nossas condições de vida e de trabalho, a satisfação dos cadernos reivindicativos, as revisões dos contratos colectivos e o seu alargamento a novos sectores, a fixação e actualização do salário mínimo, o alargamento dos benefícios da Previdência, etc.»

«Quem pode desmentir estas realizações da unidade? Será a «Carta Aberta», que nasceu ontem para dividir forças, numa tentativa sem princípios para obter a hegemonia no Movimento Sindical? A resposta a estas perguntas é do conhecimento dos trabalhadores. Sejam comunistas, sejam socialistas eles sabem, como o projecto

POR MAIS UM CT NO NORTE!

S. Paio de Oleiros, freguesia industrializada do concelho de Vila da Feira, distrito de Aveiro, precisa de um centro de trabalho do nosso Partido.

Para que os ideais progressistas que de há muito se fazem sentir entre a população se possam desenvolver e manifestar de forma organizada, para que o caciquismo e a reacção sejam devidamente combatidos, importa que os militantes comunistas possuam um local e condições de trabalho.

Por isso, e porque a existência de um Centro de Trabalho contribuirá não só

para o reforço da organização do Partido na freguesia de Oleiros mas também no resto do concelho da Feira, a Comissão de Freguesia do nosso Partido em Oleiros decidiu-se a comprar um terreno e dispõe-se, com a ajuda de todos, a construir um Centro de Trabalho.

Camarada, o teu donativo e participação é importante. Ajuda a construir mais um Centro de Trabalho no norte!

A recepção de donativos está a cargo do CT de Espinho rua n.º 8 — n.º 333.

Ajudemos os camaradas! S. Paio de Oleiros terá o seu Centro de Trabalho!

Quotização sindical

SURDO AOS INTERESSES NACIONAIS O GOVERNO REINCIDE NO ATAQUE AOS SINDICATOS

Numa escandalosa atitude de submissão ao grande patronato representado pela CIP, o Governo do PS acaba de «interpretar por via legal» a anterior disposição da sua lavra, segundo a qual ficam as associações sindicais obrigadas a proceder à cobrança da quotização dos trabalhadores filiados. De acordo com essa «interpretação», que contraria a anteriormente formulada pelo próprio Ministério do Trabalho, são consideradas sem efeito as cláusulas em vigor dos contratos colectivos que obrigam as entidades patronais a cobrar e remeter aos sindicatos a quotização sindical. A CIP considerou que essa obrigação, livremente assumida e garantida por contrato, era irrelevante. O Governo apressou-se a fazer-lhe a vontade, ignorando, assim, os protestos justos e fundamentados que, sobre essa matéria, todo o movimento sindical lhe fez chegar.

«O diploma agora anunciado (que «interpreta» a anterior ingerência governamental sobre o assunto) interfere no funcionamento e organização interna das associações sindicais até ao ponto de lhes impor um processo determinado de cobrança de quotização» — protesta a Intersindical num aviso a todas as organizações sindicais e a todos os trabalhadores.

«Mais uma vez, o Governo utilizou o processo de anunciar publicamente esta medida como um facto consumado, para tentar frustrar o funcionamento dos mecanismos constitucionais e permitir ao patronato pô-la imediatamente em prática

— acrescenta a Intersindical, sublinhando: «A nossa posição é clara: condenamos tal diploma e vamos opor-nos com determinação à sua promulgação e entrada em vigor. Enquanto ele não for promulgado e publicado, não está em vigor. Os contratos colectivos são para cumprir como até agora».

QUE SÃO PARA O GOVERNO AS CONVENÇÕES COLECTIVAS?

Foi no Porto, em 18 de Novembro findo, durante a sessão do Conselho de

Ministros ambulatório, que os especialistas governamentais na destruição do movimento sindical resolveram alterar o artigo 21.º do Decreto-Lei 215-B/75, de 30 de Abril de 1975, que obrigava a entidade patronal a «proceder à cobrança e remessa aos sindicatos das quotas sindicais dos trabalhadores sindicalizados, deduzindo o seu montante das respectivas remunerações, salvo se as associações sindicais deliberarem diversamente».

Aquela Lei Sindical atribuiu, por outro lado, às convenções colectivas a facultade de «regular de modo diferente a cobrança e remessa da importância das quotas», garantindo deste modo, através da negociação, aquilo que melhor conviesse às partes contratantes.

Aqui não havia ingerências. Mas o Governo do PS precisava delas. Assim, revogou aquele artigo para «quebrar a espinha» ao Movimento Sindical, como sem reboço afirmou o secretário de Estado do Trabalho. Daí a nova versão saída desse Conselho de Ministros de 18 de Novembro que, sem ouvir os trabalhadores, pretendeu impor ao movimento sindical o seguinte «1. Compete às associações sindicais estabelecer o valor e proceder à cobrança das quotas sindicais dos trabalhadores seus sindicalizados ou das associações suas filiadas; 2. Nenhum trabalhador pode ser obrigado a pagar quotas para um sindicato em que não esteja inscrito». Com o ponto 1 pretendia-se asfixiar financeiramente os sindicatos. O ponto 2 era apenas uma frase para disfarçar e colher alguns frutos demagógicos da confusão. O Governo do PS sabia e sabe que a Lei Sindical de Abril de 1975, promulgada antes da Constituição, já garantia, como esta garante, inteiramente, a liberdade de inscrição ou filiação sindical — liberdade essa assegurada também pelos estatutos, aos vários níveis, das organizações sindicais.

Por outro lado, o Governo sabia e sabe que nenhum trabalhador foi obrigado a descontar para um sindicato em que não estivesse inscrito como sócio, nomeadamente depois de entrarem em vigor os novos Estatutos dos sindicatos e a Lei Sindical, cujo artigo 21.º foi revogado na tal sessão ambulatória do Conselho de Ministros.

O Governo esquecera-se, porém, de um pormenor o de que as convenções colectivas de trabalho têm força de lei e sempre os trabalhadores as consideraram como tal, protestando e recorrendo aos tribunais quando as suas cláusulas não eram cumpridas. Pretendendo ignorar isso, o Governo quer fazer dos contratos colectivos papéis sem valor. As lutas que os trabalhadores têm desenvolvido pela contratação colectiva não têm eco no Governo do PS, que se diz um partido dos trabalhadores. De outro modo, não se pode compreender a atitude governamental de considerar sem efeito cláusulas contratuais livremente negociadas e assinadas.

SUBMETER O MOVIMENTO SINDICAL AOS DESIGNIOS DO IMPERIALISMO

Quase dois meses se passaram depois da primeira revogação do artigo 21.º da Lei Sindical. Nesse período, não houve um dia em que o movimento sindical e os trabalhadores organizados não protestassem contra a nova modalidade de cobrança de quotas que o Governo tentava impor. Nesses protestos se lembrava que os contratos colectivos continuam em vigor, que continua em vigor a cláusula contratual que obriga as empresas e o patronato a cobrar e a enviar aos sindicatos as quotizações sindicais.

O Governo ficou surdo a esses protestos. Não ouviu os trabalhadores, mas ouviu a CIP, que «está interessada em enfraquecer o Movimento Sindical, atacando-o sempre que pode e fazendo-o agora a nível financeiro», como salienta, num comunicado, o Sindicato dos Trabalhadores dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul, acrescentando que «os

trabalhadores saberão responder ao Governo, como sabem responder à CIP», já que «a CIP e o Governo resolveram agora governar em conjunto contra nós», isto é, contra os trabalhadores organizados, contra as suas associações de classe.

Ao pactuar com a CIP, com a recuperação capitalista e com o imperialismo, o Governo assume pesadas responsabilidades na intensificação dos ataques aos direitos constitucionais e ao seu uso, ao uso das liberdades, ao uso da unidade, da independência e da democracia, não apenas no Movimento Sindical, mas em toda a vida política e económica do País.

Na onda de protestos generalizados que a «lei da quotização», provocou, logo a seguir ao seu primeiro anúncio, em Novembro do ano findo, ficaram bem esclarecidas todas as implicações que essa medida trazia consigo, na perigosa tentativa de asfixiar financeiramente os sindicatos. Nenhuma associação sindical verdadeiramente representativa e atenta aos interesses dos seus filiados deixou de apresentar claramente os perigos dessa medida. Os órgãos do poder não podem ignorá-los.

O Governo quer submeter rapidamente o Movimento Sindical aos designios do imperialismo e da social-democracia europeia. O dinheiro desta gente custa caro! Adoptar os padrões do divisionismo, abusando do nome da liberdade, é função deste Governo que pretende falar de independência nacional com autoridade. Os factos, porém, desmentem claramente as palavras do Governo e o seu afã de parecer isento de culpas e cumpridor da Constituição.

OS OBJECTIVOS DA «LEI DAS QUOTAS»

A verdade é que a «lei das quotas», além de inconstitucional, tem objectivos muito precisos. Não será necessária uma enumeração exaustiva, nem a referência a aspectos particulares, para se perceber que o novo sistema de cobrança vai reduzir os efectivos sindicais, vai limitar gravemente a capacidade financeira dos sindicatos, vai afectar o emprego do pessoal ao serviço das associações sindicais, vai pôr nas mãos do patronato reacção a uma perigosa arma de divisão, vai estimular os despedimentos, vai prejudicar toda a mobilização, a acção e as actividades sindicais, vai privar os sindicatos de controlar o cumprimento das leis do trabalho e dos contratos colectivos, vai atacar profundamente a unidade, a democracia e a liberdade de todo o Movimento Sindical.

Como é notório, não se trata de «partir a espinha à Intersindical». Trata-se de escancarar as portas ao imperialismo e aos seus processos de recuperação capitalista, através do enfraquecimento do poder de intervenção das classes trabalhadoras na vida do país.

Recusando-se a considerar válidos preceitos consignados na contratação colectiva, fazendo tábua rasa de um direito que nem o fascismo conseguiu destruir, o Governo do PS desautoriza-se por completo, ao desautorizar o respeito pela lei, não só a que cabe às convenções colectivas, mas ainda as disposições que proibem despojar os trabalhadores de direitos consignados na lei geral e no direito internacional do trabalho.

«Os contratos colectivos são para cumprir», como reafirma a Intersindical ao informar «todos os trabalhadores e as suas organizações de classe de que patronato e as empresas continuam obrigadas a proceder à cobrança e à remessa da quotização aos sindicatos». Lutar para que esta obrigação seja cumprida, lutar em massa para impedir a entrada em vigor da «lei das quotas» e defender a liberdade sindical é objectivo de todas as associações sindicais, de todos os trabalhadores.

Eleições em Lodares e Alvarenga MANOBRAS REACCIONÁRIAS EXPLORANDO A FÉ RELIGIOSA

A igreja é um local de culto e não um palco para comícios

Em muitos pontos do país — e com especial incidência no Norte — a Igreja, através de alguns dos seus ministros, continua a ser utilizada como centro de divulgação de ideologias reacccionárias e de manipulação política das populações.

A homilia proferida no passado domingo pelo padre Joaquim Maia, em Lodares, é bem a prova do que afirmamos. Após uma longa explanação em que não se poupou acusações e insultos aos componentes da Frente Eleitoral Povo Unido e da Lista de Independentes de Lodares, o pároco daquela localidade terminou a sua exposição afirmando, segundo informaram os jornais:

«No domingo vamos votar. Vede bem em quem votais e não vos esqueçais de votar como da outra vez. Votar na lista independente é votar no comunismo».

Nem mais.

Talvez o padre Joaquim Maia ignore que a liberdade religiosa é um direito consignado na Constituição; talvez ignore que a Constituição consagra igualmente a independência da Igreja; talvez ignore ainda que a prática a que se dedica (utilizar o púlpito para caluniar formações políticas) é susceptível de punição, pois incorre no artigo 110.º da lei eleitoral que prevê para tais casos a pena de prisão até um ano e multa de 1000\$00 a 5000\$00.

Ou talvez o padre Joaquim Maia não ignore nenhum destes factos e seja absolutamente incapaz de resistir à tentação de utilizar o cargo que ocupa e o ascendente que provavelmente detém sobre crentes de Lodares para dar vazão aos seus sentimentos reacccionários e assim exercer pressão e manipular a vontade do eleitorado. Porque em Lodares, recorde-se, vão repetir-se as eleições no próximo domingo.

A completar o «esclarecimento» prestado pelo referido padre durante a missa foi distribuído aos presentes o «Santa Marinha de Lodares», jornal semanal da responsabilidade das paróquias de Bostelo, Lodares

e Meinedo que, muito a propósito, continha diversas «informação» sobre os «regimes comunistas e a igreja».

A repulsa que tal procedimento causou na população de Lodares não invalida a gravidade dos factos.

Liberdade que de novo foi posta em causa na tarde de domingo, ainda em Lodares, quando vários provocadores chefiados pela irmã do padre tentaram impedir a realização de uma sessão de esclarecimento da FEPU, invadindo a escola primária onde a mesma se realizava. Mais uma vez os seus intentos foram frustrados, pois a população não só não se intimidou como também não se desmobilizou e continuou a seguir atentamente as intervenções dos candidatos da Frente.

A realização de novas eleições não bastam, por si só, para que sejam garantidas as condições de liberdade e democracia necessárias ao acto eleitoral. Mas, sejam quais forem os resultados eleitorais, o povo de Lodares acabará por compreender quais são os seus verdadeiros inimigos e quais os que defendem os seus interesses. A democracia acabará por vencer.

Entretanto, em Alvarenga, freguesia de Lousada, onde também se realizarão novas eleições, será montada uma tenda do exército para funcionamento do acto eleitoral, malgrado todos os esforços da Frente Eleitoral Povo Unido para que para o efeito fosse instalado um pavilhão pré-fabricado que, posteriormente, poderia tornar-se em provisória sala de aulas. A primeira sala de aulas de Alvarenga.

A sugestão da FEPU não foi aceite. As crianças continuarão a ser obrigadas a percorrer quatro e cinco quilómetros por dia, através de «caminhos de cabras» para frequentar a escola mais próxima. A Constituição portuguesa diz que o ensino é um direito a que todos têm direito. Em Alvarenga — como em muitos outros sítios — é preciso ter boas pernas para se poder usufruir esse direito.

24 GRUPOS DE TEATRO E O SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESPECTÁCULOS ORGANIZAM UMA SEMANA DE LUTA

Um despacho da Secretaria de Estado da Cultura que, para além de conter elementos inconstitucionais, põe em risco de desemprego 300 trabalhadores de teatro, está na origem desta semana de luta

Vinte e quatro grupos de teatro independente e o Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos encetaram, na semana que decorre, várias iniciativas integradas numa semana de luta pelo direito ao trabalho, por um teatro para os trabalhadores, pelo direito à cultura, pelo direito dos trabalhadores em serem ouvidos nos sectores que lhes dizem respeito, por uma política de cultura feita com os trabalhadores e não contra eles.

COM OS REINTEGRADOS O GOVERNO DO PS—SOZINHO SENTE-SE MAIS ACOMPANHADO

O Governo minoritário do PS tem procurado apoiar a sua desequilibrada política em bem estranhas formas de recuperação. Recuperação capitalista a nível económico, que se traduz por um lado nas ofensivas contra a Reforma Agrária e por outro nas ofensivas, estas menos claras, contra o sector nacionalizado e as empresas intervenções. Recuperação de um aparelho de Estado, não completamente limpo da escória fascista que apoiava o antigo regime e tem procurado, e por vezes conseguido, entrar o progresso e a consolidação da democracia, aproveitando os lugares que detém para daí fazer fogo contra as conquistas revolucionárias.

Desde que se apanhou sozinho, o Governo do PS continuou com novo fulgor, os saneamentos à esquerda que já vinham de trás.

O célebre Cardia do MEIC levou a extremos esse furor de saneamento à esquerda, enquanto que na informação se reforçavam as posições da direita.

A última semana foi novamente pródiga em acontecimentos que vêm mais uma vez confirmar que o Governo do PS sozinho não merece confiança aos democratas, não pode

Esta Semana de Luta, que culminará no próximo domingo com uma grande jornada cultural a realizar na FIL, é fundamentalmente dirigida contra a política anticultural e antitrabalhadores de teatro praticada pela Secretaria de Estado da Cultura.

Os 24 grupos de teatro independente que se opõem à política «cultural» da SEC são dos mais representativos no panorama do actual teatro português e alguns deles, inclusivamente, vêm desenvolvendo a sua

actividade já desde os tempos do fascismo, tendo habituado as massas trabalhadoras a um contacto com espectáculos de grande qualidade, de grandes artistas e dignos.

São os seguintes os 24 grupos de teatro independentes que a Secretaria de Estado da Cultura pretende, se não calar, pelo menos marginalizar com a sua política anticultural: O Bando, a Barraca, Branca Flor, Bonecreiros, A Centelha, Casa da Cultura da Margem Sul, Os Cómicos, A Comuna, Cooperativa Rafael de Oliveira, Faz Tudo, Grupo 4, Grupo de Teatro de Campolide, Grupo de Teatro Hoje, Teatro de Animação de Setúbal, Teatro da Cornucópia, Teatro Estúdio de Lisboa, Teatro Experimental de Cascais, Teatro Experimental do Porto, Teatro Popular de Almada, A Proposta, Os Psiconautas, Richard Demarcy-Teresa Mota, Seiva Trupe e Trabalhadores de Teatro da Casa da Comédia.

CONTRA AS NORMAS INCONSTITUCIONAIS

As razões da luta que o Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculo e os 24 grupos de teatro travam radicam no facto de as normas para a concessão de subsídios, emanadas da Secretaria de Estado da Cultura e elaboradas sem que os trabalhadores de teatro tivessem sido ouvidos, serem consideradas inaceitáveis.

Segundo foi afirmado numa conferência de imprensa realizada no princípio desta semana pelos grupos em luta e pelo Sindicato, tais normas, a não serem revogadas, poderão levar ao desemprego cerca de trezentos trabalhadores de teatro. Com efeito, o tipo de «subsídio» que a SEC propõe atribuir não salvaguarda os postos de trabalho dos que em Portugal fazem teatro.

Segundo o que a Secretaria de Estado da Cultura pretende, apenas seriam concedidos subsídios para arrendamento das salas de espectáculos, custos de montagens, publicidade e direitos de autor. Ora, tudo isto cobre apenas 20 por cento do total dos encargos de um grupo de teatro, atingindo os salários 80 por cento dos encargos gerais.

Mas, mesmo para estes parcos tostões que a SEC, magnanimamente, se propõe atribuir, elaborou uma quantidade de normas que os trabalhadores de teatro vêm, desde há tempos, denunciando como inconstitucionais e anticulturais.

Assim, são só subsídios, no entender da SEC, os grupos cuja totalidade dos membros

sejam sindicalizados e metade deles há mais de quatro anos! Trata-se de uma exigência constitucional e que visa, na prática, não reconhecer e não apoiar nenhum dos grupos de teatro que aparecerem — ou venham a aparecer — após o 25 de Abril...

Outra das medidas contrárias à lei contida no despacho da Secretaria de Estado da Cultura refere-se à possibilidade desses «subsídios» poderem ser cortados, desde que a actividade dos grupos seja antidemocrática. Os trabalhadores de teatro encaram com bastante apreensão esta «norma», que pode conduzir à instauração de formas censórias. Os trabalhadores de teatro condenam o facto de ser a própria SEC a julgar discricionariamente da inconstitucionalidade ou da democraticidade da actividade teatral, quando tal compete apenas aos tribunais.

UM OBJECTIVO: OBTER A REVOGAÇÃO DO DESPACHO

Entretanto, os 24 grupos e o Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculo têm desenvolvido um vasto trabalho no sentido de conseguirem a revogação do despacho da Secretaria de Estado da Cultura. Nesse sentido, foram já recebidos pelos grupos parlamentares dos partidos com assento na Assembleia da República, por representantes da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura.

Nesses contactos, os representantes do Sindicato e dos 24 grupos entregaram um vasto «dossier» no qual expõem as suas razões para o que o despacho seja revogado. Esse mesmo «dossier» foi entregue ao Presidente da República, ao presidente da Assembleia da República, ao presidente da Comissão Constitucional, ao Conselho da Revolução e ao Primeiro-Ministro e ao ministro sem pasta Henrique de Barros, encarando-se ainda a entrega na Assembleia da República de uma petição para que esta aprecie o despacho em causa.

Numerosos artistas populares e intelectuais deram já o seu apoio à jornada de luta que se realiza no próximo domingo na FIL, com início às 15 horas. Nessa jornada haverá teatro infantil, variedades, exposições, colóquios, cinema e teatro, o que irá constituir, certamente, a melhor prova de que, mau grado as tentativas da SEC, o teatro em Portugal está vivo, nomeadamente através da luta destes 24 grupos de teatro independentes.

PROVOCAÇÕES DO MRPP

O pasquim que dá pelo nome de «Luta Popular», órgão do grupelho neonazi MRPP, publica na sua edição do dia 10 uma série de parvoíces sobre a Redacção do «Avante!».

As imbecilidades e mentiroas provocatórias acerca da Redacção do órgão central do PCP não mereceriam qualquer comentário se não fosse dar-se o caso de o pasquim reproduzir descaradamente um mapa de vencimentos das quotizações do Sindicato dos Jornalistas (seria, aliás curioso saber como foi obtido, mas talvez não seja alheio ao facto apenas restarem na pseudo-direcção daquele sindicato elementos do MRPP).

Assim, considerando que, ao utilizar aquele mapa, se pretendeu avalar mentiras e provocações reacccionárias com um organismo de trabalhadores ao qual os jornalistas do «Avante!» pertencem, há que esclarecer alguns pontos:

1.º Os membros da Redacção do «Avante!» são jornalistas profissionais e, como tal, encontram-se inscritos no seu sindicato nas condições determinadas pelos respectivos Estatutos e pelo Contrato Colectivo de Trabalho em vigor;

2.º Os jornalistas do «Avante!» e a Editorial «Avante!», respeitam o CCT conquistado pela classe em tudo o que diz respeito às suas quotizações para o Sindicato (proporcionais aos vencimentos) e a todos os descontos e impostos estabelecidos pela lei na base dos vencimentos mínimos e das categorias profissionais estipulados pelo CCT. Assim o impõe a solidariedade profissional, respeitando as conquistas dos trabalhadores da imprensa, e assim o impõe a legislação em vigor.

3.º Como sucede com todos os outros funcionários do PCP, os jornalistas do «Avante!» auferem efectivamente os vencimentos estipulados pela Direcção do seu Partido, aprovados pelo VIII Congresso, e que são públicas. A diferença entre os vencimentos conquistados pela classe (e na base dos quais são efectuados descontos que interessam a todos os trabalhadores, seja para o Sindicato, seja para a Previdência) e os ordenados reais reverte naturalmente para os fundos do Partido.



Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Propriedade
Partido Comunista Português
Av. António Serpa, 26-2.º Dt.º — Lisboa 1 Tel.: 7272284

Administração
Editorial Avante, SARL
Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º — Lisboa 1 — 769705

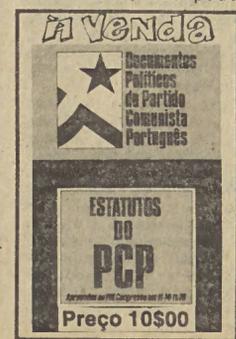
Direcção e Redacção
Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º — Lisboa 1 — Tel.: 769725-769722

Distribuição
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL
Central: Rua Pedro Nunes, 9-A — Lisboa 1, Tel.: 769744-769751
Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C — Lisboa 1, Tel.: 769705
Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — Porto, Tel.: 28938
Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. — Porto, Tel.: 29838
Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Erva, 6 — Coimbra, Tel.: 28394
Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 — Santarém, Tel.: 24564
Centro Distribuidor de Setúbal: Livraria 1.º de Maio — Praceta Portugal — Baixa da Banheira, Tel. 2040653
Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcova de Baixo, 13 — Évora, Tel.: 25361
Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 — Faro, Tel.: 24417

Assinaturas
CDL, Departamento de Venda Directa
R. Pedro Nunes, 9A — Lisboa, Tel.: 40605-41787

Publicidade
R. Pedro Nunes, 9A — Lisboa 1 — 40605-41787
Casa da Venda em Lisboa: «Capital» — Rua do Norte — Bairro Alto
Composto e impresso na Heka Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — Amadora

Tiragem média no mês de Dezembro — 79 904 ex.



QUE AUSTERIDADE? MOSCOVO: DELEGAÇÃO PORTUGUESA NO «FORUM» MUNDIAL DAS FORÇAS DE PAZ

«O PCP está de acordo com uma política de verdadeira austeridade. Mas o que o PCP não pode deixar de combater é uma «política de austeridade» que pretenda fazer pagar aos trabalhadores o peso da crise, que significa fundamentalmente reduções de salários reais e de benefícios sociais e agravamento de todas as formas de exploração» — declarou-nos o camarada Carlos Carvalhas, membro do Comité Central e deputado do PCP à Assembleia da República, numa entrevista onde põe a claro, em linhas gerais, o que se deve entender por uma verdadeira política de austeridade, combatendo a recuperação capitalista.

Avante! — Quem são os responsáveis pela crise que atravessamos e que problemas se apresentam, nesse campo, para resolver de imediato?

C.C. — A economia portuguesa encontra-se em dificuldades. A herança do fascismo, a sabotagem do grande capital nacional, das forças reaccionárias e das multinacionais, o boicote do imperialismo e, a partir do VI Governo Provisório, uma política de recuperação capitalista, contrariando as leis tendenciais da economia portuguesa — que apontam rumo ao socialismo — conduziram a economia portuguesa a uma situação grave. Como reflexo da situação económica, a situação financeira é, no imediato, um dos principais problemas a vencer. Neste sentido, o défice da balança de pagamentos é concomitantemente o défice da produção nacional em relação aos consumos são duas faces

da mesma moeda que exigem medidas de correcção urgentes e globais.

Avante! — O Governo PS fala em austeridade. Mas qual é a política de austeridade do Governo?

C.C. — Através do congelamento da contratação colectiva e do aumento de preços, o Governo tem obrigado os trabalhadores, em geral, a uma verdadeira poupança forçada e a um racionamento injusto e iníquo que, além do mais, toca os produtos essenciais à satisfação das necessidades básicas da população.

Avante! — Oficialmente, o racionamento não existe...

C.C. — É verdade que as montanhas estão cheias de produtos, que o luxo e a ostentação é visível, que não há racionamento com bichas. Mas é verdade também que há um outro tipo de racionamento, mesmo visível, que se

concretiza pelo aumento generalizado dos preços. Os trabalhadores comem cada vez menos e em períodos cada vez mais longos, carne, peixe, fruta; são obrigados a reduzir os seus gastos nos tempos livres; cortam os seus consumos de vestuário e vêem o seu futuro com apreensão.

Avante! — Desta forma...

C.C. — Desta forma, o Governo tem obrigado os trabalhadores a reduzir os consumos, a pagar a crise, aumentando a acumulação do sector capitalista da economia.

Avante! — Onde se deve cortar?

C.C. — Uma política de austeridade deve

parasitárias e de altos rendimentos, que continuam a esbanjar os recursos nacionais.

Avante! — Quem deve pagar?

C.C. — Corte-se nos carros e nos palácios dos ricos, mas não se toque no pão dos trabalhadores. E não se diga que já não há capitalistas ou que a riqueza já não existe. Mesmo sem entrar em linha de conta com a ostentação diária das classes e camadas parasitárias, recordamos que em Outubro os depósitos a prazo e com pré-aviso atingiam os 210 milhões de contos que correspondem na sua esmagadora maioria a particulares. Mesmo retirando-lhes a pequena

A reanimação económica é imprescindível o concurso dos trabalhadores, o seu entusiasmo, a sua adesão, a sua imaginação criadora. Mas a participação dos trabalhadores não se consegue com uma política antioperária, não a conseguirá um Governo que continue apostado na recuperação capitalista, agrária e imperialista.

compreender medidas moralizadoras, medidas económicas e medidas fiscais, que estimulem a produção e o consumo de bens nacionais e que corte os consumos sumptuosos, supérfluos, secundários e inúteis. As reduções devem começar por quem mais tem e dentro destes, pelas classes e camadas

poupança (depósitos até 100 contos), estima-se em mais de 130 milhões a riqueza líquida que aí se encontra acumulada. Por outro lado, o Estado prevê no seu orçamento para 1977 arrecadar cerca de 3,5 milhões de contos do imposto de capitais (empresas, juros de depósitos de particulares, rendimentos de títulos) o que corresponde a uma matéria colectável de dezenas de milhões de contos e a um património de largas centenas de milhões de contos. O património da burguesia endinheirada mantém-se intacto! E é por aí que deve começar a poupança forçada.

Avante! — Pode o Governo PS aplicar uma autêntica política de austeridade com medidas adequadas e com o apoio dos trabalhadores?

C.C. — Uma verdadeira política de austeridade passa também pelo combate ao desperdício pela reorientação dos consumos e pelo aumento da produção e pela reanimação da economia. Mas a reanimação, precisa do concurso, do entusiasmo, da adesão e da imaginação criadora dos trabalhadores. E isso não se consegue com uma política antioperária; não se consegue com um Governo que continua apostado na recuperação capitalista, agrária e imperialista.

Como se pode pedir a adesão e a compreensão dos trabalhadores, se estes vêm no dia a dia ataques às suas conquistas, se verificam que o Conselho de Ministros decreta que o aumento de salário máximo seja 10 vezes mais que o salário mínimo; que as empresas sejam devolvidas aos capitalistas, como podem admitir os trabalhadores que num Portugal democrático os fascistas sejam readmitidos no aparelho de Estado, que os Pides sejam soltos, que os agrários e os grandes capitalistas sejam indemnizados, que os absentistas tenham direito às reservas...

Avante! — O PCP contraria a política de austeridade?

C.C. — O PCP está de acordo com uma política de verdadeira austeridade. O que o PCP não pode deixar de combater é uma «política de austeridade» que pretenda fazer pagar aos trabalhadores o peso da crise, que significa fundamentalmente reduções de salários reais e de benefícios sociais e agravamento de todas as formas de exploração. Isto não é uma política de austeridade, mas uma política de recuperação capitalista.

A segurança internacional; e a revolução técnico-científica; a segurança e a cooperação a Oriente; a situação em África e no Médio Oriente; o desarmamento; a independência nacional; a nova ordem económica internacional; a garantia das liberdades democráticas e dos direitos do Homem; a opinião pública e a política mundial; a luta contra o fascismo, o imperialismo, o colonialismo, o neocolonialismo e o racismo; a cooperação económica, científica e cultural; a protecção das culturas nacionais em nome da paz — estes alguns dos temas que serão debatidos no decorrer do Forum Mundial das Forças de Paz, cujos trabalhos se iniciam amanhã em Moscovo com uma sessão de abertura na sala de conferências do Conselho de Ajuda Mútua Económica (CAME).

Participam nesta importante jornada de paz representantes de organizações de todo o mundo, nomeadamente, partidos políticos, sindicatos, organizações científicas, culturais e religiosas, organizações de mulheres e de jovens organismos governamentais, personalidades políticas e públicas, deputados, e outras individualidades integradas na luta pela consolidação da paz, pela compreensão mútua e pela amizade entre os povos.

Uma delegação constituída por Carlos Carvalhas, da Presidência do Conselho Português para a Paz e Cooperação, membro suplente do Comité Central do nosso Partido e deputado comunista na Assembleia da República; Amândio Silva, também membro da direcção do CPPC e professor da Escola de Belas-Artes do Porto; padre Joaquim Sampaio, de Setúbal; deputado socialista Gualter Nunes Basílio; capitão Silva Fernandes, da Escola Prática de Infantaria de Malra; dr. Maria de Lurdes Silva, da Comissão de Paz do Porto;

e Hernani Padilha, funcionário da TAP e membro da Comissão de Paz de Lisboa, representará o nosso país na importante reunião.

A realização desta jornada internacional, que irá proporcionar a diversas correntes de opinião a troca de ideias e o exame de iniciativas comuns em defesa da paz, foi acordada no decorrer de um Encontro de representantes de 16 organizações internacionais não-governamentais, de partidos e de organizações nacionais de mais de 50 países, promovido em 2 e 3 de Outubro do ano passado, em Moscovo,

pelo Conselho de Continuação e Ligação do Congresso Mundial das Forças de Paz.

As ideias essenciais e os princípios de base foram elaborados após a análise da evolução política e social do mundo nos últimos meses e de acordo com a necessidade de promover uma acção convergente das forças de paz para salvaguardar o futuro da humanidade.

O processo de desanuviamento e os obstáculos que tem encontrado em diferentes países e regiões do globo e que constituem sérias ameaças à paz mundial, encontram-se no centro das atenções da opinião pública internacional. O debate desta situação constituirá o objectivo fundamental do Forum, onde o papel da opinião pública no reforço do desanuviamento deverá encontrar a sua plena expressão. No decorrer dos trabalhos do Forum — à semelhança do que aconteceu durante a sua preparação — será garantida a livre participação, num pé de igualdade, de todos os delegados. Serão realizadas duas sessões plenárias, estando prevista a divisão de grupos (cada um com uma média de 25 pessoas) que irão abordar temas específicos.

Na discussão poderão surgir iniciativas construtivas e projectos de acção comuns que favoreçam o estabelecimento de uma paz durável.

O Encontro Internacional

realizado em Outubro de 76 dirigiu-se ao Comité Soviético do Congresso Mundial das Forças de Paz propondo a convocação do Forum para Moscovo, de 14 a 16 de Janeiro de 1977. O local e a data foram escolhidos por acordo comum.

Da direcção do Congresso Mundial das Forças de Paz — órgão de continuação da jornada que teve também lugar em Moscovo, em Outubro de 1973 e onde estiveram presentes 20 delegados portugueses — fazem parte Romesh Chandra, secretário-geral do Conselho Mundial da Paz, Arthur Booth, presidente do Bureau Internacional da Paz e secretário da Organização dos Quakers do Norte da Inglaterra, Sean MacBride, presidente do Bureau Internacional da Paz e Prémio Nobel da Paz, Knud Nielsen, presidente do Conselho da Associação Mundial dos Feministas e Mikhail V. Zimyanine, presidente do Comité soviético de apoio ao Congresso Mundial.

Sendo embora o Conselho Mundial da Paz já por si uma organização bastante vasta e representativa e um dos promotores deste Encontro, ele parte da iniciativa, não do CMP, mas de um conjunto de organizações e personalidades representando um vasto leque de opiniões políticas, religiosas e culturais.

O ENCERRAMENTO DO ISCSP E A «DEGRADAÇÃO» DO MEIC

Utilizando métodos muito semelhantes aos dos ministros de Salazar e Caetano, o dr. Sotomayor Cardia — cuja acção à frente do MEIC (cada vez mais próximo do MITI) tem vindo a ser caracterizada pela ignorância e pela incapacidade a todos os níveis, o que já lhe valeu, por diversas vezes, os mais entusiásticos aplausos da direita reaccionária — continua a impedir a democratização do Ensino, continua a manifestar, cada vez mais, o seu profundo ódio a tudo o que de progressista foi alcançado nas escolas após o 25 de Abril, continua a encerrar, por intermédio de forças policiais, escolas superiores que asseguraram o normal funcionamento das actividades escolares.

Depois da Faculdade de Economia do Porto, foi a vez do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), de Lisboa.

Na noite do dia 28, estudantes, professores e funcionários foram surpreendidos pelo encerramento e ocupação policial do Instituto, após ordem do MEIC. Uma força da PSP levou o porteiro que habitava nas instalações da escola, exigiu as chaves e encerrou o estabelecimento escolar, sendo vedada a sua entrada.

No dia seguinte, os elementos da Direcção da Associação de Estudantes e do Conselho Directivo tentaram ser recebidos pelo MEIC. Depois de esperarem 6 horas, e por diligência pessoal do reitor da Universidade Técnica de Lisboa (UTL), conseguiram ter uma entrevista com o subdirector-geral do Ensino Superior, que os informou (sem dar qualquer explicação) estar o ISCS encerrado por se encontrar em «degradação pedagógica e administrativa». Ao mesmo tempo, aquele responsável do MEIC disse que o CD estava demitido e que iria ser nomeada uma comissão de reestruturação «o mais rapidamente possível», tendo afirmado que, também não entendia o significado de «degradação administrativa».

O Conselho Directivo e a Direcção da Associação de Estudantes colocaram, em seguida, diversos problemas ao subdirector-geral do Ensino Superior. Foi-lhe perguntado como é possível, após o derrubamento do fascismo e a instauração de um regime democrático, um Ministério encerrar uma Associação de Estudantes (o que não acontecia desde 1973), impedir os estudantes de utilizar a cantina; impedir trabalhadores de exercer as suas funções e lançar cerca de 1400 pessoas para um futuro incerto.

Ao encerrar o ISCS o ministro Cardia praticou um grave atentado contra a institucionalização democrática, contra a própria legalidade instituída pelo seu Ministério. O encerramento do ISCS não foi justificado por um decreto oficial, mas por uma nota oficiosa, sem definir ou caracterizar a tal «degradação pedagógica e administrativa». Ao mandar encerrar o ISCS, o dr. Cardia praticou uma inqualificável ingerência na vida de uma escola superior que viveu um clima de trabalho e estudo, cuja norma de funcionamento pedagógico era uma realidade incontestável e que dispunha de órgãos democraticamente eleitos e tecnicamente competentes.

Ao encerrar o ISCS, o ministro Cardia não fecha as portas, como

disse, de uma escola «degradada», mas de uma das poucas escolas de Ciências Sociais, no País, com cursos únicos, como Gestão e Desenvolvimento Agrícola, Estudos Urbanos e Regionais, de uma escola que saneou, após o 25 de Abril, os ex-ministros do fascismo Adriano Moreira e Silva Cunha e outros conhecidos figuras da ditadura, cujos processos de afastamento foram na sua esmagadora maioria reconhecidos oficialmente. O dr. Cardia encerrou uma escola cujos recursos respondem a necessidades objectivas do País e em especialistas e técnicos, de uma escola em que, a par de profundas transformações progressistas, foi sempre assegurado, o normal funcionamento das actividades escolares, de uma escola que poderia estar aberta à cooperação com os novos países africanos libertos do jugo colonial, de uma escola com elevada percentagem de trabalhadores-estudantes (mais de 60 por cento), de uma escola que recusou passagens administrativas (aptos/não aptos), saneamentos indiscriminados ou sem razão.

AS CALÚNIAS DO MEIC

Porque foi encerrado o ISCS? Porque se impede a Direcção da Associação de ter acesso às instalações associativas? Porque se impede o estudo e o trabalho? Qual é a alternativa do MEIC? Quem procura, quem deseja a desestabilização do Ensino? A explicação oficial da ocupação e do compulsivo encerramento do ISCSP demora. Posteriormente viria a ser justificada em nota ministerial: o pretexto utilizado foi a «degradação pedagógica e administrativa» da escola. O MEIC afirmou que esta decisão se baseia em informações que ia recebendo. O Conselho Directivo e a Direcção da Associação de Estudantes esperam há mais de três meses uma entrevista com a Direcção-Geral do Ensino Superior. Mas, a matéria injuriosa, as afirmações falsas e as calúnias contidas na nota oficiosa do MEIC — que tentam «explicar» o encerramento da escola — foram imediatamente denunciadas e desmentidas pelo Conselho Directivo através de um encontro com os jornalistas e de um comunicado enviado à imprensa, o qual salienta, a cada altura:

«Quando a partir de oito de Março o actual C.D. negociava um refójo com o então D.G.E.S., engeheiro Rocha Trindade, houve o compromisso verbal que tal seria obtido. Apesar de ir sempre esperando o prometido reforço de verbas, o C.D. foi praticando uma política de tentar uma redução de despesas de necessidades não imediatas. Nestas circunstâncias, havia ainda verba suficiente para efectuar os pagamentos de Dezembro e do 1.º mês, quando inesperadamente no princípio deste mês, o MEIC retirou 1200 contos para pagamentos e a professores cujos contratos foram rescindidos, segundo normas perfeitamente legais, em Setembro e Outubro de 1975. Realce-se o facto de implicitamente reconhecendo as limitações do orçamento do ISCS, ter sido o próprio ministro Cardia que finalmente em 23 do corrente, após a sua assinatura à autorização de um reforço de verba ao ISCSP de 1500 contos».

«É também falsa a afirmação que os gestores do ISCSP venderam «para o ferro-velho publicações da sua biblioteca».

O comunicado do Conselho Directivo esclarece: «Parante a existência de largo número de exemplares antigos da Revista de Estudos Políticos Sociais que era publicada no antigo ISCSPU, e que não eram vendidos, exemplares esses amontoados a um canto e não pertencentes à biblioteca, o C.D. após guardar 20 a 30 exemplares de cada número, vendeu os restantes a quem por tal se interessou, no caso, um alfarrabista».

O referido documento acentua ainda que «o tom alarmista e sensacionalista da nota oficiosa não é uma análise concreta e objectiva da situação», mas exprime «uma posição politicamente pré-definida em relação ao ISCS e procura justificá-la, buscando elementos obtidos em fontes que, por não serem quaisquer dos canais legais, ou por contactos indirectos, são classificáveis de puramente especulativos».

ASSEMBLEIA DO ISCS PROCESSA O MEIC

Convocados pela direcção da Associação de Estudantes e pelo Conselho Directivo, os docentes, estudantes e funcionários do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) reuniram-se, entretanto, em Assembleia de Escola, nas instalações do Instituto Superior de Economia (ISE). Por unanimidade e aclamação, a assembleia — uma das mais representativas de sempre — decidiu, entre outras formas de luta, processar judicialmente o MEIC pelo encerramento da escola, e repudiou energicamente a nota oficiosa com que o dr. Cardia tentou «justificar» a ocupação policial do ISCS. Foi igualmente exigida a reabertura imediata da escola e das instalações da Associação de Estudantes, da Cantina e da Secretaria, tendo sido assinalada a intenção comum de manter em funções as estruturas democraticamente eleitas, como o Conselho Directivo, os Núcleos de Docentes e os Secretariados de Curso. A retirada da policia da Zona do Instituto, a recusa a eventuais sanções disciplinares, a homologação dos contratos dos docentes já em funções, a garantia dos postos de trabalho para todos os funcionários e do pagamento do 1.º mês a todos os que ainda o não receberam, o prosseguimento das reuniões de escola e das reuniões de curso e o desenvolvimento de todos os esforços para manter o ISCS em actividade, mesmo que esta se exerça temporariamente em «terra de exílio» — são pontos fundamentais da proposta aprovada no decorrer da Assembleia.

NOVA ASSEMBLEIA DE ESCOLA NO DIA 20

De acordo com uma proposta apresentada pela Comissão Directiva, a Comissão de Escola foi reestruturada, e ficou decidida a convocação de nova Assembleia de Escola para o dia 20, a realizar no ISE, caso o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas se mantenha, até lá, encerrado pela policia.

VÃO AUMENTAR AS EXPORTAÇÕES DE PORTUGAL PARA A URSS

Com a assinatura do respectivo protocolo final, terminou na passada segunda-feira, em Moscovo, a segunda sessão da Comissão Mista Luso-Soviética para o Intercâmbio Comercial.

Proseguindo a conversa com os órgãos de Informação, o secretário de Estado do Comércio Externo afirmou que nas últimas condições, «qualquer erro, qualquer mau trabalho feito em relação a qualquer tipo de exportação, como o comprador é só um, pode ocasionar problemas graves de futuro, visto que se cria um antecedente de desconfiança». Mais adiante, o dr. António Celeste salientou: «Assim, nalguns casos de exportações de produtos portugueses não se cumpriram prazos, não se cumpriram as ofertas que estavam feitas e depois, quando se entrega o produto, muitas vezes ele não está de acordo com a especificação daquilo que foi oferecido... É evidente que isto são graves erros que há que eliminar, são vícios de um passado que há que banir completamente, pois não é possível — quer em relação à União Soviética, quer em relação a qualquer outro país — processar operações deste tipo».

A concluir, o representante português considerou as perspectivas para o ano de 77 «francamente boas». «Nós julgamos — afirmou — que poderemos aumentar as nossas exportações para a União Soviética em cerca de 30 por cento em relação

àquilo que foram no ano de 1976, ano em que devemos ter exportado já cerca de 2 milhões de contos».

Entretanto, o comunicado final distribuído à imprensa sublinha que «os trabalhos da sessão decorreram numa atmosfera construtiva e amistosa», e que as duas partes se mostraram francamente interessadas no reforço do desenvolvimento das relações comerciais mutuamente vantajosas, num espírito de amizade e cooperação». A finalizar, aquele documento informa que a Comissão Mista «elaborou medidas concretas destinadas a elevar o volume do comércio mútuo e a ampliar a sua nomenclatura».

Em declarações prestadas à Radiodifusão Portuguesa, o vice-ministro do Comércio Externo da URSS afirmou estar satisfeito com o resultado dos trabalhos, embora tenha referido «não estarem ainda a ser utilizadas todas as potencialidades de trocas comerciais entre os dois países».

O secretário de Estado do Comércio Externo português esteve também na República Popular da Bulgária, tendo participado, em Sófia, numa reunião da Comissão Mista Luso-Búlgara.

BOMBAS E CONVERGÊNCIAS

As bombas ainda não acabaram de deflagrar, mau grado as prisões efectuadas e o progressivo conhecimento da rede bombista que actua no nosso País. A actividade da Polícia Judiciária, as detenções e a sua posterior confirmação até final da instrução preparatória permitem esperar que um golpe importante pode vir a ser vibrado nos conspiradores contra a democracia, nos destabilizadores da situação política, enfim, naqueles que não recuam diante de nada para tentar impor pela força o que não conseguiram fazer através de manobras políticas.

Derrotada que tem sido a direita reaccionária ao longo de todo o difícil processo democrático, normal é que ela procure outras formas de levar Portugal de regresso ao domínio fascista dos monopólios e dos latifúndios.

Com as suas duas faces, a direita reaccionária é a mesma. Na legalidade e usufruindo das liberdades tão duramente conquistadas pelo Povo, a direita tem os seus partidos, os seus jornais onde continua uma escalada que ameaça as conquistas dos trabalhadores. Impaciente, porém, e não conseguindo arrastar consigo uma maioria política, a direita reaccionária organizou-se há muito na ilegalidade, beneficiando das facilidades concedidas pela vista grossa que algumas convicções lhe asseguravam.

Organizou-se e desferiu os seus primeiros golpes.

Cerca de quatrocentos atentados terroristas dão agora lugar a meia centena de processos. O que nos parece pouco e nos leva a considerar que apesar dos progressos feitos no desmantelamento da rede terrorista, muito há ainda a fazer. O que nos leva a recordar as palavras do camarada Octávio Pato no último número do «Avante!»: «Pensamos que a acção e a luta contra o terrorismo é tarefa que cabe a todas as forças democráticas, a todos os homens e mulheres interessados efectivamente na democracia, e cabe de forma especial ao Governo e a todos os órgãos de Poder».

Todos os órgãos de Poder devem estar conscientes dos seus deveres para com a democracia. Neste sentido os atrasos verificados no envio de processos respeitantes à rede terrorista e que se encontram ainda em certas comarcas devem acabar. Para que seja feita justiça, para que a verdade seja conhecida, para que o terrorismo acabe. Definitivamente.

O terrorismo, que ora se combate, só poderá acabar definitivamente quando todos os democratas se convencerem de que não pode haver liberdades para os inimigos da liberdade. E agir em consequência.

Vemos hoje que, aos primeiros golpes no terrorismo

logo se levantam as pontas do véu que encobria mal as convergências (pelo menos) ou as complicitades entre uma direita de fachada democrática e os terroristas. O caso da denominada «brigada Chipenda» é disso uma prova flagrante. Dos criminosos da sinistra organização, um deles, lugar-tenente do famigerado Chipenda, tomara parte, em Moçambique, no levantamento reaccionário de 7 de Março.

Outro cognominava-se de «Jorge Jardim». São conhecidas as suas ligações à FNLA e à UNITA. Seria curioso comparar os interesses que movem estes criminosos e os políticos que sempre defenderam o «diálogo» com esses «movimentos africanos».

Envolvidos em actos bombistas nos hotéis, na preparação de assaltos a bancos, na colocação de petardos-provocação, para fazer crer num «bombismo de esquerda», os terroristas têm ligações a organizações estrangeiras da «especialidade», tais como a OAS francesa.

Entretanto formam-se no Porto partidos da extrema direita, os nazis prometem descer à rua em Cascais, PAP, MERN, OAL, são novas siglas que se juntam às antigas ELP, MDLP, todas essas organizações recheadas de nomes de notórios fascistas, hoje na reserva. Mas em liberdade.

PINTURA E TEATRO DA POLÓNIA

Encontra-se patente ao público na Fundação Calouste Gulbenkian uma exposição de «Pintura Polaca Contemporânea» organizada pelo Bureau Central de Exposições Artísticas de Varsóvia.

A presença deste certame no nosso país — que certamente irá assinalar um dos acontecimentos mais importantes no domínio do intercâmbio cultural — deve-se a uma iniciativa apoiada por diversas entidades oficiais dos dois países. Colaboraram na promoção da iniciativa, por parte da Polónia, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e vice-primeiro-ministro da Cultura e Arte e a embaixada polaca em Lisboa; e, por Portugal, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Secretaria de estado da Cultura.

O movimento, a dinâmica, a cor, a vida, a tradição polaca — são as notas mais salientes desta exposição, constituída por 86 quadros de 26 artistas. De destacar ainda que os trabalhos incluídos no certame conseguem dar uma panorâmica geral da pintura polaca e dos diversos temas que a inspiraram ao longo dos últimos anos.

Simultaneamente, o Teatro Estúdio de Varsóvia tem vindo a apresentar no auditório da Fundação Gulbenkian a peça «Réplica», de Josef Szajana. Trata-se de uma importante obra teatral, onde o autor evoca alguns dos aspectos mais relevantes das suas próprias experiências como prisioneiro do campo de concentração de Auschwitz. «Réplica» leva a cada espectador a imagem do terror nazi, do horror e da crueldade, a imagem da destruição de milhares de seres humanos naquele campo de concentração.

Fundado em 1971, o Teatro Estúdio de Varsóvia é hoje um verdadeiro centro de arte e de cultura. Além de promover colóquios, exposições de artes plásticas, sessões de cinema e encontros públicos, e de dinamizar através de outras iniciativas o trabalho cultural e artístico, o Teatro Estúdio de Varsóvia — transformado por Josef Szajana — integra uma valiosa Galeria de Arte Contemporânea e a Escola Cenário Teatral para os alunos da Academia de Belas-Artes, onde são formados artistas plásticos, do teatro, cinema e televisão.

SORTEIO DE UM AUTOMÓVEL

Tendo por objectivo a recolha de fundos, foi lançada em 1976 uma rifa de um automóvel, marca FIAT 127 pela organização de Santarém do nosso Partido. Informa-se que foi contemplado o número 4618 de que era possuidor o sr. António Joaquim Alentejano, residente no Couço, e a quem já foi entregue a quantia correspondente ao prémio através do cheque número 694 415 do Banco Pinto & Sotto Mayor (agência de Santarém) no valor de 90 000\$00 e de mais 39 500\$00 em dinheiro.

PIDES: MOVIMENTO DE SAÍDA

Podia ser o título de uma contabilidade sinistra. Com efeito, a partir do momento em que os pides começaram a ser julgados, do momento em que o povo português poderia criar — e tem sobejas razões para o desejar — que justiça irfinalmente começasse a ser feita, assiste-se não apenas a uma indulgência que atinge os limites da conivência para com a opressão do fascismo e os seus esbirros mais sinistros; assiste-se ainda à pura e simples libertação dos pides ou à consagração legal dessa libertação; assiste-se, o que é mais e pior, à própria reabilitação do fascismo através de sentenças em que transparece claramente a vontade de considerar os pides como zelosos funcionários cujos louvores do regime deposedo servem de atenuante aos seus mais vergonhosos crimes.

Espera-se que, para além do julgamento dos crimes cometidos por cada pido individualmente, fosse o fascismo que se sentasse no banco dos réus. Essa esperança deduz-se pelas declarações de muitas personalidades, por muito título de imprensa progressista. Erá porém uma

e os seus agentes. E isto pelos tribunais, que são órgãos de poder.

TRIBUNAIS INDEPENDENTES AO SERVIÇO DO PASSADO

A burguesia costuma classificar tanto o Estado como os Tribunais de órgãos ou aparelhos independentes, que podem governar e distribuir justiça para além dos interesses de classe. Daí por vezes todo um legalismo artificial e complexo. Ora o que na realidade se passa é completamente diverso e o caso dos pides é uma prova bem, mais uma vez, que tanto as leis como os poderes que as fazem executar carecem de adaptação à situação política e social que se vive ou que se institucionaliza. E que os homens que compõem esses aparelhos têm de estar à altura da sua missão.

Preferido à lei 8/75 aquela que cria atenuantes verdadeiramente escandalosas — o Decreto-lei 349/76 — os juizes chegaram a pronunciar-se sobre a inconstitucionalidade da primeira, querendo fazer prevalecer o seu julgamento

— Augusto Fiães Martins, de 64 anos, sacristão, informador, condenado em Coimbra a 5 meses de prisão já cumpridos.

— José Rodrigues de Almeida, de 49 anos, cobrador, informador, foi absolvido.

— António José Martins, «o Miramar», de 55 anos, natural de Faro, informador, condenado a 20 meses de prisão parcialmente cumprida e com perdão de 3 meses.

— Mário Fernandes Gonçalves, agente de 2.ª classe, condenado a 5 meses.

— José Garção Fernandes, agente de 2.ª classe, condenado a 6 meses.

É de salientar que todas estas penas já foram parcialmente cumpridas, salvo poucas excepções. Assim as sentenças foram simbólicas e serviram apenas para apressar a saída dos criminosos. Algumas dessas sentenças, foram, messas assim, proferidas de má vontade, tendo até o célebre juiz Barata sugerido que os réus recorressem da sentença que os pusera em liberdade, a legassem mesmo a inconstitucionalidade da lei 8/75 que o próprio tribunal considera inconstitucional! Alguns juizes tornam-se célebres deste modo.



Estão a ser libertos, como se nada de criminoso tivessem praticado, os "pides" que a gravura em cima mostra numa sessão de treino de luta corpo-a-corpo.

Esperança que não fazia em si a expectativa de que tudo assim se passasse. Era uma esperança razoável baseada nos sérios motivos que levam democratas a querer continuar o caminho iniciado em 25 de Abril e a acreditar que há forças bastantes para impor ao crime a justiça democrática numa sociedade estruturada em moldes democráticos, apesar dos perigos que subsistem.

A essa esperança não está porém a corresponder a realidade. Nos Tribunais onde os pides comparecem não há banco dos réus. Os réus são indivíduos sobranceiros, que bem conhecem as salas para onde arrastavam os patriotas que caçavam nos tempos de Salazar e Caetano. Ali faziam condenar os antifascistas à pesadas penas que nem sequer acabavam, ficando à disposição da pido o dia em que a liberdade poderia aparecer de novo aos olhos dos presos. Ali faziam condenar o patriotismo e o amor ao povo e a luta por um mundo melhor. Ali eram lidas as sentenças que apontavam o caminho da doença, da morte lenta, da destruição de famílias. Ali era coroado o seu sinistro trabalho de tortura, de vexames, de maus tratos, de espancamentos com que procuravam, muitas vezes de balde, arranjar provas. Os pides estão ainda à vontade nos tribunais que foram constituídos para julgar os seus crimes e que deviam honrar a democracia conquistada contra eles e contra os seus patrões.

Os pides provocam como antes a assistência. Entre os poucos populares que conseguem assistir a estas mascaradas de julgamento se sentam muitos outros pides, como no tempo em que enchiam a sala para não permitir aos amigos e familiares dos presos políticos a entrada e o apoiar com a sua presença mais essa fase da luta por que muitos defensores da liberdade tiveram de passar.

Os pides não têm sido réus. O fascismo não está a ser julgado. E se o Presidente da República, na sua primeira mensagem do ano advertiu de que é uma ironia e um ultraje aos Ideais de Abril e de quantos se batem pela liberdade e pelo progresso que já não se possa falar da herança do anterior regime sem um sorriso indulgente, a realidade é que deparamos com essa indulgência, não apenas quando se fala nos tribunais acerca do regime que nos oprimiu e deixou profundas cicatrizes na nossa sociedade, mas até para justificar esse regime, elogiar os seus actos

de própria Constituição, documento fundamental em que afinal se garante a democracia.

E, quando na Assembleia da República, perante a injustiça, se tenta corrigir a legislação, os tribunais não esperam por que essa correção seja promulgada e antes aceleram os julgamentos, que é como quem diz, abrem as portas aos pides. Longa é já a lista de saídas, bom será conhecê-la. Nos diversos Tribunais Militares Territoriais, foram julgados os seguintes criminosos, nos últimos dias do ano que passou e nos primeiros do que começámos a viver.

— **Hermenegildo Malva Azedo**, agente de 2.ª classe, 40 anos, natural de Carapinheira do Campo, condenado a 10 meses de prisão.

— **José Jesus Salvador**, agente de 2.ª classe, 36 anos, natural de Santa Zita, Tomar, condenado a 12 meses.

— **Kittler**, chefe de brigada de Vila Real de Santo António, condenado a 16 meses de prisão.

— **Valentim Manuel Guerreiro dos Santos**, agente de 2.ª classe, 32 anos, natural de Vale do Judeu, Loulé, condenado a 2 meses.

— **José Manuel de Oliveira Jordão**, agente de 2.ª classe, 3 meses de prisão.

— **João Martins**, agente de 1.ª classe, trabalha em Caxias como controlador de saídas por 5 500 escudos mensais, condenado a 4 meses.

— **Ápio Nunes**, chefe de brigada, perdeu durante três anos os direitos políticos e nem sequer esteve preso preventivamente.

— **Vitorino Dias Gonçalves**, agente de 2.ª classe, 35 anos, natural de Santo André das Tojeiras, Castelo Branco, residente na Avenida Miguel Bombarda, lote 2, 3.ª Esq., Pêndão, Queluz, foi condenado a 13 meses de prisão já cumpridos.

— **Alfredo Luís de Jesus**, agente de 2.ª classe, 28 anos, natural de Grândola, ex-guarda costas de Tomás e Marcelo, condenado a 6 meses de prisão cumprida.

— **José Damas Manso**, de 36 anos, natural de Nave Sabugal, ex-colaborador da Polícia de Informação Militar em Moçambique, foi privado por 15 meses dos seus direitos políticos.

— **Amadeu Camilo Figueiredo**, agente de 2.ª classe.

— **Luís Laranjeira Barbosa**, agente de 2.ª classe.

— **Artur Silva**, motorista e Arlindo de Carvalho, motorista, foram condenados, estes cinco, no 2.º TMT a penas de menos de 2 meses e meio, já cumpridos.

QUARENTA E OITO ANOS EM TRINTA MINUTOS

Foi com certa surpresa que o público viu aparecer no pequeno écran as figuras de quatro antifascistas que procuraram falar sobre o julgamento dos pides. Surpresa, não porque o programa não tivesse sido anunciado, mas porque não é caso que aconteça com a frequência desejada. Realmente os programas de televisão dão cada vez mais uma imagem que nos faz recordar outros tempos e, como o «Avante!» referiu com provas e números em apoio, transformou-se este órgão de comunicação social em instrumento de um partido e em porta-voz de posições de direita.

A surpresa, porém, durou poucos minutos. O locutor Balsinha encarregou-se de dar o tom. O mesmo tom de sempre. Que estavam ali e o tempo era pouco, que mais valia ficar por generalidades.

No entanto, os homens que compareceram perante nós não poderiam apenas ficar por generalidades. Sentiram demasiado na carne a luta que travaram, sentiram demasiado o que foi a opressão fascista e o terror e a tortura, viram tombar demasiados companheiros para que só generalidades saíssem da sua boca. Das duas uma: ou, no sentir dos antifascistas, foi mal escolhido o locutor, tão alheio que sempre foi da luta pela liberdade, tão comprometido que sempre pareceu com a recuperação de direita, ou, no que poderão pensar os patrões da TV, foram mal escolhidos os convidados para aquele programa, tão empenhados parecerem em denunciar o escândalo da injustiça que se está consumando no julgamento dos criminosos pides.

Mas não vamos apenas atribuir culpas ao locutor-entrevistador. Que ele tenha sido o fiel instrumento da pouca importância que é atribuída nos responsáveis da TV a um acontecimento de grande e extraordinária importância que é o julgamento dos pides e que deveria ser o julgamento do fascismo, é pouco. Esses responsáveis levaram, no entanto, a sua falta de consciência democrática ao ponto de concederem apenas 30 minutos a um programa desta envergadura.

Alpedrinha, mau grado os pontos finais que a cada palavra o locutor tentava pôr, para assim terminar a incómoda verdade de um passado recente, Alpedrinha conseguiu ainda romper esses embargos e comunicou aos seus compatriotas a indignação que todos hoje vivemos. Ficou entretanto muito por dizer. E, se houvesse programa de actualidade em que a Televisão devesse prescindir de limites de tempo era este. Não se tratava de facto de nos venderem gato por lebre, de convencer os trabalhadores a fazerem sacrifícios para pagar indemnizações a saneados. Tratava-se de falar de justiça democrática, de fazer recordar aquilo que muitos querem depressa esquecer. Que o fascismo existiu durante quarenta e oito anos e que nos bate à porta cada vez que um pido é devolvido à liberdade. Quarenta e oito anos de tortura de um povo é muito para caber em trinta minutos de TV.

GRANDE MOVIMENTO NACIONAL CONTRA LIBERTAÇÃO DOS PIDES

Foi com um misto amargo de espanto e de indignação que o povo português recebeu na passada semana uma decisão judicial que constitui, não só uma ofensa aos sentimentos democráticos do povo português e ao conteúdo da Constituição, como também ao espírito da Revolução de Abril.

O «pido» que assassinou o camarada Dias Coelho vai ser posto em liberdade dentro de poucos meses! O assassino vai assim poder juntar-se aos seus comparsas que, em ritmo perturbador, vão sendo postos em liberdade, tendo em conta os «bons serviços» por eles prestados à máquina fascista.

A sentença aplicada ao «pido» António Domingues — de que já foi interposto recurso para o Supremo Tribunal Militar — indignou a opinião pública e tem sido condenada por organizações e personalidades de vários quadrantes políticos. Mas, para além disso, constitui uma chamada de atenção de todos os democratas e antifascistas para a benevolência com que os outros «pides» têm entretanto vindo a ser julgados.

Conforme salienta uma nota da SIP do Partido Comunista Português emitida a propósito de tal sentença, a benevolência que o aparelho judicial vem manifestando para com os agentes da Pide — inclusive considerando como atenuantes os «bons serviços» prestados por indivíduos que reprimiram pelos métodos mais brutais os anseios de liberdade do nosso povo — constitui igualmente um perigosíssimo estímulo para todos os terroristas e conspiradores que não deixam de actuar no sentido de fazer Portugal regressar ao passado de terror fascista.

INDIGNAZÃO GENERALIZADA

Pouco mais de uma semana passada sobre a leitura da sentença do assassino de Dias Coelho, vazes de indignação não param de se erguer entre os trabalhadores, entre os democratas, entre os antifascistas, entre o povo português.

Os órgãos de comunicação social têm-se feito eco das reacções de indignação e repúdio por parte de numerosas organizações de trabalhadores, personalidades públicas, organizações políticas e populares e simples cidadãos.

No que toca aos órgãos de comunicação social, bem pode dizer-se que a maior parte deles têm constituído as tribunas onde a voz colectiva da acusação popular contra a Pide/DGS se tem feito ouvir.

No entanto, bem pode dizer-se que o assunto da semana nos principais órgãos de comunicação foi a sentença aplicada ao assassino de José Dias Coelho e a escandalosa benevolência de que têm beneficiado os restantes «pides» sujeitos a julgamento.

O «Diário de Lisboa», por exemplo, inseriu durante vários dias depoimentos de Manuel Tito de Morais, Manuel Alegre, José Gomes Ferreira, Vitorino de Magalhães Godinho, José Cardoso Pires, António Macedo, Caldeira Rodrigues, Carlos Candal, Duarte Vidal, Francisco Lino Neto, Aboim Inglês, capitão Sousa e Castro, comandante Vitor Crespo, Mário Ruivo, Lopes Cardoso, Carlos Brito, Ruy Luís Gomes, Sêrvulo Correia e Cunha Leal acerca deste grande escândalo nacional, além de outro vasto material em que é bem patente a repulsa popular pela forma como tem decorrido o julgamento dos «pides» e, nomeadamente, o de António Domingues.

Muito pelo contrário, manifestam a completa dependência de grande parte do aparelho judicial dominado pelo espírito da classe que explorou e oprimiu o povo português durante 48 anos.

Referido-se à sentença aplicada ao «pido» assassino, a nota da SIP do PCP salienta que está a provocar uma grande e justa indignação num largo quadro de forças políticas, unindo num protesto comum todos os que querem e verdadeiramente defender

a democracia. Outros seriam os intentos das forças reacçãoárias que, ao instigarem e apoiarem todos os factores de inquietação, de procuram desacreditar o regime democrático, minar a confiança do nosso povo e desanimar o seu espírito combativo e a sua disposição para a luta.

E, a finalizar, o comunicado acentua: O PCP, manifestando a mais viva indignação, apela para que os trabalhadores, todos os democratas façam a sua exigência do julgamento e castigo severo dos criminosos da Pide e para que, com a maior serenidade e firmeza, se unam na luta em defesa da democracia portuguesa.

INDIGNAZÃO GENERALIZADA

Pouco mais de uma semana passada sobre a leitura da sentença do assassino de Dias Coelho, vazes de indignação não param de se erguer entre os trabalhadores, entre os democratas, entre os antifascistas, entre o povo português.

Os órgãos de comunicação social têm-se feito eco das reacções de indignação e repúdio por parte de numerosas organizações de trabalhadores, personalidades públicas, organizações políticas e populares e simples cidadãos.

No que toca aos órgãos de comunicação social, bem pode dizer-se que a maior parte deles têm constituído as tribunas onde a voz colectiva da acusação popular contra a Pide/DGS se tem feito ouvir.

No entanto, bem pode dizer-se que o assunto da semana nos principais órgãos de comunicação foi a sentença aplicada ao assassino de José Dias Coelho e a escandalosa benevolência de que têm beneficiado os restantes «pides» sujeitos a julgamento.

O «Diário de Lisboa», por exemplo, inseriu durante vários dias depoimentos de Manuel Tito de Morais, Manuel Alegre, José Gomes Ferreira, Vitorino de Magalhães Godinho, José Cardoso Pires, António Macedo, Caldeira Rodrigues, Carlos Candal, Duarte Vidal, Francisco Lino Neto, Aboim Inglês, capitão Sousa e Castro, comandante Vitor Crespo, Mário Ruivo, Lopes Cardoso, Carlos Brito, Ruy Luís Gomes, Sêrvulo Correia e Cunha Leal acerca deste grande escândalo nacional, além de outro vasto material em que é bem patente a repulsa popular pela forma como tem decorrido o julgamento dos «pides» e, nomeadamente, o de António Domingues.

Muito pelo contrário, manifestam a completa dependência de grande parte do aparelho judicial dominado pelo espírito da classe que explorou e oprimiu o povo português durante 48 anos.

Referido-se à sentença aplicada ao «pido» assassino, a nota da SIP do PCP salienta que está a provocar uma grande e justa indignação num largo quadro de forças políticas, unindo num protesto comum todos os que querem e verdadeiramente defender

o julgamento dos crimes cometidos pelo fascismo. O presidente do PS, António Macedo, salienta que a pena choca todos aqueles que, de perto, conheceram ou sofreram as violências, as atrocidades e a acção criminosa da Pide.

O camarada Aboim Inglês declarou que não leve sentença mostra-nos as ameaças bem reais que pesam sobre todos os democratas do nosso País. O fascismo não morreu.

Por seu turno, o conselheiro da Revolução Vitor Crespo, declarou: Tenho a impressão de que tem havido uma excessiva benevolência nos julgamentos dos pides, tanto pelos crimes concretos que cometeram como pela organização de que fizeram parte. O caso do Dias Coelho é um exemplo do que afirmo, já que se trata de um crime verdadeiramente nefando.

Mário Ruivo, depois de condenar a benevolência da sentença, acentua: Embora o julgamento do regime fascista se tenha traduzido na profunda adesão do Povo português aos princípios hoje consignados na Constituição e de apoio às novas instituições democráticas resultantes do 25 de Abril, estas não têm sido capazes, em parte pela ausência de um diálogo construtivo entre todas as forças que combateram unidas para derrubar o salazarismo-caetanismo de uma acção coerente para consolidar as novas liberdades e as conquistas da Revolução.

Lopes Cardoso, pelo seu lado, salienta: O que se tem passado com o julgamento dos ex-agentes da Pide/DGS atinge os limites da farsa. Se se entender que a generosidade da Revolução deve ir até ao esquecimento dos crimes cometidos pelos que foram os agentes directos da repressão fascista, tenha-se a coragem dessa generosidade. Amnistiem-se os ex-agentes, não se continue a insultar a memória dos que foram as suas vítimas. O arremedo de justiça a que se assiste não tem, sequer, a grandeza da generosidade. Tem, apenas, a dimensão mesquinha da cobardia.

O camarada Carlos Brito, por seu turno, refere: Temos esperanças que como resposta a todas as tibezas e a todas as complicitades para com os pides, se erguerá um poderoso movimento dos democratas, dos antifascistas de várias correntes ideológicas, exigindo drásticas medidas para que os pides sejam punidos com a justiça e severidade próprias de uma democracia que derrubou um regime fascista de quase meio século.

Ruy Luís Gomes considera esta sentença em si um escândalo que não pode deixar de motivar o protesto

mais veemente de todos os antifascistas que foram submetidos às atrocidades da Pide.

Por seu turno, também os deputados do PPD/PSD, Sêrvulo Correia e Cunha Leal, se manifestaram indignados com a pena aplicada ao assassino António Domingues.

O POVO PORTUGUÊS EXIGE JUSTIÇA

Os órgãos de Informação têm aparecido, entretanto, com numerosos artigos e depoimentos de portugueses que foram vítimas dos tortionários da Pide, bem como se têm feito eco das inúmeras reacções de protesto já tomadas por organizações políticas e de trabalhadores, como são o caso, entre as primeiras, das tomadas de posição da Comissão Nacional do PS, da Frente Socialista Popular, da União dos Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP), bem como de grupos de cidadãos e trabalhadores de todos os pontos do País.

A onda de indignação atingiu todos os que estão verdadeiramente interessados na construção da democracia em Portugal. O Povo português, os democratas e antifascistas levantam bem alto a sua voz para protestar firmemente contra a benevolência com que têm sido tratados os torturadores e assassinos do Povo português.

É por tudo isto que o recurso interposto pela camarada Maria Teresa Dias Coelho, filha do militante comunista assassinado, e já apresentado no Supremo Tribunal Militar pelo advogado Luso Soares, bem pode dizer-se que é o recurso do nosso Povo, o recurso da democracia, o recurso do Portugal pós-25 de Abril.

Nela se afirma nomeadamente: Excepção feita a vozes antidemocráticas e a alguns órgãos que representam Indigestas sobrevivências fascistas na sociedade portuguesa, dos mais diversos quadrantes políticos e sociais, das mais diferenciadas pessoas, ou trabalhadores manuais ou intelectuais, ou operários, ou escritores, ou políticos, ou governantes, ou professores, ou conselheiros, de todas as partes, num consenso geral de opinião pública que traduz a vontade de um Povo definida em determinado sentido, de todas as partes, repete-se, a voz é unânime!...

O 1.º Tribunal Militar Territorial de Lisboa, fazendo a justiça que fez, e usando para esse efeito da sua capacidade jurisdicional e dos meios técnico-jurídicos ao seu dispor, não logrou, infelizmente, fazer uma justiça «em nome do Povo», que o Povo considere feita em seu próprio nome.

SRS. TORTURA: QUOTIDIANO DURANTE O FASCISMO

Durante a ditadura fascista, ser preso e ser torturado era uma possibilidade que qualquer democrata activista tinha de encarar, inevitavelmente. Tal possibilidade tornava-se extraordinariamente maior se se tratava de um militante comunista.

Desenvolvendo intensa e contínua actividade contra a ditadura, participando em todas as frentes de luta, esclarecendo e mobilizando um cada vez maior número de pessoas, os comunistas tinham ainda que se precaver a cada momento contra a feroz e cerrada perseguição que lhes era movida pelos laiaos do fascismo.

Estar preparado para enfrentar a prisão e o confronto directo com os carrascos do regime era, pois, uma condição essencial e indispensável de cada militante comunista.

Consciente da dureza da prova que se enfrentava quando se caía nas mãos dos esbirros da PIDE/DGS, nunca o Partido Comunista ocultou aos seus militantes os perigos que a prisão implicava. E contar o que se passava por detrás dos muros da António Maria Cardoso ou de Caxias não era certamente um aliciente à actividade partidária ou mesmo antifascista.

Mas o Partido, entre a desmobilização que um tal conhecimento poderia implicar nos menos decididos para a luta e a ajuda que esse mesmo conhecimento poderia prestar ao verdadeiramente empenhados na causa da democracia e do socialismo, nunca hesitou. Denunciar as torturas, os crimes, as penas a que se expunham os antifascistas que fossem parar à prisão foi sempre uma preocupação por que se guiou.

Hoje põem-se em causa os crimes do fascismo. Os pides são julgados com a benevolência que indigna o povo. Os comunistas que, mais do que outros antifascistas enfrentaram o terror, a violência da PIDE, as longas prisões e mesmo a morte, pensam que é boa altura para recordar alguns dos muitos documentos do Partido, editados na clandestinidade, que falavam do que se passava nas masmorras fascistas, e que preparavam assim os militantes para enfrentarem, se necessário, esse terror com dignidade.

O que a seguir reproduzimos são excertos de um documento intitulado Não Falar na Polícia. Dever de Revolucionário, publicado em 1972 pelas Edições «Avante!», três dezenas de páginas no fino papel que os comunistas bem

NÃO FALAR

NA POLÍCIA

dever revolucionário



EDIÇÕES «AVANTE!»

1972

conheciam, a letra cerrada, e compõe-se de vários capítulos em que se coligem as experiências acumuladas ao longo de dezenas de anos de luta antifascista.

Nessa luta pela liberdade era a PIDE o inimigo mais odioso e perigoso. O documento de que transcrevemos alguns capítulos, refere a dado passo:

Nos seus 50 anos de luta, milhares de comunistas e membros do Partido passaram pelas prisões fascistas. A lista dos nomes dos comunistas que passaram pelas prisões e que se portaram valentemente, ou que deram provas do mais elevado heroísmo, é uma muito longa lista. Muitos deles morreram assassinados nas mãos sangüinárias da PIDE/DGS, mas os seus nomes jamais morrerão.

Do que passaram os antifascistas nas prisões pode avaliar-se nos excertos que publicamos:

A polícia recorre a vários processos de tortura física e moral, e esmerados de habilidades, truques e armadilhas, sempre com um único objectivo: enfraquecer a resistência física, moral e política do preso, levá-lo à desorientação, criar-lhe medo, conduzi-lo à traição.

Se fores preso, camarada, não poderás impedir que a polícia te sujeite à tortura do sono, dado que eles possuem meios para não te deixarem dormir: batem com os pés no chão, dão murros na mesa, pontapés na porta, atiram objectos ao chão e, se isso não chegar, dão-te empurrões, põem-te água na cabeça, etc. Igualmente não podes impedir que eles te espanquem, dêem pontapés, murros, que te batam com cassetetes. Tens de estar preparado para resistir a variadas torturas, tens de contar com as mais vis calúnias, com insultos infames que te visam pessoalmente, aos teus camaradas e amigos, e muito especialmente aos dirigentes do Partido.

Mas se é certo haver torturas que não podes impedir, também é de igual modo certo haver torturas que podes e deves recusar. Tal é o caso da «estátua».

A «ESTÁTUA»

A «estátua» é um complemento e uma variante da tortura do sono, na medida em que o preso fica não só privado de dormir, mas ainda é privado de se poder sentar. A «estátua» significa o preso estar sempre de pé e se essa tortura se prolonga por vários dias, as pernas e os pés incham desmesuradamente, até ao ponto dos sapatos rebentarem, podem começar a urinar sangue, etc.

Fazer a «estátua» é uma atitude passiva e até humilhante, e sujeitares-te a ela pode ser interpretado pela polícia como um sintoma de fraqueza. A polícia pode também dizer-te para te pões a um canto com a cara virada para a parede, para ficares de pé e apoiado apenas numa das pernas ou tentar que te ponhas ainda noutras posições. Tais torturas visam vencer a tua resistência, mas também humilhar-te e auscultar a tua firmeza. A polícia fará o seguinte raciocínio: se te submetes à «estátua» e a outras humilhações, isso é um sinal de fraqueza e pode significar que estás disposto a maior de todas as humilhações: falares na polícia, denunciáres!

Tu podes e deves recusar-te a fazer a «estátua» ou ficares noutras posições igualmente humilhantes. Houve muitos camaradas que tomaram a seguinte posição: pediram uma cadeira e, nos casos em que não a deram, disseram que se sentariam no chão quando sentissem necessidade. E assim fizeram! Houve vezes em que isso serviu de pretexto para espancamentos, mas tu terás que optar: fazer a «estátua» é um sintoma de fraqueza, uma sujeição humilhante e os espancamentos podem dar-se, façam ou não a «estátua».

Na polícia, deves orientar-te sempre, mas sempre, por alguns princípios básicos: nada beneficiáres se fores «fanfarrão», se reagires impulsivamente a provocações e insultos, mas deves ter sempre uma conduta firme, serena e digna. Seja o que for que te

O caso da «21 de Fevereiro» COMO SE MOSTRA COM CLAREZA A MANOBRAS CONTRA A REFORMA AGRÁRIA

A 20 de Dezembro, pelas 6 horas da manhã, a cooperativa de Produção Agrícola «21 de Fevereiro», situada em Benavila, no distrito de Portalegre, foi praticamente invadida por uma grande força bélica da GNR, que acompanhava o subdirector do CRRR de Portalegre, eng.º Fidalgo. Deste modo, manejando a ameaça da repressão, estava-se a cumprir ordens do MAP, estava-se a dar cumprimento a um despacho do MAP segundo o qual «conforme vontade maioritária aqui expressa pelos trabalhadores da exploração agro-pecuária da Fundação Abreu Calado, desanexam-se da Cooperativa «21 de Fevereiro» os prédios rústicos da ex-Fundação Abreu Calado, com excepção da Herdade do Outeiro das Freiras».

Com esta acção o MAP avançava mais um passo numa política contrária aos interesses dos trabalhadores na qual se salientam dois aspectos fundamentais: desprezo pela opinião dos trabalhadores, pela Constituição e pela Lei da Reforma Agrária; acção provocatória no cumprimento das leis torcidas e distorcidas pelo MAP, jogando este com a presença da GNR como um factor de perturbação, tentando que os trabalhadores, percam a cabeça para depois impor medidas de repressão. Se neste último aspecto, o MAP tem visto frustrar os seus planos, o mesmo não se pode dizer quanto à sua acção sistemática de reservas, desanexações e outros verdadeiros saques (dado o modo como são processadas) das terras das cooperativas e unidades colectivas. Mas os trabalhadores não deseperam mesmo perante a cumplicidade do Governo, mesmo perante o alheamento

A maneira fácil de fabricar uma «maioria» que depois sirva de cobertura à ofensiva desagregadora e divisionista contra cooperativas e unidades colectivas. Como é o caso da «21 de Fevereiro»

de outros órgãos do poder, que se mantém sem reagir, ao que poderíamos chamar o grande complot para derrotar a Reforma Agrária e para fazer vingar a recuperação latifundista. O caso da «21 de Fevereiro» revela, magistralmente, o mecanismo deste complot que visa a destruição das UCPs, ou seja a destruição das formas que já existem de produção socialista na agricultura portuguesa.

Para justificar o autêntico roubo de terras à «21 de Fevereiro», diz o MAP que corresponde à «vontade maioritária dos trabalhadores». A comprovar existe, de facto, uma lista de 111 nomes na qual trabalhadores e outros que se intitulam como tal, pedem a desanexação. Como se arranja uma tal lista tão propícia aos planos do senhor ministro Barreto? O processo é sobejamente conhecido por reaccionários, oportunistas, divisionistas e traidores que querem passar a patrocínios subalternos ao serviço da recuperação capitalista. Para já, corre-se a enganar velhos trabalhadores, reformados, muitos há longos anos, que não conhecem, nem de perto nem de longe, a situação. Deste modo, foram obtidos 111 nomes. Depois recorre-se a indivíduos que não trabalham na cooperativa, alguns que nunca lá trabalharam e que são, por exemplo, do IRA de Évora, da construção civil, um professor em Rio Maior, etc. Isto numa área ainda vasta pois vai-se buscar assinaturas a Coimbra, a Castelo de Vide, Évora, Arraiolos, Tomar,

Cabeço de Vide, Estremoz. E assim arranjam-se mais 37 nomes. Repare-se que estes 48 nomes, ou não são trabalhadores, neste momento, ou nunca o foram, da Cooperativa «21 de Fevereiro». Posteriormente, 9 trabalhadores declararam publicamente, através de um abaixo-assinado, que haviam sido ludibriados. A lista dos 111 sofre assim uma quebra de 57 nomes, o que quer dizer que fica reduzida a 54. Insistimos em frisar que se trata de nomes porque, na verdade, a maior parte dos «111» não aparecem com assinaturas, ao contrário do que sucede em todos os abaixo-assinados de trabalhadores que tomam posição contra a chamada desanexação.

Contra estes 54 nomes, mesmo admitindo que a cada nome corresponda uma pessoa que foi ouvida e deu a sua adesão à ideia de desanexação, opõem-se 193 trabalhadores da Cooperativa «21 de Fevereiro». E opõem-se não só por não serem ouvidos nem contactados como por a decisão ser anticonstitucional e considerarem que a ex-Fundação Abreu Calado é de todos os trabalhadores, conforme o testamento do último dos Abreu Calado. Opõem-se ainda, o que é mais significativo, 137 trabalhadores das herdades desanexadas que exprimem a sua oposição nestes termos «Os abaixo-assinados, trabalhadores da ex-Fundação Abreu Calado, integrada na

Herdade Colectiva 21 de Fevereiro, de Benavila, denunciaram que as 111 assinaturas não são válidas e que discordam do despacho oficial da desanexação da ex-FAC que mais não é do que uma manobra montada para atacar a Reforma Agrária, pois os mesmos não foram nem contactados sendo apanhados de surpresa pelo referido despacho que consideram manifestamente ilegal e anticonstitucional».

Perante isto, onde está a «vontade maioritária dos trabalhadores», segundo a qual o MAP diz ter procedido ao despacho de desanexação? Que maiorias são estas?

Se o MAP não estivesse dentro da jogada, se se encontrasse de boa fé — ainda que, de qualquer modo, fosse de censurar vivamente o facto de só ter ouvido uma das partes — poderia, no entanto, remediar o erro cometido por incompetência e por desprezo da Lei (a Constituição refere que os trabalhadores devem ser ouvidos nas questões da execução da política agrícola), anulando um tal despacho que, no melhor dos casos, teria sido feito por manifesta ignorância da situação concreta. Mas não. O MAP mostra-se avesso

a qualquer contacto com os trabalhadores da Cooperativa «21 de Fevereiro». Assim, afirma-se como cúmplice — porque não orientador? — de uma acção divisionista. Mais do que isso, no despacho, em que atende os 111=54, o MAP promete facilidades, auxílio do CRRR de Portalegre, crédito agrícola de emergência, compromete-se a que os seus serviços «velem» pelo cumprimento das solicitações dos 111=54.

Mais haveria a dizer sobre o caso «21 de Fevereiro». Haveria, por exemplo, que chamar a atenção para a comissão «ad hoc», cabeça de fila dos 111=54, que mal pôs o pé nas terras, meteu-se logo a despedir trabalhadores, como o noticiámos oportunamente. Haveria que demonstrar mais uma vez que a viabilidade económica da «21 de Fevereiro» ficou afectada e que os trabalhadores das terras ilegalmente desanexadas — os que não estão de acordo com os 54 — estarão sempre ameaçados no seu direito ao trabalho. Haveria que denunciar outros aspectos. Mas importa mostrar com toda a clareza este mecanismo do complot contra a Reforma Agrária. E afirmar a confiança dos trabalhadores na sua força, na sua razão — que é a força e a razão da legalidade, da Constituição e da Lei da Reforma Agrária, a força e a razão da sua unidade, da sua confiança, apesar de tudo, na democracia no nosso país. Confiança que os leva a esperar que o caso da «21 de Fevereiro» não esteja ainda encerrado.

COMO RESOLVER O PROBLEMA DA COMERCIALIZAÇÃO E POLÍTICA DE PREÇOS?

A resposta aos problemas de comercialização e de política de preços que afectam milhares de pequenos e médios agricultores e de trabalhadores agrícolas de todo o país, foi dada por pequenos e médios agricultores do distrito de Lisboa no seu mais recente encontro convocado pelo Secretariado Distrital Provisório das Ligas de Pequenos e Médios Agricultores. Após longo debate, em que abordaram questões fundamentais para a sua sobrevivência enquanto pequenos e médios agricultores, os participantes nos trabalhos chegaram a conclusões que resumem todo um programa de trabalho para um governo que estivesse interessado na solução dos problemas das massas trabalhadoras do campo. Estas conclusões, das quais reproduzimos as relativas à comercialização e política de preços, valem ainda como testemunho da crescente consciencialização e participação do pequeno e médio campestre.

COMPENSAR QUEM PRODUZ BENEFICIAR O CONSUMIDOR

Relativamente à comercialização e política

de preços, pensam os pequenos e médios agricultores do distrito de Lisboa que:

1 — É fundamental a existência de organismos estatais de comercialização especializada (vinho, fruta, cereais, leite, carnes, batatas), que façam o total escoamento das principais produções dos pequenos e médios agricultores; à frente dos quais devem estar técnicos da sua confiança e onde as cooperativas de comercialização devem estar representadas.

Estes organismos estatais de comercialização devem fixar os preços dos produtos agrícolas antes das sementeiras;

2 — Os organismos estatais de comercialização deverão receber os produtos através de cooperativas agrícolas de comercialização, constituídas nomeadamente através dos ex-Grémios da Lavoura, pagando os produtos a preço e aos preços anunciados antes do início dos trabalhos anuais da produção;

3 — As cooperativas agrícolas de comercialização deverão recolher os produtos agrícolas e pagar a preço aos pequenos e médios agricultores, devendo para tanto beneficiar do apoio técnico e financeiro dos

organismos de comercialização estatais;

4 — O fornecimento de produtos necessários à produção, tais como adubos, rações, máquinas agrícolas, produtos químicos para tratamento das plantas e animais deve ser assegurado por organismos de comercialização administrados pelo Estado;

5 — O Governo deverá pagar imediatamente os subsídios anunciados para a batata de semente de campanha de 1976 e que ainda não chegaram às mãos dos pequenos e médios agricultores;

6 — Devem estar criadas condições que permitam aos pequenos e médios agricultores produzir a preços mais baixos, nomeadamente através de apoio à criação de cooperativas agrícolas de produção que permitirão que pequenas parcelas cultivadas individualmente sejam cultivadas em conjunto, com mais vantagem económica para as cooperativas;

7 — O Estado deverá apoiar as cooperativas de comercialização de pequenos e médios agricultores de modo a assegurarem-se circuitos de comercialização capazes de garantir uma justa compensação para quem produz, com vantagens, também, para o consumidor.

POR UMA VIDA MELHOR NOS CAMPOS

● **Trabalhadores na defesa da Reforma Agrária** — Trabalhadores de todo o país, de diferentes ramos de actividade, têm continuado a manifestar um inequívoco apoio à Reforma Agrária e aos trabalhadores das UCP e Cooperativas Agrícolas, seus principais obores. Entre as últimas manifestações de solidariedade incluem-se moções e telegramas do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Centro, Sul e Ilhas e Moagens do Centro e do Sul; Sindicato dos Ferroviosários do Centro, Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do Alentejo; União dos Sindicatos de Aveiro, Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário; Comissão de Trabalhadores e Comissão Intersindical da Metalúrgica Luso-Lusitana; Trabalhadores Têxteis de Moreira de Cónegos-Guimarães; MARN; Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Vila Real; Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Porto; Trabalhadores do Museu de Évora e do MUTI, Movimento Unitário dos Trabalhadores Intelectuais e ainda de muitos trabalhadores emigrantes, principalmente da Alemanha e França.

do Distrito de Beja, «em todos eles se manifesta o apreço pela acção dos trabalhadores agrícolas, o repúdio pela actual ofensiva em curso contra a Reforma Agrária conduzida pelo ministro António Barreto e pelo secretário de Estado Carlos Portas e a solidariedade activa de todos os trabalhadores portugueses».

● **Formada uma Comissão de Apoio à Reforma Agrária em Moscaide** — A nível da freguesia de Moscaide, um grupo de moradores «arrancou para a formação de uma Comissão de Apoio à Reforma Agrária (CARA), cuja actividade será desenvolvida como objectivo principal de informar sobre o que realmente se passa na zona da Reforma Agrária, informando com consciência e correcção a população de Moscaide». Além de uma informação que combata a campanha de calúnias sobre a Reforma Agrária — e não só — conduzida pela imprensa ao serviço da reacção, a CARA terá outras tarefas como campanhas de fundos, jornadas de trabalho no campo e outras actividades que se traduzam em apoio moral e material às UCP e Cooperativas e à luta dos trabalhadores do campo. Os elementos da CARA de

Moscaide, em comunicado à população, acentuam que «ter uma participação activa na CARA é ter um papel actual na defesa da Reforma Agrária, na defesa da independência nacional, na defesa da Constituição, na defesa da democracia».

● **Quem para a fúria de destruição de senhorios ricos?** — Continuam a verificar-se atentados criminosos de senhorios cujo objectivo é atemorizar os rendeiros a fim de que estes deixem de reivindicar a aplicação da Lei do Arrendamento Rural. O MAP, tão expedito no ataque aos trabalhadores fecha os olhos às ilegalidades e violências dos senhorios. Somando-se à série negra de acções provocatórias de senhorios, que ocorrem frequentemente no Norte, uma senhoria, Beatriz Mangas Monteiro, na freguesia de Folgosa, concelho de Maia, destruiu cerca de dois mil quilos de lanija de um pomar que havia arrendado e mandou despejar dezenas de quilos de lanija numa represa, pisando e inutilizando as restantes por estarem verdes, segundo dizia. Este atentado teve como causa o facto da rendeira «pedir a aplicação da Lei do Arrendamento Rural». Depois de satisfeita a sua sede de destruição, a senhoria recolheu em paz a sua casa sem que as autoridades, tal como vem acontecendo, interferissem para punir este acto de sabotagem económica. O MARN, protestando veementemente contra a continuação destes factos, pergunta num comunicado à população: «Quando é que os senhorios resolvem acabar com as violências e cumprir a lei? Será que os rendeiros são, ainda, como no tempo da outra senhoria, portugueses de segunda?»

● **Seria uma profunda injustiça alterar a Lei do Arrendamento Rural** — Esta a posição de rendeiros da Cova da Beira, cuja comissão, em nome de 700 rendeiros, enviou aos grupos parlamentares do PCP e do PS uma moção aprovada, por unanimidade, na qual se expressa a preocupação quanto a projectadas alterações à Lei do Arrendamento Rural — uma das reivindicações mais repetidas da CAP — que o ministro Barreto anunciou introduzir. A Comissão de Rendeiros da Cova da Beira considera que qualquer alteração à lei representaria «uma profunda injustiça e seria mais um passo para a recuperação do domínio dos grandes proprietários absentistas na agricultura». Pelo contrário, o que se impõe é a tomada de medidas que permitam pôr termo aos constantes atropelos à lei de modo a esta ser integralmente cumprida. Este o pedido da Comissão de Rendeiros da Cova da Beira às autoridades democráticas.

QUEM LUCROU COM A SUBIDA DE PREÇO DO AZEITE?

A recente medida governamental que impôs novos preços do azeite não veio beneficiar nem pequenos e médios produtores, nem o consumidor. Este porque paga o azeite mais caro, aquele porque, apesar de se encontrar numa situação desesperada (um litro de azeite custa ao produtor cerca de 70\$00 e é-lhe pago a 55\$70), nada arrecadou da subida de preço. Isto porque o Governo não está interessado em prosseguir uma política de defesa dos pequenos e médios produtores mas apenas em proporcionar mais lucros àqueles que constituem um corpo parasitário. Referimo-nos aos intermediários, para os quais fica a parte do leão pois, como denuncia a Liga dos Pequenos e Médios Agricultores de Beja, «o simples facto de o azeite passar das mãos do produtor para as do intermediário, onera o seu preço em 13510».

Na realidade, «a tabela de preços para este produto saiu tardiamente — em meio da campanha — quando já grande parte dos agricultores tinha entregue as suas produções de azeitona às várias fábricas e similares aos preços da campanha anterior». Assim, «quem lucra com esta política são, sem dúvida alguma, as fábricas e os diversos intermediários que, adquirindo a azeitona a preços desactualizados, irão vender o azeite a preços muito mais compensadores e lucrativos».

Esta medida governamental vem na sequência da recusa do Governo em fixar os preços dos produtos agrícolas antes das sementeiras e das campanhas de modo aos

pequenos e médios agricultores saberem com o que podem contar e orientarem a sua produção. Deste modo, não é de admirar que a azeitona apodrecça ou seja enterrada debaixo das árvores pois os preços anteriores só traziam prejuízo aos produtores. Negando-se a corresponder ao pedido das Ligas de Pequenos e Médios Agricultores que propunham um aumento de preço a ser fixado antes do início da campanha e, alterando, neste momento, o preço, «mais uma vez o Governo falhou flagrantemente, prejudicando de maneira quase irreparável, os pequenos e médios agricultores» — refere a Liga de PMA de Beja. Há apenas uma saída para o problema criado a qual consiste em que, através de legislação adequada, «as fábricas, intermediários, etc, restituam as diferenças aos agricultores que já venderam as suas produções aos preços antigos».

Esta uma reivindicação mais que justa capaz de mobilizar os pequenos e médios produtores de azeite de todo o país.

FESTA POPULAR ASSINALOU OFERTA DE MÁQUINAS SOVIÉTICAS A COOPERATIVAS DE CASTELO BRANCO

Se em Portugal as forças democráticas estivessem unidas no Governo e aí praticassem uma política clara de consolidação e avanço da Reforma Agrária, a oferta de

máquinas agrícolas pelos trabalhadores soviéticos às cooperativas agrícolas da Beira Baixa viria somar-se à obra conjunta de trabalhadores e governantes. Seria até tema nacional para a Imprensa, Rádio e TV...

e à solidariedade entre todos os trabalhadores.

A festa contou com as intervenções de representantes de cooperativas, de um membro da União dos Sindicatos da Covilhã e do camarada Carlos Fraião, da DORB do PCP. Foi nota dominante a profunda determinação em demoler os obstáculos que os inimigos do povo, apoiados nas sucessivas cedências cúmplices do Governo, procuram criar à Reforma Agrária. Foi frisado o lamentável exemplo desta política que é o entrave à desalfandegação e circulação das máquinas oferecidas.

Fazendo o balanço do último ano de luta, o camarada Carlos Fraião salientaria ainda a importância da ultimização do processo de legalização total das cooperativas.

Os jovens da «Brigada Victor Jara» entoaram canções populares regionais e de intervenção e disseram poemas revolucionários.

Os trabalhadores, os homens e mulheres progressistas do distrito de Castelo Branco juntaram-se assim, nesta jornada, aos que em Portugal e no estrangeiro se afirmam os verdadeiros amigos da Reforma Agrária e o demonstram na prática de uma valiosa solidariedade.

PARA A HISTÓRIA DE UM CASO EXEMPLAR

● O último dos Abreu Callado chegou a sua casa agrícola para criação de uma Fundação que beneficiasse os trabalhadores da zona que com o seu trabalho explorado haviam criado a fortuna desta família de latifundiários.

● Até ao 25 de Abril, a Fundação foi uma empresa agrícola de características fascistas em que os trabalhadores continuavam a trabalhar duramente, sem quaisquer regulias, recebendo salários de miséria e sem terem acesso à administração onde enriqueciam meia dúzia de senhores que, rotativamente, por lá iam passando, desde legionários, ANPs, deputados do governo fascista, latifundiários da região, etc.

● Logo após o 25 de Abril, os senhores da administração cuidaram de que alguma coisa mudasse para que tudo ficasse na mesma: fizeram eleições fantoches, onde não faltou a lista dos trabalhadores em que era «subversivo e proibido votar», nem os feitores a votarem por dezenas de trabalhadores não presentes. Destas «eleições» resultou que três trabalhadores (que hoje encabeçam a lista divisionista) ficassem na administração. Tudo continuou igual ao antes do 25 de Abril.

● Em Janeiro-Fevereiro de 1975, meio milhar de trabalhadores denunciaram a situação na Abreu Callado, apresentando cinco pontos para o restabelecimento de uma situação democrática ao Conselho da Revolução, ao Presidente da República, ao Ministério da Agricultura, ao IRA, ao Ministério dos Assuntos Sociais, ao Governador Civil de Portalegre.

● Em Março, os trabalhadores ocupam simbolicamente os escritórios da Fundação — que lhes pertencia em teoria, dado o testamento do último Callado. No mesmo mês o Ministério dos Assuntos Sociais dá razão aos trabalhadores e é nomeada uma comissão administrativa representativa para a Fundação.

● As herdades da

Fundação Abreu Callado, assim como outras devidamente expropriadas, reúnem-se por vontade dos trabalhadores, em massiva votação, na UCP «21 de Fevereiro», reconhecido oficialmente através do despacho do subsecretário de Estado da Estruturação Agrária, publicado no «Diário do Governo» a 29 de Novembro de 1975.

DEPOIS DA CONSTITUIÇÃO DA «21 DE FEVEREIRO»

● O desemprego foi eliminado na região. As produções agrícola e pecuária aumentaram cerca de 2,5 por cento. Actualmente a «21 de Fevereiro» contava com 350 trabalhadores efectivos, recebendo um salário de 2000\$00. Adquiriu e pagou maquinaria no valor de 6000 contos. Tem 40 tractores, 12 ceifeiras-debulhadoras, 6 enfardadeiras, centenas de alfaias diversas, 600 bovinos, dos quais 150 são leiteiros, cerca de 7000 cabeças de ovinos, 700 caprinos, 500 suínos. Possui vacaria com ordenha mecânica e maternidades para suínos, malhadas, lagares de vinho e azeite. Produziu 3.200.000 quilos de trigo e vários milhões de quilos de aveia, cevada dística e vulgar, milho, grão de bico, grassol, cártamo. Produz também cortiça, azeite, vinho, uva de mesa. A contabilidade está montada com eficácia. Possui creche, casa de repouso, supermercado (montado com dinheiro emprestado pelos trabalhadores sem juro). Tudo isto ao serviço dos trabalhadores, independentemente das suas crenças políticas ou religiosas.

● A democracia vive-se na «21 de Fevereiro». Há plénários na última 6.ª feira de cada mês e a Comissão Directiva faz plénários todas as semanas, fazendo-se resumos destas reuniões semanais que se afixam publicamente.

● Os 111 que afinal são só 54 trabalhadores, uns enganados e manipulados e outros muito conscientes de que vão arranjar o seu

«tacinho» por condescendência do MAP, surgem, pedindo a desanexação das herdades que haviam outrora constituído a Fundação Abreu Callado, numa clara manobra para desmembrar a UCP «21 de Fevereiro», uma das mais completas quer quanto às infraestruturas agrícolas, quer em relação aos serviços sociais que referimos (creche, casa de repouso, etc.).

● O MAP dá despacho favorável sob o pretexto de que os 111 são a maioria dos trabalhadores. Não ouve os 193 trabalhadores da Cooperativa «21 de Fevereiro» nem os 137 que trabalham nas terras que o despacho desanexa contra a desanexação. Entre os 111 encontram-se 37 que nem trabalham na cooperativa e nove reformados. Nove dos «111» fazem, posteriormente, um abaixo-assinado, declarando terem sido enganados.

● A UCP «21 de Fevereiro» é notificada para cumprir o despacho no prazo de 24 horas, segundo transmite uma força policial comandada por um comissário. Isto ocorre no dia 17 pelas 23 horas.

● No dia 20 de Dezembro uma grande força da GNR, pelas 6 horas, acompanhando o subdirector do CRRR de Portalegre, quer forçar o cumprimento do despacho, ou seja a entrega ilegal das terras.

● Apesar do clima de violência, a Comissão Directiva da «21 de Fevereiro» não reconhece a legalidade nem justiça na decisão do MAP, tendo sido posta pela força fora das instalações da ex-Fundação, com outros trabalhadores.

● A Comissão «ad-hoc» que «toma posse» da administração das herdades desanexadas começa a sua actividade despedindo trabalhadores.

Enfim, uma comissão «ad-hoc» digna das tradições das comissões administrativas anteriores a Março de 1975, data em que os fascistas deixaram de ter voto na matéria nas questões das herdades hoje desanexadas. Mas a história não é um círculo. E os trabalhadores sabem-no bem.

LEVAR À PRÁTICA AS RESOLUÇÕES DO VIII CONGRESSO

Lê o relatório de Álvaro Cunhal aprovado pelo CC do PCP para o VIII Congresso

A REVOLUÇÃO PORTUGUESA O PASSADO É O FUTURO

edições Avante!

SOLIDARIEDADE NO ALENTEJO À REFORMA AGRÁRIA

Só quem não for ao Alentejo é que pode continuar a acreditar nas calúnias que certa imprensa não se cansa de publicar. Pessoas há que acreditam piamente nessas «verdades». E afinal era tão simples informarem-se sobre a transformação que se opera naquela zona de Portugal e confrontarem as «informações» que lêem.

Mas há muitos trabalhadores de outras regiões de Portugal que independentemente da sua ideologia sabem bem o que é a Reforma Agrária e não negam o seu apoio, como se verificou no último fim-de-semana, no distrito de Évora, onde decorreu uma jornada de trabalho voluntário nas UCPs afectadas pela política do ministro Barreto e do secretário de Estado Portas.

Foi uma jornada de trabalho voluntário e de confiança. A Reforma Agrária, a transformação da terra alentejana, o desaparecimento do desemprego, o aumento da produtividade e a melhoria de vida dos operários agrícolas são de tal modo uma realidade corrente que, inevitavelmente, todas as investidas da reacção e de quem favorece as suas intenções mais tarde ou mais cedo acabarão por se esboroar, deixando apenas a recordação de como foi difícil aquela luta — o terminar da exploração dos trabalhadores agrícolas pelos grandes latifundiários e os seus laçaios.

Foi uma jornada de trabalho voluntário e de confiança, igual a muitas outras que já se efectuaram no Alentejo, no Ribatejo, no distrito de Castelo Branco e de Setúbal, assim como na região do Mondego ou mesmo no Norte. Mas foi também uma jornada de trabalho voluntário e de confiança completamente diferente, atendendo à grande ofensiva em curso contra as conquistas dos trabalhadores agrícolas, nomeadamente do Alentejo.

Por iniciativa da União dos Sindicatos de Évora, realizou-se no último domingo, naquele distrito, uma jornada de apoio à Reforma Agrária, mais concretamente a quatro Unidades Colectivas de Produção recentemente atingidas pelas medidas do Ministério da Agricultura e Pescas — com especial destaque para o secretário de Estado da Estruturação Agrária, Carlos Portas — que visam a tentativa de liquidar a Reforma Agrária e lançar novamente os trabalhadores agrícolas à mercê da exploração dos latifundiários.

Através do Departamento Agrícola da Intersindical, as inscrições estavam abertas, não só na sede daquela central sindical mas, também, em diversos locais de trabalho e sindicatos. Em autocarros e automóveis, que se compartilhavam com os amigos, muitos foram os que no domingo se dividiram pelas quatro Unidades Colectivas de Produção — «Santana do Campo», no concelho de Arraiolos, «Santana de Portel», no concelho de Portel, «Companheiro Vasco», no concelho de Évora, e «Ameixial», no concelho de Estremoz — atingidas pelas manobras destruidoras do MAP.

«NÃO VIM ARRASTADO»

É a primeira vez que venho ajudar, com o meu trabalho, os trabalhadores da Reforma Agrária — assim nos responde um homem ainda novo, que debaixo das azinheiras arrancava com determinação os arbustos que por ali cresciam, num matagal cerrado. Assim nos falou, pois, quando quisemos saber a sua opinião sobre a estada ali.

Era empregado de escritório, em Lisboa, na Siemens, essa multinacional que ultimamente tem dado que falar. Naquele domingo, trocou a secretária pelo trabalho diferente do campo. Estava satisfeito.

O meu nome? Talvez não valha a pena. Para quê dar trunfos ao patronato quando ele procura os mais convenientes pretextos? Concedámos. A conversa generalizou-se.



Breves comícios, como este, realizado na UCP «Santana do Campo», encerraram nas diferentes UCPs do distrito de Évora a jornada de trabalho e de solidariedade com a Reforma Agrária

Já vim outras vezes ao Alentejo — afirmou-nos — mas desta a intenção foi trabalhar.

Tenho contribuído dentro das minhas possibilidades. Tanto nas campanhas de fundos como esclarecendo os vizinhos e os colegas de trabalho. Acho que é uma forma de ajudar a Reforma Agrária para aqueles que estão em Lisboa, ou noutros locais do País.

Entretanto, ao nosso lado, uma autêntica multidão de homens e mulheres, vindos de Lisboa ou das localidades em redor, continuavam na faina que lhes estava destinada na Unidade Colectiva de Produção «Companheiro Vasco». Os sargaços, nome dado a um pequeno arbusto, e as estevas, que cobriam o terreno — inculto há muito tempo — iam desaparecendo, amontoando-se aqui e ali para mais tarde serem retirados. Por vezes uma raiz mais renitente obrigava ao esforço conjunto de duas pessoas, mas de resto a desmatagem ia avançando sem problemas e a alegria — pelas canções que se ouviam — era uma nota dominante.

Para estar aqui não vim arrastado. Vim convicto do que estou a fazer — continuou o nosso companheiro de conversa — e considero importante continuar a dar o meu apoio mais directo, independentemente da ajuda que, como já disse, presto na cidade.

«LUTAR PELOS FILHOS E POR NÓS»

Eram algumas centenas os que tinham vindo de Lisboa e se deslocaram à «Companheiro Vasco». No monte, lá longe, ficaram os autocarros e os automóveis. A conversa prosseguiu.

Tenho ido à região do Cartaxo ajudar os pequenos e médios agricultores. Em jornadas de trabalho voluntário como esta — informou enquanto

arrancava do terreno mais alguns arbustos.

Na minha opinião estas jornadas deviam ser mais divulgadas para que em todos os locais se soubesse que aqui se luta por uma

coisa real e se sente uma nova vida e uma nova alegria.

Fora preso há anos pela PIDE e na cela para 12 pessoas onde se acumulavam 45 apercebeu-se de um fenómeno que marcou mais a minha maneira de pensar — ver que o que cada um possuía era de todos. Foi aí, também, que tomou mais

ser arrancado, quando a interrompem.

Trabalho em casa! — respondeu, enquanto insistia na sua tentativa para arrancar o arbusto. E já não é pouco! — acrescentou, ao mesmo tempo que o sargaço se desenterrava devido a um puxão mais forte.

Eu e o meu marido estamos com a Reforma

UM NÃO CONHECE O OUTRO CONHECE BEM DE MAIS

A ofensiva dos responsáveis pelo Ministério da Agricultura e Pescas era o tema da conversa. As opiniões sucediam-se naquele pequeno grupo que fora ajudar os trabalhadores da «Companheiro Vasco» onde estavam alguns operários agrícolas que comentavam com mais pormenores os últimos acontecimentos. Até que, um deles, já mais idoso, definiu a situação:

«O ministro Barreto não conhece o Alentejo. Ele é que o diz!»

«O secretário de Estado Portas, esse conhece bem de mais o Alentejo. Pertence à Sagrepe, onde é accionista. Perguntem às pessoas de Elvas e Campo Maior o que é esta empresa pecuária? Os pais tinham herdadas para os lados do Alandroal e Vila Viçosa e duas foram expropriadas. Quem conhece assim o Alentejo com certeza que não é pela Reforma Agrária.»

contacto com os problemas dos trabalhadores alentejanos e a rudeza da sua vida.

Não luto só pelos filhos, como é costume dizer. Acho que nós devemos beneficiar um pouco da nossa luta.

Da sua empresa, foram muitos os colegas que vieram. Mas o número seria maior se o apelo tivesse sido feito com mais antecedência.

Quase ao terminar afirmou: É agradável ver bastantes trabalhadores de serviços aqui, fazendo uma coisa que anos atrás nunca sonhariam.

É agradável porque com a divisão que certas forças fomentam procura-se colocar os trabalhadores de serviços à parte.

Mas digo-lhe: com os trabalhadores pode-se reconstruir uma nação e pedir-lhes sacrifícios desde que eles saibam para quem estão a trabalhar — confiou-nos à despedida, manifestando a sua confiança.

«TRABALHO EM CASA»

Num morro próximo, uma longa fila de pessoas ia progredindo no seu trabalho. Ali, as mulheres eram mais numerosas. Arlete Santos lutava com um sargaço mais entroncado, que resistia em

à noite ou no sábado de manhã. Dormiamos aqui. Um sacco-cama ou umas mantas e resolvia-se a questão.

Acrescenta algumas sugestões:

Acho que se devia divulgar amplamente a possibilidade das pessoas poderem passar aqui — nas cooperativas e Unidades Colectivas de Produção — uma temporada para trabalhar voluntariamente. Eu sei que a partir da Primavera há muita coisa para fazer no campo. As pessoas podiam vir para cá. Era a mudança de ares e a saída da cidade, no fundo o que os programas de férias preconizam.

E Manuel Rodrigues — que quando se foi inscrever para esta jornada de trabalho encontrou quatro camaradas de trabalho com as mesmas intenções — continuou com entusiasmo a sua tarefa e já faltava pouco para o seu grupo chegar à altura, isto é, ao cimo do cabeço que estavam a desmatar. Entretanto, o odor a terra molhada, intenso, enchia as narinas.

INCULTA HÁ 14 ANOS

Os tractores os levaram, os tractores os trouxeram. Passava já das duas horas da tarde quando as pessoas que tinham participado na jornada de trabalho voluntário regressaram ao monte, apinhados nas caixas das roletes. Era altura de comer, apinhados na caixa que já vinha preparado de casa.

Foi aí que falámos com Maximiano José Ricardo, membro da Comissão Directiva da UCP «Companheiro Vasco».

Ainda não tivemos tempo de limpar todas as terras que os agrários deixaram incultas — informou. Referindo-se ao trabalho daquele dia esclareceu:

Aquela terra há mais de 14 anos que não era cultivada. Era só mato o que ali crescia. E já não é pouco! — acrescentou, ao mesmo tempo que o sargaço se desenterrava devido a um puxão mais forte.

Eu e o meu marido estamos com a Reforma

Apareceram aí mais de 18 guardas para que cedéssemos 30 hectares de um guarda do antigo latifundiário e que tem mais de 80 anos. Nunca foi seareiro e até um bocado de terra que lhe pertencia — cerca de 3 hectares — entregava-a a outros para fabricarem.

Agora, depois da terra amanhã e semeada, exigiu 30 hectares. Veja como as coisas são.

NÃO ESTAMOS SOZINHOS

Desde que os trabalhadores se entregaram ao amanho das terras, na «Companheiro Vasco», muita coisa se modificou. Nem o ministro da Agricultura nem o secretário de Estado o podem negar. Assim a Unidade Colectiva de Produção, neste tempo de existência, para além de criar postos de trabalho — «temos tido falta de braços e ainda ninguém andou à boa-vida» — comprou já 11 tractores, 3 ceifeiras debulhadoras, uma máquina para debulha de grão, feijão e milho, dois motores de rega, os rebanhos de suínos e bovinos aumentaram quase para o dobro, repararam um lagar de azeite onde no ano passado foram produzidos 132 000 litros, mas ainda estamos a vender o azeite a 50\$00 o litro aos trabalhadores.

Por outro lado a UCP montou em S. Miguel de Machede um talho e no próximo sábado será inaugurado um supermercado, que se destina a beneficiar as camadas trabalhadoras. E termina:

Esta jornada é a prova de que não estamos sozinhos na nossa luta.

«NÃO ERA NECESSÁRIO»

Mas nem só na «Companheiro Vasco» decorreram jornadas de solidariedade e de trabalho voluntário. Repetiram-se em mais três UCPs do distrito de Évora.

Na UCP de «Santana do Campo» já todos tinham regressado definitivamente do trabalho e um breve comício encerrava a festa de convívio realizada antes, como aliás ocorreu em todas as Unidades Colectivas de Produção.

Helder Martins, estudante universitário, fala-nos da jornada de trabalho em que



Este terreno há mais de quatorze anos que não era cultivado. O mato era cerrado. Mas ao fim de algumas horas de trabalho as clareiras iam surgindo e no fim do dia já era grande a zona limpa

participou e na qual as pessoas juntaram pedras, limparam árvores e arrancaram sargaços.

Só não compreendo todo o aparato das forças militarizadas aqui no Alentejo, neste domingo em que se realizava uma jornada de apoio à Reforma Agrária. Não era necessário.

O IMPORTANTE É ESTAR AQUI

Junto ao monte um rebanho enorme de carneiros atravessava a estrada. Mais tarde soubemos que tinha sido comprado na quase totalidade pela UCP de «Santana do Campo». Dentro de um automóvel um homem acaba o farnel que trouxera de casa. O diálogo surgiu:

O meu nome? Pode ser Antunes ou mesmo Ferreira. Escreva o que quiser.

O importante é estar aqui. Ter vindo ajudar. Não pense que é por ter receio. Nada disso. No meu emprego todos conhecem a minha opção política.

O Alentejo e a zona da Reforma Agrária para ele não eram desconhecidos. Posso dizer-lhe que venho aqui frequentemente. A minha profissão? Uma espécie de caixeiro-viajante.

E continuou a falar: Não estou aqui só por estar. Conheço isto. Sei o que se passou aqui. E não poupo esforços para ajudar estes trabalhadores que durante anos e anos foram explorados.

Mas não pense que vou atrás de tudo o que me dizem. Gosto de ver, de

confrontar. No meu emprego, por vezes, os colegas mostram-me os jornais reaccionários — você, aliás toda a gente, sabe quais são! — onde se dizem cobras e lagartos do que se passa no Alentejo.

Como a minha profissão me traz muitas vezes aqui não raro vou confirmar aquelas notícias monstruosas que os meus colegas me mostram. Só lhe digo, os fulanos que escrevem aquelas coisas têm muita imaginação.

Quando conto isto no emprego nem todos querem aceitar, mas os que me conhecem melhor sabem que não mintó.

E ao terminar: Sempre que me for possível venho ajudar a Reforma Agrária. É também a minha luta e não me furto a ela.

EVITAMOS OS INTERMEDIÁRIOS

Quase ninguém, aliás, na zona da Reforma Agrária, se furta à luta pela produção e por melhores condições de vida. Mas as sabotagens surgem de todos os lados. Disso nos fala João Córdilhas, membro da Comissão Directiva da UCP «Santana do Campo»:

Temos muitas dificuldades com o escoamento de alguns produtos. Se é certo que o Governo nos comprou o trigo, o girassol e o tomate, já o mesmo não sucedeu em relação à cevada. Tentámos evitar vender aos intermediários pois pensamos que devia haver

uma definição dos preços quando das sementeiras.

No que diz respeito aos borregos também deveriam ser recolhidos pela Junta Nacional dos Produtos Pecuários, como sucede com o gado bovino, o que levaria à estabilização dos preços. Como isto não se verifica o que sucede é a tentação de vender quanto mais caro melhor, o que leva os intermediários a terem um lucro enorme.

Também aquela UCP foi vítima recente de uma desanexação, como é usado agora chamar à recuperação dos interesses dos grandes latifundiários. As herdadas arrancadas compulsivamente à UCP pertenciam a António Antunes Barbeiro e o MAP argumenta que não atingimos os 50.000 pontos, mas esquece as propriedades que este indivíduo possui em Leiria e no distrito de Coimbra.

Desde que começou a funcionar, a UCP «Santana do Campo» comprou já 4 tractores, 2 ceifeiras, 2 enforçadeiras, um semeador à linha, um espalhador de semente, mil ovelhas e 110 porcos.

Estes números, que aliás se repetem em quase todas as Unidades Colectivas de Produção, são bem um exemplo de que a Reforma Agrária pode aumentar a riqueza, a produção e fazer desaparecer o desemprego. Quem está interessado que assim não suceda? Quanto a isso ninguém tem dúvidas: os grandes agrários, a CAP, onde estão congregados, e os responsáveis do Ministério da Agricultura e Pescas, serventários dos interesses daqueles indivíduos.



UM SUPERMERCADO EM AVIS PARA SERVIR A POPULAÇÃO

Um supermercado organizado pelas Unidades Colectivas de Produção? Por que não? O que se passa em Avis, no distrito de Portalegre, é um exemplo.

Primeiro pensámos em fazer cartões e abrir só para os sócios. As pessoas que avançaram com a ideia do supermercado tinham uma ideologia política. Ora, se nós fossemos exigir aos outros que não têm as mesmas ideias para que fossem sócios era afastá-los ainda mais.

Então, quase nas vésperas de isto abrir decidimos acabar com os cartões e abrir ao público. Posso dizer que hoje quase todas as pessoas cá vêm.

Os pequenos comerciantes estavam connosco e a vida deles

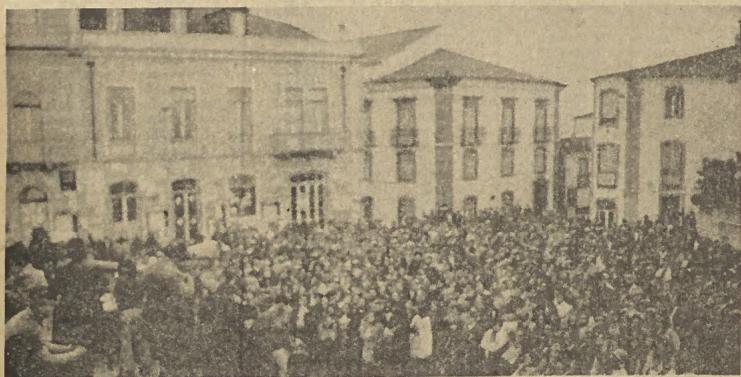
também foi facilitada, na medida em que as cooperativas têm muitos produtos que eles tinham de ir comprar a outros lados e, hoje, são as cooperativas a fornecer os produtos. E como as cooperativas fornecem mais barato têm possibilidade de fazer os mesmos preços que nós aqui. E tudo continuou a governar-se da mesma maneira e não houve problemas.

Enquanto no concelho, antes da Reforma Agrária avançar — e isto precisa de ser dito — tínhamos dois talhos, que matavam três ou quatro cabeças de gado por semana e ainda lhes sobrava carne, hoje sucede o contrário. Só aqui no supermercado matamos todas as semanas 20 cabeças — borregos e ovelhas

— e ainda cinco ou seis porcos, ou seja 25 cabeças todas as semanas, e a carne gasta-se toda. E os outros talhos também vendem muito mais carne do que vendiam. Isto mostra que as pessoas não compravam por não terem barriga, não tinham era poder de compra para chegarem à carne.

Agora, resolvemos, no supermercado, matar um novilho todas as semanas. As pessoas daqui — algumas delas — nem sabiam o que era a carne de novilho. Posso dizer-lhe que na primeira semana houve carne que sobrou. Na semana seguinte já não chegou e continua na mesma.

(Da entrevista dada ao «Avante!» por José Luís Correia da Silva, membro da Comissão Directiva da UCP «1.ª de Maio».)



MANIFESTAÇÃO EM MONTEMOR

Manifestando o seu repúdio pela política de recuperação dos latifundiários a que o Ministério da Agricultura e Pescas insiste em chamar «desanexações», os trabalhadores agrícolas de Montemor-o-Novo — homens e mulheres de todas as idades — concentraram-se na tarde do último domingo na Praça da República, daquela vila.

Perante uma multidão que enchia por completo o largo falaram alguns trabalhadores das Unidades Colectivas de Produção atingidas com as medidas impostas pelo MAP. A ofensiva contra a Reforma Agrária foi denunciada com detalhes por todos os oradores. Os trabalhadores exigiram do Governo Agrário foi denunciada com detalhes por todos os oradores. Os trabalhadores exigiram do Governo o cumprimento das leis — constantemente atropeladas — para que os agrários não voltem a apossar-se do trabalho e do esforço dos operários agrícolas alentejanos.

UMA CRÍTICA... MAS CONSTRUTIVA

Ainda jovem, Manuel Rodrigues é empregado bancário e também ele é a primeira vez que participa numa jornada deste tipo. No final da conversa tem o cuidado de esclarecer:

Olhe que não sou do PCP, mas sou de esquerda. Na sua opinião estas jornadas seriam mais proveitosas se a estada fosse mais prolongada.

A malta tem boa vontade e para render mais poderíamos vir na sexta

REFINARIA DE SINES: IMPÕEM-SE MEDIDAS URGENTES

Fraudes e demoras ruinosas devem ser evitadas com fiscalização e controlo efectivos. As perspectivas de emprego devem ser planificadas. Há que resolver os vários problemas que afectam os trabalhadores

Um dos mais importantes problemas com que se debate a Petrol (Petróleos de Portugal, E.P.) e que interessa a todo o País, é o da refinaria de Sines. Trata-se de um empreendimento com um custo que, tendo vindo a aumentar em relação às primeiras estimativas, está agora orçado em cerca de 17 milhões de contos e sobre cuja utilidade pública se têm, muito justamente, levantado sérias dúvidas. Durante a sua construção têm surgido problemas, uns de carácter técnico-económico, outros de carácter social, em muitos casos interligados, com origem em deficiências de coordenação, controlo e fiscalização das obras, bem como em falhas na criação de

refinaria de Sines a fim de melhor caracterizar o problema. A construção desta refinaria, decidida pelo governo fascista nos anos de 1970/71, surge associada, quer pela sua origem, quer pelos seus objectivos, aos interesses que o capitalismo monopolista de Estado vinha desenvolvendo. O lançamento desta unidade, com dimensões nitidamente superiores às necessidades do mercado interno, está ligado à construção de um grande porto de águas profundas, num projecto que constitui a base do complexo industrial de Sines. A capacidade da refinaria foi fixada, em 10 milhões de toneladas e o porto petrolífero dimensionado para movimentar 40 milhões, isto tudo numa perspectiva grandiosa

de expansão em que assentava o projecto, o governo fascista não procedeu, como se impunha, a sua revisão, agravando o problema dos excedentes. Com as profundas alterações políticas, sociais e económicas que

estão no geral a laborar abaixo da suas capacidades reais, haverá dificuldades em arranjar contratos. Nestas circunstâncias vê-se o perigo que existe de, através da refinaria de Sines, se criarem novas dependências em relação

Constatam-se grandes irregularidades na obra, bem como o esbanjamento de dinheiro, devido à falta de programação adequada ou ao seu não cumprimento.

se produziram na sequência do 25 de Abril, o projecto da refinaria de Sines passou a ter ser encarado de maneira completamente diferente. Mas, apesar dos esforços desenvolvidos, em especial durante os IV e V Governos, acabou por prevalecer a política do facto consumado que o Eng.º Torres Campos, Secretário de Estado da Indústria no III Governo provisório, ajudara a consolidar. O projecto não foi então alterado, as obras foram prosseguindo, os compromissos foram-se tornando cada vez maiores, assinaram-se novos contratos e estão já investidos 12 milhões de contos numa instalação de que na verdade pouco ou nada necessitávamos, mas cujo prosseguimento se tornou irreversível. De acordo com estimativas do princípio deste ano conclui-se que, em termos de balanço global, a capacidade da refinaria de Sines será totalmente excedentária em 1978, isto é, quando do seu arranque, e que só por 1983 será absorvido pelo País o equivalente a metade da sua capacidade nominal. Para que a refinaria trabalhe, mesmo muito abaixo da sua capacidade nominal, há pois necessidade de arranjar no estrangeiro, e durante vários anos, quem queira utilizar os seus serviços ou quem compre os seus produtos. Sabendo-se por outro lado que, na Europa, as refinarias

ao imperialismo e que se poderão esconder por trás de contratos aparentemente generosos. A desnacionalização da refinaria também pode vir a ser proposta, com base em vantagens lusúrias e que mais não visem do que passá-la a controlo dos monopólios multinacionais, e ainda por cima por baixo preço, isto é, pagando aqueles só parte dos investimentos directos e indirectamente envolvidos.

PREFERIR A AJUDA MÚTUA E A INDEPENDÊNCIA COMPLETA

Uma política realista e de acordo com o interesse nacional obriga a que nesta matéria se dê preferência, por exemplo, a contratos com países produtores em vias de desenvolvimento e países socialistas, em termos de ajuda mútua e completa independência entre as partes contratantes. A refinaria de Sines, além de constituir um investimento muito elevado cuja rentabilidade não está assegurada, tem sido uma obra que sofreu um grande atraso. O arranque inicialmente previsto para 1976 é apontado agora para Dezembro de 1977, na melhor das hipóteses. A medida que o tempo passa

mais caro tudo vai ficando.

Em Fevereiro de 1975 estimava-se um custo total de 14,5 milhões de contos. Em Junho de 1976 a estimativa já era de 16,5 milhões.

Dois factores têm contribuído dominantemente para este atraso e um maior encarecimento da obra por um lado o desinteresse ou interesse contrário do empreiteiro geral da refinaria, responsável pela realização do projecto e, por outro lado, a falta de um controlo eficaz por parte da Petrosul e depois da Petrol.

Constatam-se grandes irregularidades, bem como esbanjamento de dinheiro devido à falta de programação adequada ou ao seu não cumprimento.

São frequentes os descareços entre as entregas de materiais e a recepção prevista, com adiantos e atrasos, sobrestadias e tempos mortos. São frequentes as montagens que se têm de refazer por falta de controlo inicial. Há cerca de mil trabalhadores que perdem uma hora por dia à espera de relação.

Quem paga? A maior parte, senão a totalidade, dos prejuízos, vão recair sobre as empresas intervenientes ou nacionalizadas, em particular a Petrosul.

Há também subempreiteiros menos honestos que se aproveitam das falhas de controlo para, à custa de processos

contra as empresas nacionalizadas e intervenções, fazendo-as pagar tudo, para tentar demonstrar a sua inviabilidade e daí saltar para a sua recuperação pelos capitalistas.

FALTAM CASAS HÁ ESPECULAÇÃO COM AS RENDAS...

À falta de planeamento e programação, ou ao seu não cumprimento, no que se refere às obras da refinaria, têm correspondido falhas não menos graves no que respeita à instalação dos trabalhadores, problema em que está também directamente envolvido o Gabinete da Área de Sines. Faltam casas, há especulação com as rendas, há alojamentos com insuficiências de energia, esgotos e acessos, os refeitórios são insuficientes e verificam-se desigualdades na qualidade das refeições, faltam serviços de saúde, etc., etc.

Estes factos justificam e justificam justas reivindicações dos trabalhadores que igualmente têm denunciado as irregularidades cometidas no prosseguimento da construção.

A justa actuação dos trabalhadores, das suas organizações, têm por isso sido lançados ataques diversos e que incluem já o saneamento de

consequente dos esquerdistas. A acção destes grupos já arrastou trabalhadores para paralisações injustificadas e actos extremistas que só vieram dar argumentos à direita, favorecer os oportunistas, dificultar a organização dos trabalhadores e a prática do controlo operário.

trabalhadores ligados à refinaria. Ressalta a necessidade de se tomarem urgentemente diversas medidas, entre as quais se destacam: a) a aceleração da construção da refinaria a fim de se evitarem aumentos de custo por motivos inflacionistas;

São múltiplos os exemplos que se podem dar e que mostram a razão do atraso da obra, do seu custo sobrelevado e do sentido do ataque que também em Sines se dirige e se está a deixar dirigir contra as empresas nacionalizadas e intervencionadas, fazendo-as pagar tudo, para tentar demonstrar a sua inviabilidade e daí saltar para a sua recuperação pelos capitalistas.

PLANIFICAR À ESCALA NACIONAL TOMAR MEDIDAS URGENTES

Um outro problema várias vezes posto pelos trabalhadores que procederam à construção da refinaria de Sines é o da perspectiva de trabalho para depois de terminada a obra. Para ele também não têm sido dadas respostas concretas.

Trata-se de uma questão que mostra claramente a necessidade de planificação da economia e do desenvolvimento industrial à escala nacional, de acordo com os interesses nacionais e não sujeita aos interesses particulares desta ou daquela empresa, deste ou daquele grupo, como no esquema de desenvolvimento capitalista, para quem os trabalhadores não contam senão como fonte de exploração.

Relativamente à refinaria de Sines põe-se, como se vê, um número vasto de problemas.

A sua solução, ou a redução das consequências dos erros já cometidos, que julgamos possível, não pode ser desligada do interesse geral do País e dos

b) o controlo e fiscalização efectiva da obra, a fim de se evitarem soluções incorrectas, fraudes e demoras ruinosas, para além da inspecção técnica dos trabalhos já executados;

c) a angariação de contratos para utilização de refinaria ou compra dos seus produtos em termos de ajuda mútua e de inteira independência entre as partes contratantes (por exemplo com os países produtores de petróleo do chamado Terceiro Mundo, as ex-colónias e os países socialistas);

d) a solução dos diversos problemas que se põem aos trabalhadores que se encontram em Sines, nomeadamente quanto ao alojamento, protecção da saúde e alimentação;

e) a planificação das perspectivas de emprego dos trabalhadores envolvidos na construção da refinaria.

Isto de acordo com uma acção governativa clara contra a recuperação capitalista, de apoio às nacionalizações e ao controlo operário, na certeza de que não será contra os trabalhadores que se solucionarão os problemas do País nem, neste caso particular, os da refinaria de Sines.

Há o perigo de, através da refinaria de Sines, se criarem novas dependências em relação ao imperialismo, que se poderão esconder por trás de contratos aparentemente generosos.

adequadas condições de trabalho, alojamento e protecção da saúde dos trabalhadores.

Sobre todas as questões que nestas circunstâncias se levantam são muito reduzidas as informações e os esclarecimentos prestados pelas entidades responsáveis, nomeadamente os departamentos governamentais directamente ligados ao assunto. Isto apesar dos esforços das organizações dos trabalhadores da Petrosul e de outras empresas envolvidas na construção da refinaria no sentido de ser conhecido o significado do empreendimento, ser posto fim a uma série de deficiências e serem satisfeitas justas reivindicações dos trabalhadores motivadas exactamente por muitas dessas deficiências.

Interessa pois analisar com um pouco de pormenor o caso da

de prestação de serviços a terceiros, obrigatoriamente condicionada aos seus interesses e nunca aos do Povo português.

A construção da refinaria, acarinhada pelo governo fascista na sequência de propostas de grupos capitalistas (Bulhoas, Melos e C.) representativa, acima de tudo, mais um importante reforço do poder dos grandes monopólios portugueses e multinacionais, de acordo com a política governamental de gradual submissão da economia portuguesa ao imperialismo

DOZE MILHÕES DE CONTOS JÁ INVESTIDOS

Com a chamada crise do petróleo de 1973, embora se tenham modificado as condições

OS REFORMADOS DIZEM NÃO ÀS PENSÕES DE MISÉRIA

O meu nome é Gertrudes da Purificação Andrade. Trabalho como mulher-a-dias desde os dezito anos. Hoje tenho sessenta e sofro de uma doença de ossos que não me deixa trabalhar. O meu marido está com baixa há dois anos, recebemos 2000\$00 de reforma e pagamos 1100\$00 de renda de casa. Como é que conseguimos viver? Com alguma ajuda que a família nos dá e passando fome; almoçamos como pedemos e o jantar é uma chavena de chá e uma bolacha... As lágrimas que rolaram pelo rosto marcado pela doença e pelas conseiras de uma vida de trabalho não abafaram, contudo, o grito de revolta e denúncia da democracia eleitoral de Mário Soares — onde está o salário que nos prometeu? É um mentiroso que só anda a enganar o povo — a decisão de participar na luta pelos seus justos direitos — vou

para onde for preciso, farei tudo o que estiver ao meu alcance! A crítica à política do Governo PS e a firme determinação de prosseguir a sua justa luta foram, aliás, uma constante em todas as sessões da Jornada de Luta que os reformados, levaram a cabo no passado sábado e que mobilizou milhares de trabalhadores em Lisboa, Porto, Marinha Grande, Gouveia, Faro, Covilhã, Tortozendo, Coimbra, Braga, Santarém, Beja, Viana do Castelo, Barreiro, Setúbal, Aveiro e Faro.

Reunidos para discutir as recentes medidas tomadas pelo Governo em relação aos reformados e tomar uma posição conjunta face a essas mesmas medidas, os reformados de todo o País pronunciaram-se contra as reformas de miséria e os aumentos de fome.

Recorde-se que o Governo anunciou um aumento de 250\$00 para os reformados da

Previdência, contrariamente aos prometidos 35% do que Mário Soares falou durante a última campanha eleitoral — que, como se veio depois a apurar, se destinam apenas aos funcionários públicos — sendo de sublinhar ainda a discriminação que continua a ser feita em relação aos trabalhadores rurais, que apenas receberão mais 150\$00, discriminação essa agravada no caso das mulheres trabalhadoras que ficarão a receber 600\$00 enquanto os homens receberão 900\$00.

Serão os senhores ministros capazes de viver com estas quantias? — Interrogou-se um dos oradores da sessão realizada em Lisboa, para logo de seguida afirmar que nunca tais senhores passaram pela miséria, pelos sacrifícios a que os reformados estão sujeitos.

A escandalosa e ultrajante situação de marginalização e desprezo em que vivem os trabalhadores que deixaram o activo, na sua grande maioria, foi sublinhada por um outro orador que recordou que o sustento dessas famílias é inferior ao que se gasta com um cão da polícia ou da GNR!

Porque sofremos nós esta miséria? Pergunta que milhares de homens e mulheres de todo o País, que foram ontem os produtores e o sustento da vida

de trabalho — a viver descansados os últimos dias da sua vida.

Os trabalhadores que passam à reforma não podem ser postos de lado como "limões espremidos", disse, sublinhando em seguida que a luta dos reformados é indissociável da dos trabalhadores em geral, que os interesses são os mesmos, que o apelo é mútuo. Como acontece, por exemplo, na luta pela participação na gestão das Caixas de Previdência, a qual está a ser alvo dos ataques do Governo. Isto dificultará — afirmou — ainda mais a recuperação das dívidas do patronato à Previdência pondo em risco o pagamento e o aumento das pensões de miséria dos reformados, em proveito dos capitalistas.

A situação discriminatória em que se encontram as mulheres reformadas foi outro dos temas mais em foco nas diversas sessões da Jornada de Luta dos Reformados. Pois se a mulher trabalha tanto como o homem — e mesmo mais, tendo em consideração o trabalho doméstico e o tratamento dos filhos normalmente a seu cargo — porque razão é reformada com uma quantia inferior? Onde está a igualdade de direitos consagrada na Constituição? Será que a mulher como menos que o homem?

de todos nós — que após uma vida de miséria chegam aos setenta anos e recebem essa outra miséria vergonhosa a que chamam reforma. Falo com lágrimas nos olhos e sou um homem.

Seiscentos escudos é o que passará a receber, segundo as previsões do Governo, a mulher trabalhadora rural na situação de reformada. Como se vive nos dias de hoje com uma tal quantia? Seiscentos escudos representam 20\$00 por dia. O suficiente para comprar 60g de feijão; ou dois quilos de batatas; ou 10g de carne. E isto sem contar com a renda de casa, os transportes, o vestuário, o calçado. Estar doente é um luxo a que não podem permitir-se; comprar um livro, ir a um cinema ou a um teatro é uma loucura desconhecida.

QUANTO VALE UM HOMEM?

— Era motorista de praça e fui reformado por invalidez. Recebo 2400\$00 e a minha mulher 400\$00. Vivemos com a ajuda dos filhos. E quando eles se casarem e tiverem família? Quem nos acode? — Eu era operário têxtil e fui reformado com 600\$00 ao fim de 24 anos de trabalho. O que me tem valido é a minha mulher, que ainda trabalha. Hoje engraxo sapatos...

aconteceria se tivessem os reformados uma pensão suficiente para viver; se tivessem direito à velhice; se lhes fosse dado o "luxo" de poderem descansar o pouco tempo que lhes resta de vida.

O desespero destes milhares de pessoas reformadas, desta gente velha ou inutilizada mas apesar de tudo gente, destes seres humanos que já foram os criadores da riqueza, leva-os por vezes

a assumir posições e a defender formas de luta, menos correctas, ditadas precisamente por esse desespero em que se encontram. Leva-os a radicalizarem-se, a ameaçarem, a subestimar por vezes o oportunismo escapatório.

E que o tempo de que dispõem para a luta pode ser tão pouco. Mas não essencial a sua luta é justa. Por isso merecem o apoio de todos os que lutam pela sociedade melhor. Por isso

necessitam do apoio dos trabalhadores no activo — os reformados de amanhã.

Exigir o cumprimento da Constituição, no caso concreto o direito à saúde, à habitação, à velhice, à igualdade é um dever de todos. Para que os nossos reformados tenham uma vida digna — para que não tenhamos medo de envelhecer. Para que tenhamos coragem de olhar para o futuro.

OS ESCLARECEDORES AUMENTOS DO FUNCIONALISMO PÚBLICO

Através de uma nota oficiosa do Conselho de Ministros e do respectivo decreto publicado recentemente no «Diário da República», os trabalhadores da Função Pública viram os seus salários aumentados de 15 por cento. No entanto o sistema de aumento gradativo imposto pelo Governo PS não mereceu, como era de esperar, o apoio dos trabalhadores, pois vem desequilibrar o leque salarial, accentuando substancialmente as diferenças salariais entre os escalões existentes.

Observando o quadro que aqui publicamos, pode traçar-se um paralelo entre os objectivos que presidiram aos aumentos verificados em 18 de Setembro de 75 e aos aumentos agora promulgados pelo Governo

PS. Nos primeiros, foram favorecidos os trabalhadores com salários mais baixos, sendo o aumento salarial gradualmente mais baixo à medida que os salários vão subindo. Note-se, por exemplo, que os salários correspondentes às últimas letras foram na altura aumentados na média dos 1 0 0 0 \$ 0 0 ; o s correspondentes às primeiras letras (A, B, C e D) não foram alterados. Tentou-se desta forma uniformizar e equilibrar o leque salarial. Os funcionários que na altura se encontravam nas letras T e U passaram a partir de então para a letra S. Os que estavam nas letras V e X passaram à letra T. Os que se encontravam nas letras Y e abaixo passaram para a letra U.

Os aumentos agora estabelecidos (apenas de

15 por cento), traduzem, na verdade, objectivos opostos. Segundo o esquema de aumento gradativo imposto pelo Governo — que se «esquece» sistematicamente dos problemas resultantes da subida do custo de vida — os trabalhadores que auferiam 5000\$00 vão ter agora um aumento de apenas 800\$00, enquanto que à letra A, máximo da escala salarial, corresponde um aumento de três mil escudos... Além de desequilibrar o leque salarial, o sistema de aumentos agora em vigor determina que os funcionários que se encontravam nas letras U (5000\$00) recebam durante os primeiros seis meses de trabalho segundo a letra V (4000\$00).

Será isto o «pluralismo» salarial?

«UMA VIDA DIGNA»

Os Reformados, 3.ª idade e trabalhadores no activo reunidos na "Voz do Operário", no dia 8 de Janeiro de 1977, perante as atitudes discriminatórias assumidas pelo sr. secretário de Estado da Segurança Social, engenheiro Vitor Vasques, indo contra os interesses dos trabalhadores e protegendo os interesses do grande capital, deliberam manifestar o seu mais vivo repúdio.

1.º — Pelo afastamento dos trabalhadores da formação e gestão do Instituto de Gestão Financeira, contrariamente ao que vem estipulado na Constituição;

2.º — Pela dissolução do Conselho Coordenador da Previdência;

3.º — Pela exoneração da Comissão Administrativa da Federação das Caixas de Previdência que tinha sido homologada pelo então ministro dos Assuntos Sociais, Sá Borges;

4.º — Pela demissão do presidente da Comissão Administrativa da Caixa de Seguros de Doenças Profissionais, por este se ter recusado a investir 20 mil contos em Títulos do Tesouro;

5.º — Pelo saneamento dos representantes dos trabalhadores na Caixa de Leiria;

6.º — Pelo saneamento do presidente da Caixa do Distrito de Braga;

7.º — Pelo saneamento, sem conhecimento dos sindicatos interessados, do vogal sindical e do representante dos trabalhadores na Caixa do Comércio;

8.º — Pela marginalização a que estão sujeitas as mulheres, quer do campo, quer as domésticas;

9.º — Pela atitude do Governo PS concretizada na Casa de Repouso da Unidade Colectiva de Produção "21 de Fevereiro", em Benavita, Alto Alentejo, onde muitos velhos iam comer de graça e a quem exigem agora o pagamento de parte do montante das suas reformas miseráveis, o que nos faz realmente pensar na espécie de socialismo que o Governo está a pôr em prática.

Um voto de censura ao secretário de Estado dos Assuntos Sociais, Vitor Vasques, pelo afastamento dos delegados sindicais das Caixas de Previdência e seu afastamento do contacto com reformados e 3.ª idade.

Lisboa, 8 de Janeiro de 1977

MOÇÃO AROVADA POR UNANIMIDADE

Nas diversas reuniões realizadas por todo o País, foi aprovada a seguinte moção

Que, através das mais diversas formas (abaixo-assinadas, moções, telegramas, etc.) os trabalhadores reformados façam sentir à A.R. a insuficiência dos aumentos das pensões propostos no O.G.E. e que portanto os mesmos sejam revistos no sentido de garantir aos reformados uma vida digna a que têm direito e que está claramente expressa na Constituição da República Portuguesa.

Que o Governo crie mecanismos conducentes à cobrança das dívidas patronais à Previdência como forma de solucionar ainda que parcialmente a situação financeira da Previdência.

Que o Estado assuma as suas responsabilidades constitucionais cobrindo os défices da Previdência. Que seja obrigação do Estado a liquidação das pensões do regime especial (rurais) que em tudo devem corresponder ao expresso na Constituição quanto à Segurança Social.

Que todos os eventuais aumentos sejam praticados na base das pensões que se praticam ao momento.



Se ser velho é tão natural como ser jovem, porque temos então medo de envelhecer?

nacional, fazem a si próprios e a que o Governo é incapaz de responder.

Porque não se pode invocar a austeridade quando se gastam milhões de contos em indemnizações a capitalistas sabotadores da economia nacional; quando se pagam salários de oito contos aos "pobres" dos latifundiários; quando se "confraterniza" com dois mil convidados sentados à mesa do Orçamento.

Que raio de austeridade é esta? Que raio de socialismo é este que só convida a apertar o cinto aqueles que já nem cinto têm para apertar?

SOMOS POSTOS DE LADO COMO LIMÕES ESPREMIDOS

A importância da unidade e firmeza dos trabalhadores reformados na sua luta pelo direito à velhice consagrado na Constituição foi realçado pelo representante da Intersindical, que afirmou depois que o Governo não pode ser insensível a essa luta, à luta de homens e mulheres que assim esgotam as escassas energias que lhes restam quando linham todo o direito — conquistado por uma

A mulher (desculpe a expressão, mas é mesmo assim) só tem barriga grande quando está grávida. Para como tem que se encolher, como se não lhe bastassem os sacrifícios que passa pelos filhos, as conseiras, os trabalhos que lhe arruinam a saúde!

Não falo por mim, reformado com 2000\$00, mas por esses milhares de trabalhadores do campo — os mais sacrificados

NÚMEROS...

Dos 150 000 trabalhadores reformados da Previdência por velhice, 126 000 recebem apenas 2000\$00 por mês.

Há 143 000 reformados por invalidez, dos quais 90% recebem também 2000\$00.

Há 450 000 trabalhadores agrícolas reformados que recebem a ridícula quantia de 500\$00.

300 000 trabalhadores reformados com mais de 65 anos não recebem nada!

— Eu era servente de tipógrafo e fui reformado por invalidez. Ando a vender carteiras pelas ruas. Outro dia um guarda apanhou-me e levou-me para o posto; querem que pague 1600\$00 de multa. Com que dinheiro? Recebo dois contos e multam-me por tentar arranjar mais uns tostões, honestamente. Que querem que faça?

Que vá roubar? — Andamos aos recados como os "velhinhos". Trabalhamos e enquanto pudemos, hoje não somos ninguém...

— Trabalho desde os nove anos, altura em que fiquei sem pai. Conheci vários ofícios desde pescador a serralheiro, passando por têxtil e fogueiro na CRGE. Fui reformado com 1190\$00, passando depois a 2600\$00. Hoje trabalho num liceu, onde faço umas escritas. Não ganhei nada com o 25 de Abril.

Vendedores ambulantes, "moços" de fretes, porteiros, guardas nocturnos, contínuos, cada qual procura sobreviver. Alguns ocupam lugares que poderiam ser preenchidos por desempregados. O que não

Letras	Vencimento segundo o D.-L.372/74	Vencimento a partir de 18/9/75	Aumentos	Vencimento a partir de 31/12/76	Aumentos
A	18 900\$00	18 900\$00	—	21 800\$00	2900\$00
B	17 200\$00	17 200\$00	—	19 800\$00	2600\$00
C	15 500\$00	15 500\$00	—	17 900\$00	2400\$00
D	13 900\$00	13 900\$00	—	16 000\$00	2100\$00
E	12 300\$00	12 900\$00	600\$00	14 900\$00	2000\$00
F	11 400\$00	12 000\$00	600\$00	13 800\$00	1800\$00
G	10 400\$00	11 000\$00	600\$00	12 700\$00	1700\$00
H	9 500\$00	10 200\$00	700\$00	12 700\$00	1600\$00
I	8 700\$00	9 400\$00	700\$00	10 900\$00	1500\$00
J	8 000\$00	8 700\$00	700\$00	10 100\$00	1400\$00
K	7 300\$00	8 000\$00	700\$00	9 200\$00	1200\$00
L	6 800\$00	7 500\$00	1000\$00	9 000\$00	1200\$00
M	6 200\$00	7 200\$00	1000\$00	8 300\$00	1100\$00
N	6 000\$00	7 000\$00	1000\$00	8 100\$00	1100\$00
O	5 600\$00	6 700\$00	1100\$00	7 800\$00	1100\$00
P	5 300\$00	6 400\$00	1100\$00	7 400\$00	1000\$00
Q	5 000\$00	6 100\$00	1100\$00	7 100\$00	1000\$00
R	4 700\$00	5 800\$00	1100\$00	6 700\$00	900\$00
S	4 400\$00	5 500\$00	1100\$00	—	—
T	4 200\$00	5 300\$00 (1)	1300\$00	6 400\$00	900\$00
U	4 100\$00	5 200\$00 (1)	1400\$00	—	—
V	4 000\$00	5 200\$00 (2)	1200\$00	—	—
X	3 900\$00	5 200\$00 (2)	1300\$00	6 000\$00	800\$00
Y	3 800\$00	5 000\$00 (3)	1200\$00	—	—
U	3 300\$00	5 000\$00 (3)	1700\$00	5 800\$00	800\$00
Abaixo de Y	—	—	—	—	—
Mes 6 primeiros meses V	—	4 000\$00 (4)	—	4 500\$00	500\$00

(1) Os funcionários que à data se encontravam nas letras T e V passaram a partir de então para a letra S.
(2) Os funcionários que à data se encontravam nas letras V e X passaram à letra T.
(3) Os funcionários que à data se encontravam nas letras Y e abaixo passaram para a letra U.
(4) Os funcionários remunerados segundo a letra U (5000\$00) recebem durante os primeiros seis meses de trabalho segundo a letra V (4000\$00).

SEMANA INTERNACIONAL

A AMNISTIA NO CENTRO DAS REIVINDICAÇÕES DOS DEMOCRATAS ESPANHÓIS

Consequência de uma alteração do equilíbrio de forças na Europa, possível, nomeadamente, pelo processo revolucionário português, e que torna cada vez mais difícil a sobrevivência de ditaduras fascistas no continente; consequência da abnegada batalha pela liberdade do povo espanhol — surgem alguns factos positivos na cena política de Espanha, em particular a supressão do tribunal de ordem pública uma das instituições franquistas de carácter mais repressivo, comparável aos tribunais plenários portugueses do regime fascista, a libertação do secretário-geral e mais outros seis dirigentes do Partido Comunista de Espanha.

Foi entretanto recebida por Adolfo Suarez, primeiro-ministro espanhol, uma comissão de quatro elementos nomeada pela oposição democrática para conversações com o governo, e que não inclui nenhum representante do PCE.

A amnistia total e o reconhecimento imediato de todos os partidos políticos, incluindo o Partido Comunista de Espanha, foram pontos centrais da reunião. A agenda de negociações apresentada pela oposição democrática comportava ainda a exigência de dissolução do «Movimento» (partido único, fascista, criado por Franco), a utilização equitativa dos meios de comunicação social, nomeadamente a televisão e a rádio, e o reconhecimento por parte do governo das autonomias regionais.

Simultaneamente, um grupo de técnicos escolhidos pelos representantes da oposição democrática está a estudar um projecto de lei eleitoral para ser apresentado como alternativa ao diploma que o governo mantém até à data secreta.

A dureza da batalha por uma das reivindicações centrais do povo espanhol — a amnistia — fica hoje ainda mais evidenciada. Num momento em que a pressão para concretizar tal reivindicação, sobe, e um todos os sectores democráticos, num momento em que é possível colocá-la directamente ao governo, a repressão continua a abater-se, brutal, sobre os que exigem, em manifestações de rua, a libertação de todos os presos políticos, que exigem que não se repitam farsas idênticas às do passado, quando grandiloquentes promessas se resumiram à libertação de uma escassa minoria de presos. Na provincia basca, um jovem de 15 anos foi morto em consequência de uma violenta carga policial sobre os milhares de manifestantes que exigiam a amnistia de todos os presos políticos.

A reacção popular a mais este crime das forças repressivas espanholas, atesta, por seu lado, da vontade do povo espanhol de lutar pela verdadeira liberdade. Foram realizadas diversas manifestações de protesto. Importantes complexos industriais paralisaram a sua actividade juntando-se aos protestos pela morte do jovem. São factos que atestam da evidente resistência do governo de Suarez a uma qualquer solução democrática, que não pode desejar, e da vontade das massas trabalhadoras espanholas de obterem uma liberdade real.

A crescente dificuldade em manter ditaduras fascistas no continente, a vontade de luta do povo espanhol, podem levar o governo de Suarez a recuos, mas não à alteração da base dos interesses que defende — os interesses dos monopólios nacionais e estrangeiros. A incompreensão deste dado fundamental da situação em Espanha, poderá levar a recuos e a maiores dificuldades na luta popular. A unidade não é possível entre forças frontalmente opostas. Quando preconizada, não pode deixar de ter implícito o sacrifício dos interesses de uma das classes, o que, dado o actual quadro político espanhol, representaria o sacrifício dos interesses das classes trabalhadoras, em volta de uma plataforma onde se pretendiam representados, em igualdade de circunstâncias, interesses antagónicos e irreconciliáveis.

OLP — NOVOS PASSOS NA UNIDADE NECESSÁRIA

As perspectivas que se abrem no Médio Oriente, inserindo-se no panorama geral do equilíbrio mundial de forças, dependem em grande parte da capacidade das forças árabes, empenhadas numa solução justa para os mais agudos problemas que se vivem na zona, para preservar, reatar e consolidar os laços de unidade. Dependem da capacidade do movimento palestino, para obter e preservar igualmente a sua própria unidade interna. Por isso mesmo são grandes os esforços dos Estados Unidos e de Israel, para que tal unidade não se concretize de uma forma irreversível, não dê, desde já, os seus frutos.

Os esforços de cisão das forças árabes, interessadas numa solução global do problema do Médio Oriente, têm sido sistemáticos e intensivos. A esse respeito são esclarecedoras algumas afirmações do ministro israelita da Defesa, Shimon Peres, candidato ao cargo de chefe do governo nas eleições de Maio. Shimon Peres — não se opõe embora ao reatamento da Conferência de Genebra, cuja realização a necessidade vai impondo de uma forma cada vez mais premente — pronuncia-se por conversações bilaterais com a Síria, o Egipto e a Jordânia, ignorando a pura e simplesmente a OLP, e vai avançando ameaças de que, se houver malogro da Conferência de Genebra «surgirão de novo apelos à guerra». Claro que não fica especificado da parte de quem surgirão tais apelos, quem não está interessado no sucesso da Conferência de Genebra.

Realizou-se em meados de Dezembro, após um período de interrupção longo, uma reunião do Conselho Central da Organização da Libertação da Palestina. Trata-se de uma reunião particularmente importante, pelo momento político em que se insere e a que tem que dar uma resposta adequada, pelo esforço de acção unida que revela.

A conquista de uma situação de paz no Líbano — a despeito das provocações militares que se mantêm por parte das tropas israelitas ligadas às forças mais reacçãoárias libanesas, e da incerteza de perspectivas em relação à política interna — trouxe para o primeiro plano o problema fundamental no Médio Oriente: a eliminação das consequências da agressão israelita contra os países árabes, a imprescindível criação de uma pátria para o povo palestino.

Organização política de um povo exilado, reunindo vários grupos políticos e militares palestinos, a OLP, fundada em 1964, tem sido agitada por

uma vida difícil e por vezes dramática. São heterogêneas as tendências que engloba, com frequência marcadas pela vida e orientação política do país onde cada grupo está instalado.

Aos esforços da OLP para alcançar a coesão das suas fileiras, a cada sucesso obtido pelas forças de libertação do povo palestino a nível internacional, sempre corresponderam acções de subversão, provocações, campanhas de desinformação, organizadas pelo imperialismo contra o movimento palestino.

A guerra no Líbano, para além da redução nítida dos prêmios efectivos da OLP, pela determinação da reacção em exterminar fisicamente um dos mais activos destacamentos anti-imperialistas do movimento de libertação nacional árabe, gerou e acentuou também grandes dificuldades entre os próprios lutadores palestinos e pontos de fricção, mesmo brechas acentuadas, entre as forças árabes, que deveriam

fazer face, unidas, ao desafio de Israel.

A reunião do Conselho Central da Organização da Libertação da Palestina, tem grande significado político. Pelas decisões tomadas, pela participação da maioria esmagadora dos seus membros, pelo próprio local dos trabalhos — a capital da Síria — trata-se de uma reunião de que a unidade entre as forças árabes contra a reacção internacional saiu reforçada e foram dados passos importantes numa política única da OLP a apontar perspectivas para a solução dos problemas do povo palestino.

Os participantes na reunião decidiram convocar para Fevereiro de 1977, o mais tardar, a XIII sessão do Conselho Nacional Palestino, organismo que possui o poder de tomar decisões sobre os problemas cruciais do povo palestino. Foi condenado o recurso à força na solução de diferendos entre as várias organizações palestinas.

BREVES NOTÍCIAS DE ÁFRICA

No balanço do ano de 76, a República Democrática de São Tomé festeja o primeiro aniversário da sua independência, com um saldo amplamente positivo.

As grandes plantações pertencentes a proprietários portugueses, que representam 80 por cento de todas as terras cultivadas do país, foram nacionalizadas, o que retirou ao capital estrangeiro o controlo da agricultura, base da economia do país. Iniciou-se uma reforma na agricultura. Cooperativas agrícolas estão a funcionar com sucesso nas terras nacionalizadas. Houve também consideráveis modificações no campo social. A assistência médica grátis e a educação estão a dar os primeiros passos. Estreitam-se os laços de amizade com os países socialistas.

A propósito da libertação do camarada Luis Corvalán, secretário-geral do Partido Comunista do Chile, o Comité Central da FRELIMO enviou ao Comité Central do Partido Comunista do Chile uma mensagem de que destacamos: «A FRELIMO e todo o povo moçambicano, partilham fraternalmente com o Partido Comunista do Chile e o povo chileno esta hora de imensa alegria pela libertação do seu secretário-geral, Luis Corvalán, dos campos da morte da junta fascista». E a mensagem prossegue: «Esta grande vitória das forças democráticas que se levantaram através do mundo, constitui um poderoso estímulo para intensificarmos a luta pela libertação total do Chile».

Foi sublinhada a necessidade de utilizar o diálogo democrático na solução de quaisquer divergências.

O Conselho Central saudou o cessar-fogo no Líbano e apoiou as decisões dos países árabes, declarando a sua vontade de lutar pela sua aplicação. Foi sublinhada a necessidade de reforço da aliança entre os diversos destacamentos do movimento de resistência palestino «na base de uma frente democrática única a todos os níveis e em todos os domínios».

Os passos dados para a unidade na reunião do Conselho Central são de primordial importância para a realização da Conferência de Genebra e para os sucessos dos seus trabalhos.

No Líbano, a reacção internacional apostou mais uma vez na divisão e mesmo liquidação da resistência palestina, na divisão das forças árabes. Jogou e perdeu. Neste momento estão antes a ser dados passos para uma unidade superior no movimento palestino.

Não há só razões para optimismo. São muitos os problemas a resolver. Incertos os destinos do Líbano. Por vezes falsos os caminhos da unidade árabe, que o imperialismo tenta se construir sobre projectos que lhe sejam favoráveis, ou em torno de países estreitamente ligados aos seus interesses. Mas a vitória da OLP sobre a tentativa da sua liquidação é um dado adquirido. Muito positivos, e talvez decisivos, os esforços de unidade real de todo o movimento.

INTERCÂMBIO MUSICAL COM A CHECOSLOVÁQUIA

Por iniciativa da Radiodifusão Portuguesa (RDP), decorrerá no próximo sábado, no Teatro Municipal de S. Luís, um concerto «Non Stop» durante o qual será simbolicamente aberta a Quinzena de Música Checa, importante jornada cultural que vai contribuir para o desenvolvimento do intercâmbio cultural entre Portugal e a República Socialista da Checoslováquia e para o reforço dos laços de amizade e de solidariedade entre os povos dos dois países.

Entretanto, foi assinado anteontem, no Palácio Foz, um acordo entre o nosso país e a República Socialista da Checoslováquia no domínio da radiodifusão. A cerimónia contou com a presença do secretário de Estado da Comunicação Social e do presidente da comissão administrativa da Radiodifusão Portuguesa.



Oprimido e explorado, o povo do Zimbábue luta. Com a ajuda da solidariedade internacionalista, o dia da vitória chegará!

REFORÇAR A SOLIDARIEDADE COM OS POVOS DA ÁFRICA AUSTRAL

Avizinham-se novas conversações em Genebra, elemento palpável do caminho do povo do Zimbábue para a sua libertação do regime minoritário de Smith e para uma verdadeira independência. Genebra, que as forças do colonialismo e do racismo pretendiam base de plataforma para uma «solução» que deixasse intacto o poder nas mãos do imperialismo, está a transformar-se, de facto, em mais uma frente da batalha do povo do Zimbábue, e de toda a África Austral.

Realizou-se no fim da semana passada, em Lusaka, uma reunião dos chefes de Estado dos países da primeira linha. Ai foi decidido o total apoio à frente Patriótica do Zimbábue, no campo político, material e diplomático, para assim lhe facilitar a realização dos justos objectivos que se propõe. A Frente Patriótica integra a União Popular (ZAPU) e a União Nacional Africana do Zimbábue (ZANU).

Da reunião de Lusaka, da análise aí feita pelos dirigentes africanos, salientam-se, entre outros, dois factos: o esforço desenvolvido em Genebra, nas anteriores conversações, para manter a unidade dos movimentos integrados na Frente Patriótica; a importância da luta armada, e dos avanços que nesse campo estão a ser alcançados, como base do processo de libertação, e elemento fundamental nos próprios sucessos que possam vir a ser obtidos em Genebra.

O imperialismo nunca recusa nos seus intentos, e na defesa dos seus interesses, de uma forma gratuita. E as conversações de Genebra para uma solução para o problema da Rodésia, são disso um exemplo. Ian Smith e os representantes de Londres, partiram para Genebra para obter algo de muito diferente daquilo que realmente se passou. A sua intenção era impor o plano «Kissinger. Mais um dos planos-Kissinger. Destinado a manter a Rodésia numa situação de dependência neocolonial. Contavam com

a divisão das forças patrióticas. Contavam que os problemas entre as forças de libertação se agravasse, na mira de uma situação preferencial, pela posse isolada e fictícia do poder. Foi o contrário que se passou. Em Genebra, a unidade das forças patrióticas saiu reforçada. Foram isoladas posições inconsequentes. O plano Kissinger foi no essencial derrotado.

Acenando com uma paz vazia de sentido, o imperialismo tentou um recuo da luta armada. Sinal de que os avanços nessa luta estão a empurrar o regime minoritário de Smith para uma situação cada vez mais difícil. E que essa luta constitui um elemento de peso na mesa de conversações. Mais — foi ela que abriu a possibilidade das conversações de Genebra.

Facto significativo, é o diálogo da diplomacia britânica com dirigentes da África progressista, com dirigentes dos países da primeira linha. Trata-se de um reconhecimento da força e da importância política desses países para os destinos do continente. Da impossibilidade de ensaiar soluções que não contem com o seu apoio. Dos novos caminhos para a África que a liquidação do colonialismo português abriu.

Estão abertas perspectivas mais próximas para a solução do problema da Rodésia. E da África do Sul. Mas será ainda uma batalha difícil. Propostas britânicas com a constituição de um exército integrando as forças patrióticas e as tropas ao serviço de Smith, atestam disso. Como o atestam o recurso aos «bons ofícios» do sr. Vorster.

E de prever a intensificação da repressão na Rodésia e na África do Sul. A intensificação dos ataques a países livres e independentes de África, no curso da luta libertadora.

O que aponta para uma redobrada vigilância e solidariedade. Importantes na grande batalha contra o racismo e o neocolonialismo. Batalha decisiva para a África, e cuja vitória hoje está mais próxima do que nunca.

ALARGA-SE O MOVIMENTO POPULAR CONTRA O SISTEMA CAPITALISTA INCAPAZ DE SAIR DA PRÓPRIA CRISE

O novo ano económico nada traz de novo para o mundo capitalista. Agravam-se problemas que se têm vindo a acentuar. Preconizam-se pseudo-soluções dentro de caminhos idênticos aos já percorridos, aos que já provaram nada solucionar. Cresce paralelamente a resistência dos trabalhadores a uma política de deterioração da economia.

Se não se registam de imediato elementos novos na crise geral do sistema, a sua própria agudização sistemática, a intensificação da luta das massas trabalhadoras, cria condições mais propícias a avanços das forças progressistas, no coração do capitalismo desenvolvido.

Grandes linhas se evidenciam na crise, e nas pseudo-soluções procuradas: o peso desmesurado do desemprego e da inflação, gerador de tensões sociais que o imperialismo teme; a crescente dependência, no próprio seio do capitalismo desenvolvido, dos países com maiores dificuldades económicas em relação aos Estados Unidos.

O desemprego e a inflação — fenómenos que andam intimamente ligados na evolução da crise do capitalismo, têm vindo a tomar proporções cada vez mais acentuadas.

Nos Estados Unidos, uma declaração assinada por 41 congressistas foi enviada a Carter, no sentido de ser feito um esforço para resolver o problema do desemprego, que abrange 7,5 milhões de pessoas — realidade que é ainda mais agravada pelo facto de que só 8,1 por cento dos trabalhadores sem salário permanente recebem um subsídio de desemprego. O desemprego atinge muito particularmente os jovens, as mulheres, os negros e os americanos mais idosos, o que revela uma densa rede de discriminações, no «exemplo» da democracia capitalista. Na República Federal

Alema, considerado o país com mais sólida economia dentro da «família» da CEE, cresce de forma inequívoca e segura o problema do desemprego. Na Grã-Bretanha, a situação geral é suficientemente grave, para justificar o maior saque único da história do FMI.

Estes alguns exemplos dispersos no mundo do capital, em que fica evidenciado o agravamento da crise, nos mais firmes bastiões dos monopólios.

Os esforços de impossível solução de uma crise inerente ao sistema, são naturalmente orientados dentro da óptica do capital. Assim, às propostas absurdas de os trabalhadores reduzirem voluntariamente o número de horas de trabalho, bem como o volume dos salários, de modo a que se possam empregar mais algumas pessoas, somam-se aos cortes no orçamento para melhorias sociais reduções nos encargos dos monopolistas, congelamento da contratação colectiva.

A crise do capital atinge desta forma, duplamente, as massas trabalhadoras. Pelos problemas dramáticos que cria em cada família trabalhadora, que vê gradualmente reduzidas as suas possibilidades económicas, e vive sob o peso permanente da hipótese de desemprego, quando não é uma das suas vítimas. Porque as «soluções» encontradas pelos monopólios mais agravam estas dificuldades.

Os esforços de cisão dos países da CEE e do Japão em relação aos Estados Unidos. Dependência que surge sob formas diversas, mas que de facto se pode sintetizar numa realidade muito clara. Washington é o patrão. De forma nem sempre linear, debatendo-se na mesma crise que os países que estão sob a sua dependência igualmente atravessam. Mas tendo a força de patrão, como indelmentível cabeça do imperialismo.

Possuidora dos grandes capitais, a Casa Branca utiliza profusamente a chantagem económica, quer directamente, quer através das diversas organizações internacionais sob o seu controlo, como é o caso, por exemplo, do FMI. A Casa Branca e as suas sucursais, «distribuem» capitais. E exigem pesados juros. Juros de carácter económico, que passam pela obrigatória utilização dos empréstimos na aquisição de produtos norte-americanos, que de outra forma poderiam ter dificuldade em encontrar mercado. Pesados juros políticos que se traduzem de facto na perda da independência nacional. Aos «rebeldes», corta-se o crédito. E muitas vezes a simples ameaça funciona.

Vejamos o exemplo da Grã-Bretanha que não é particularmente significativo e tão-pouco surge com o cunho de escandalosa interferência como o foram os casos da Itália, França e a sabotagem económica concertada à Revolução portuguesa. O empréstimo do Fundo Monetário Internacional à Grã-Bretanha, foi concedido

mediante algumas garantias do governo de Callaghan, nomeadamente a redução de gastos. Que gastos? — As despesas públicas, ou seja, as verbas destinadas a escolas, saúde e outros encargos públicos da esfera social. Entretanto, a Confederação das Indústrias Britânicas (CIB) vem exigindo na prática que o governo anule projectos para avançar com um imposto sobre a riqueza ou o controlo dos dividendos. Para os monopólios, a austeridade não existe. Nem é exigida, naturalmente, como condição de créditos facultados por decisão de Washington.

O agravamento da crise do capitalismo, os esforços que são feitos para se furtar às suas leis, invariavelmente lesivas dos interesses das massas trabalhadoras, cria condições propícias ao ascenso e agudização da luta popular. A discriminação racial, política, sexual, e em relação aos jovens e às pessoas mais idosas, torna particularmente pesadas as condições de vida para alguns sectores da população. O que

não obsta a que o agravamento do nível de vida atinja cada vez mais amplas camadas da população, mesmo algumas que anteriormente beneficiavam de regalias que vão perdendo. Assim, o número total de participantes activos em formas elevadas de luta, como a greve, é cada vez maior, e acentua-se a sua frequência nos países capitalistas. Alarga-se o apoio popular às forças de esquerda. Esta a realidade que implica uma maior responsabilidade para os partidos comunistas, impõe uma grande coerência ideológica e rigorosas posições de classe. Abre novas possibilidades e reforça a importância da unidade.

Os esforços de cisão do movimento popular por parte do imperialismo e o arrastar para a direita de partidos socialistas ou social-democratas, não é ocasional. Integra-se numa estratégia do imperialismo, visando multiplicar obstáculos nos caminhos que se alargam para os povos rumo ao futuro socialista.

REVISTA INTERNACIONAL

JÁ À VENDA

Nas livrarias e centros de Trabalho do PCP

Distribuição CBL Central Distribuidora Livreira

ANO NOVO VIDA NOVA

Primeira Decisão para 1977: Assinar o Avante!

Ler, assinar e divulgar o Avante!... é divulgar a orientação ideológica do Partido Comunista Português

E atenção com o aumento de preço do Avante!. Concedemos o desconto de 10% aos novos assinantes (270\$00/50 números), e a todos os novos assinantes até à data de aniversário do Avante! oferecemos a edição «OS ESTATUTOS DO PCP» aprovados no VIII Congresso de Novembro de 1976.

Nome:

Morada:

Localidade:

Freguesia: Concelho:

Profissão: Distrito:

deseja ser assinante do «Avante!» na modalidade assinalada, pelo que junta a quantia de Esc.:\$..... em cheque ou vale de correio n.º sobre

(Banco ou Estação de correio)

	VIA NORMAL	VIA AÉREA
Continente, Ilhas e Espanha	270\$00	315\$00
Angola, Moçambique, Guiné, Cabo-Verde	270\$00	615\$00
Brasil	270\$00	665\$00
Países europeus	420\$00	500\$00
Outros países (extra-Europa)	420\$00	770\$00

(Recorte e cole num postal)

SERVIÇO DE ASSINATURAS

departamento de venda directa Rua Pedro Nunes, 9-A, Lisboa-1

«AVANTE!» ENTREVISTA LUÍS CORVALÁN

Escola 43, Bairro Yuri Gagárine, de Moscovo.

Na sala do Clube de Amizade Internacional «Avante!» — em homenagem ao nosso jornal — jovens pioneiros soviéticos, rapazes e raparigas, exprimem nas linhas do rosto como no fulgor dos olhos, no calor das palavras como no amor que puseram na decoração da sala, tudo o que lhes vai na alma.

Exactamente, a amizade, o carinho, a quente solidariedade da juventude soviética para com o Povo lutador de Portugal, para com os comunistas portugueses.

De repente, um pequeno grupo corre pelo corredor e irrompe em alvoroço pela sala. Bocas juvenis abrem-se num incontido grito de alegria.

— Corvalán foi libertado!

Num instante, a sala do Clube de Amizade Internacional «Avante!» enche-se de um pequeno tumulto onde a excitação e os abraços de portugueses e soviéticos falam de um profundo sentimento comum. Todos sentimos que neste grande êxito da solidariedade internacional temos um pouco de nós próprios, da nossa acção, do nosso querer.

Um combatente de vanguarda do heróico povo chileno acabou de ser arrancado das garras da DINA — a pide de Pinochet — uma vida preciosa foi recuperada para o combate do povo mártir do Chile e essa é uma prova palpável do valor da solidariedade internacional, da razão de ser da luta que se trava no extenso país dos cumes nevados de Neruda.

De facto, a libertação de Luis Corvalán representa uma grande vitória da causa do povo chileno, constitui um êxito que é património de toda a Humanidade progressista avançada.

As portas do grande país soviético abriram-se de novo para acolher fraternalmente mais uma vítima de torcionários a soldo do imperialismo ianque. O que significa a libertação de Corvalán, a vida de Corvalán, ficou expresso nas palavras repassadas de emoção de Kirilenko e nas de Clodomiro de Almeida no grande comício de comemoração do 55.º aniversário da fundação do Partido Comunista do Chile e de solidariedade para com o povo chileno. Ficou expresso nas flores, nas danças e canções dos pioneiros de Moscovo em plena sala do comício — desses mesmos pioneiros que exultaram com a libertação de Corvalán na Escola 43 do Bairro Gagárine. Ficou expresso no preço exigido pelos carrascos de Pinochet para a libertação do secretário-geral do Partido Comunista do Chile.

«A minha libertação deve-se à luta do meu povo e ao movimento de solidariedade internacional»

O discurso final de Luis Corvalán mostrou mais uma vez, ali, aos que puderam ouvi-lo, a envergadura do revolucionário libertado.

Desde já e nos tempos mais próximos a «boca de sapos» do renegado Bukowski vai vomitar as costumadas calúnias contra o país onde nasceu, vai ser mostrado nos salões de diversão anti-soviética do imperialismo como uma «pobre vítima do terror do Kremlin».

A flocã de Corvalán pelo traidor Bukowski mostra o «temor» que os soviéticos têm das calúnias deste renegado.

O que representa a vida de Luis Corvalán para os soviéticos ficou ainda expresso no emocionante acolhimento que lhe fizeram no aeroporto de Moscovo, no abraço caloroso de Leonid Brejnev.

A prisão, os longos sofrimentos deste heróico filho do povo chileno não abalou a sua ténpera de lutador. Em Moscovo, a convite do «Pravda», quisemos registar para as nossas colunas as palavras de Luis Corvalán.

Para o «Avante!», ouvir Corvalán era um dever para com o nosso povo, para com os trabalhadores portugueses que de tantas formas manifestaram o seu forte sentimento solidário pelo povo chileno. As palavras que à frente reproduzimos têm um valor particular para o nosso jornal, para o PCP.

Temos na nossa frente o lutador conseqüente pela causa do povo do Chile, aquele que firmemente, aos carrascos da DINA, quando lhe perguntaram se «tinha sido» secretário-geral do Partido Comunista do Chile, respondeu com altivez: «No solamente lo he sido, pero lo soy!»

— Não somente o fui como o sou! — esta é a dimensão de um pequeno homem que é um gigante da luta revolucionária do seu povo, de um destacado combatente da causa do proletariado internacional.

Ouçamo-lo então.

«AVANTE» — Camarada Luis Corvalán: a sua libertação foi saudada em todo o mundo como uma grande vitória da solidariedade internacional à luta do heróico povo do Chile. O povo português exultou com a sua libertação, vê nela o fruto de

uma potente cadeia de esforços em que directamente participou. O acolhimento do Povo e do Governo soviético, do PCUS e dos seus principais dirigentes à sua chegada à União Soviética é mais uma prova de que a luta do povo chileno conta com a ajuda de

poderosos amigos. Quereria dizer para o «Avante!» algumas palavras sobre a sua libertação?

Corvalán — A minha libertação deve-se à luta do meu Povo contra a ditadura fascista e ao poderoso movimento de solidariedade internacional, principalmente

do grande Povo da União Soviética que carinhosamente agora me acolheu.

Este grande movimento de solidariedade internacional exprime, sobretudo um irreprimível sentimento humano, uma grande força humanitária que já ajudou a arrancar das prisões de Pinochet centenas de patriotas.

De todas as partes do mundo me chegavam os ecos desse grande clamor internacional contra os crimes do fascismo no Chile. Também o Povo português tem multiplicado as acções solidárias para com o povo do Chile.

Através do vosso jornal «Avante!» quero agradecer ao Povo português, aos comunistas, ao heróico Partido de Álvaro Cunhal, e a todas as forças democráticas de Portugal, as suas provas de solidariedade para com o povo do meu país e pela libertação de todos os prisioneiros dos cárceres chilenos.

«AVANTE!» — A sua libertação significará que a Junta de Pinochet não tem já possibilidades de manter no Chile o mesmo clima de liberdades e de repressão brutal das liberdades? Pensa que a sua libertação abrirá possibilidades de libertação de outros patriotas chilenos actualmente nas prisões fascistas? Em sua opinião que pode ser feito neste sentido no plano internacional?



Sob a palavra de ordem de «O Chile Vencerá!», os comunistas e todos os democratas portugueses têm demonstrado a sua solidariedade inquebrantável para com o povo chileno.

Corvalán — A ditadura fascista tem ainda condições para golpear as forças democráticas e para desencadear novas acções repressivas contra o povo do meu país. Importa impedir isto.

Sem dúvida a solidariedade activa com os patriotas encarcerados ou sequestrados pode arrancar das prisões os que se encontram aprisionados. Mais de três mil presos se encontram ainda nos cárceres fascistas e mais de dois mil estão sequestrados, ignorando-se o seu paradeiro e a sorte que sofreram.

O povo está despojado de todos os seus direitos fundamentais. O movimento sindical está interdito assim como, obviamente, o direito à greve. No Chile não vigora a lei. A lei

é a da policia fascista — a DINA — que não se detém na sua actividade repressiva e criminosa.

O problema dos sequestrados e desaparecidos é dos mais graves da repressão fascista. Pelas cidades, vilas e aldeias erram pessoas de família que não sabem se os seus entes queridos se encontram nas mãos dos torcionários ou se foram assassinados.

A necessidade de intensificar a solidariedade internacional ao povo chileno impõe-se como importante factor de luta contra o fascismo no meu país, para travar o braço repressivo de Pinochet.

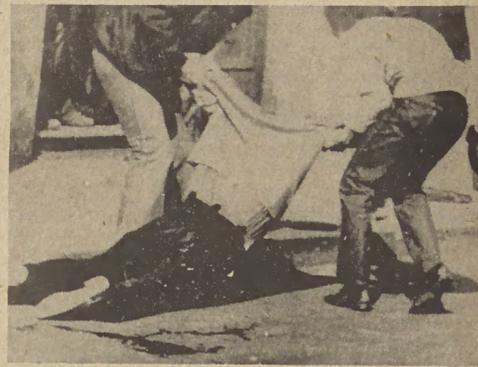
«AVANTE!» — a desventura uniu os chilenos contra a ditadura de

Pinochet. Pensamos que muitos factores de divisão entre as forças democráticas, alimentada pelo imperialismo, estão hoje superados. Que pensa o camarada Luis Corvalán das perspectivas de unidade de todas as forças democráticas e patrióticas do Chile na luta pelo restabelecimento da liberdade e da democracia na sua pátria?

Naturalmente a conquista das liberdades públicas no Chile tem de ser colocada como tarefa prioritária de todos os democratas e patriotas sem qualquer exclusão. A derrota da ditadura fascista estará ao nosso alcance se os chilenos souberem unir-se, em primeiro lugar na luta diária pelo pão, por melhores salários, pelo melhoramento das condições de vida do povo, pelos direitos sindicais e outras reivindicações imediatas. Neste caminho se forjará a unidade que há-de derrubar a ditadura fascista na minha Pátria.

«AVANTE!» — O Povo português tem sempre diante dos olhos o exemplo do Chile. Isso leva-o a dar o devido valor às conquistas da sua revolução e à necessidade da sua defesa. Quer o camarada Luis Corvalán, através do «Avante!» dirigir algumas palavras ao Povo português?

Corvalán — Diz que o Povo português tem sempre diante dos olhos o exemplo do Chile... Sim, é necessário que o tenha. Todos aprendemos uns com os outros e sem dúvida há importantes lições que



A violência fascista é uma constante do quotidiano no Chile

Corvalán — O povo chileno tem grandes tradições democráticas e unitárias. Hoje depois dos sofrimentos infligidos ao povo do Chile é necessário reflectir, tirar lições do passado. Há ainda dificuldades e preconceitos que é preciso vencer. No mundo deram-se grandes alterações: o fascismo acabou no vosso país; na Grécia ocorreram mudanças importantes, a Junta grega foi derrubada; em Espanha após a morte de Franco está em curso um processo de transformações democráticas; em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe o colonialismo foi derrotado e estes povos exercem hoje um grande papel no desenvolvimento do movimento libertador em África. Estas mudanças favorecem a luta do povo chileno contra a ditadura de Pinochet.

é preciso aprender com a experiência do Povo chileno. Com as experiências positivas, que são valiosas e também com os erros. O valente Povo português derrotou o fascismo e constrói hoje um Estado Democrático e progressivo no meio de grandes dificuldades. Que o Povo português saiba defender corajosamente as liberdades democráticas e as conquistas da Revolução.

Através do vosso «Avante!», de tão gloriosas tradições, saúdo calorosamente o valente Povo de Portugal, todos os trabalhadores e os comunistas portugueses. Saúdo igualmente o eminente dirigente do Partido Comunista Português, o seu secretário-geral, camarada Álvaro Cunhal.

Ao Povo português desejo os maiores êxitos na sua luta por um Portugal democrático e livre.



ESTUDIO EN RITIQUE ABRIL 75

Detidos pelo regime fascista, comunistas e outros democratas prosseguiram nos campos de concentração da Junta as suas reuniões de trabalho. De uma delas, onde se reconhece à direita o camarada Luis Corvalán, nos dá conta o artista que participava na reunião e a retratou com talento